

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**JECA TATU, TATUZINHO E ZÉ BRASIL:
UMA REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA NAS
DÉCADAS DE 1910 A 1950**

VICTOR HUGO NEITZKE MÜLLER

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**JECA TATU, TATUZINHO E ZÉ BRASIL:
UMA REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA NAS
DÉCADAS DE 1910 A 1950**

VICTOR HUGO NEITZKE MÜLLER

Sob a Orientação do Professor
Dr. Ramofly Bicalho dos Santos

e Co-orientação da Professora
Dr^a Marília Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Março de 2014

630.7

M958j

T

Müller, Victor Hugo Neitzke, 1981-

Jeca Tatu, Tatuzinho e Zé Brasil: uma representação da realidade brasileira nas décadas de 1910 a 1950 / Victor Hugo Neitzke Müller - 2014.

83 f. : il.

Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 66-72.

1. Ensino agrícola - Teses. 2. Lobato, Monteiro, 1882-1948 - Biografia - Teses. 3. Lobato, Monteiro, 1882-1948 - Personagens fictícios - História e crítica - Teses. 4. Literatura infantojuvenil - História e crítica - Teses. 5. Literatura brasileira - História e crítica - Teses. I. Santos, Ramofly Bicalho dos, 1970-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

VICTOR HUGO NEITZKE MÜLLER

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/04/2014.



Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ



Flávio Anício Andrade, Dr. UFRRJ



Rafael dos Santos, Dr. UERJ

A realidade ideológica é uma superestrutura criada imediatamente sobre as bases econômicas. A consciência individual não é o arquétipo dessa superestrutura ideológica, mas apenas um reflexo da atividade social das classes ideológicas (BAKHTIN, 2006, p. 26).

A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos (BAKHTIN, 2006, p. 26).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os jecas, meeiros, contingentes imensos expulsos do campo, que hoje engrossam as favelas e são chamados de vagabundos. Esta dissertação visa, sobretudo, a defendê-los dessas acusações, dando voz aos meeiros, pequenos agricultores e seus descendentes, lançando luz à questão agrária e às diferentes visões de Monteiro Lobato sobre o Jeca, personagem vital para a compreensão não só do passado, mas do presente e futuro do País.

AGRADEÇO:

- a Deus, em primeiro lugar, pelo dom da vida;
- à Professora Yeda Porto, que deu a semente para a construção deste trabalho e com seus conselhos tem me auxiliado muito, desde o ano de 2008;
- ao Instituto Humanidades, em especial à amiga Adriane Porto da Silva;
- aos professores Dr. Ramofly Bicalho dos Santos e Dr^a Marília Campos que acreditaram neste projeto;
- ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que me possibilitaram ampliar horizontes e conhecimentos pedagógicos, contribuindo para que possa me tornar um professor melhor capacitado no desempenho docente;
- à minha família e à minha esposa, Eliciane Moura de Souza, que tem me apoiado ao longo dos anos e me acompanhado, tanto no Rio Grande do Sul como em Rondônia;
- a todos que me apoiaram nesta Dissertação, contribuindo com seus depoimentos.

RESUMO

MÜLLER, Victor Hugo Neitzke. **Projeto Jeca Tatu, Tatuzinho e Zé Brasil: uma representação da realidade brasileira nas décadas de 1910 a 1950**. 83 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

Muitas são as fontes e as formas de analisar a multidimensionalidade da realidade brasileira. Nesta Dissertação, a escolha recaiu na produção literária de Monteiro Lobato, analisando-se tanto sua literatura adulta quanto sua literatura infantil. Para isso, dois pressupostos deram suporte à proposta de pesquisa: o primeiro relaciona-se ao entendimento de que a literatura é importante mecanismo de propagação de ideologias; o segundo afirma-se na ideia de que a literatura, muitas vezes, vale-se de personagens fictícios para disseminar crenças, valores e propósitos. A pesquisa pretendeu configurar a realidade brasileira, nas décadas de 1910 a 1950, a partir dos personagens Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho e Zé Brasil, frutos da criatividade de Monteiro Lobato. A investigação resultou do interesse do pesquisador pela literatura de Lobato e de sua vivência familiar junto a meeiros, os quais apresentam depoimentos sobre a realidade da vida no campo. A pesquisa, caracterizada como bibliográfica, utilizou fontes de consulta primária e secundária, o que permitiu a construção de relevante revisão de literatura, orientada para o problema e os objetivos da investigação. Mantém-se, ao longo do texto dissertativo, a preocupação em associar a produção literária analisada aos elementos históricos do contexto nacional e internacional, procurando-se destacar os movimentos político-ideológicos vigentes em cada década. Esses movimentos serviram, também, para caracterizar o pensamento de Monteiro Lobato e suas implicações na produção de sua obra e na criação de seus personagens. A análise realizada permitiu, ainda, perceber a transformação desse pensamento, identificando Lobato, primeiramente, como um ser preconceituoso e racista, capaz de ironizar seus agregados, criando o Jeca Tatu, mostrando-o como um caipira preguiçoso, um parasita responsável pelo atraso socioeconômico do Brasil. Ao tornar-se um latifundiário, assumiu a identidade de um “coronel”, envolvendo-se com a política partidária, decepcionando-se de pronto. Viveu experiências de tensão com figuras do movimento modernista, tendo sua obra sido ignorada por adeptos desse movimento. Exerceu atividade empresarial, inovando em relação ao mercado editorial. Acredita-se que foi influenciado pelas ideias de Anísio Teixeira e Henry George, motivos que o levaram a uma grande transformação de seu pensamento político-social, chegando, então, à publicação de Zé Brasil, obra considerada como o coroamento de suas reflexões a respeito do caipira e da realidade brasileira. Essas são abordagens de maior relevância nesta Dissertação, tendo permitido o aprofundamento do tema proposto no projeto de pesquisa. Ressalta-se que o pressuposto de que literatura e ideologia se aproximam constituiu-se, nesta Dissertação, como fio condutor da caminhada empreendida. Entende-se que a pesquisa possibilitou, também, o desvelamento de processos que engendraram/engendram as relações entre proprietários e não proprietários de terra, encaminhando para a inarredável Reforma Agrária. Esta Dissertação abriu horizontes para novas pesquisas concernentes à realidade do Brasil.

Palavras-chave: Vida e obra de Monteiro Lobato, Personagens Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho e Zé Brasil, Realidade brasileira.

ABSTRACT

MÜLLER, Victor Hugo Neitzke. **Project Jeca Tatu, Tatuzinho and Ze Brazil:** a representation of the Brazilian reality in the decades from 1910 to 1950. 83 p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

Many are the sources and ways of analyzing the multiple dimensions of the Brazilian reality. In this dissertation, Monteiro Lobato's literary production was chosen to be one of this sources, taking as material for analysis both adult's and children's literature. For this purpose, two main assumptions supported the research's proposal: the first one relates to the understanding that literature works as a mechanism of propagation of ideologies; and the second one stands on the idea that literature, many times, uses fictional characters to disseminate beliefs, values and purposes. The research intended to configure Brazilian reality, in the 1910 to 1950 decades, using as parameters the characters Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho and Zé Brasil, which are products of Monteiro Lobato's creativity. The investigation resulted from the interest of the researcher in Lobato's literature, and from the familiarity that he had with sharecroppers, who presented testimonials about the reality on the countryside. Characterized as bibliographical, this research used primary and secondary sources, which allowed a relevant literary revision, directed to the questions and objectives of the investigation. The concern of associating the literary production analyzed to the historical elements of the national and international context is kept, looking forward to highlight the political and ideological movements of each decade. This movements were also good to characterize Monteiro Lobato's thoughts and its implications on the production of his works and on the creation of his characters. The analysis performed allowed to perceive the transformation of this thought, indentifying Lobato as a racist and prejudiced being in first place, capable of mocking his aggregates, and that created the character Jeca Tatu, showing him as a lazy hick, a parasite who was responsible for the Brazilian social and economical delay. When he becomes a landowner, he assumes the identity of the "coronel" (the authoritarian landlord), getting involved with partisan politics and getting immediately disappointed. He lived tense experiences with figures of the modernist movement, his works being ignored by the members of this movement. He also dedicated to business activities, innovating the editorial market. It is believed that he was influenced by Anísio Teixeira's and Henry George's ideas, reasons that took to a huge transformation of his social and political thought, leading to the publication of Zé Brasil, a work considered as the most emblematic of Lobato's reflections around the countryside men and the Brazilian reality. This are the most relevant approaches in this Dissertation, which work as guidelines of the investigation's path. It is understood that the research also enabled the revealing of a processes that engendered/engender the relations between landowners and the ones who don't have any land, leading to the unwavering Agrarian Reform. This dissertation also opened horizons to further research concerning Brazilian reality.

Keywords: Monteiro Lobato's live and works, Characters Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho, Zé Brasil, Brazilian reality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPITULO I A VIDA DE LOBATO: HISTÓRIAS E LUTAS PELA TERRA .5	
1.1 Monteiro Lobato: Vida e Obra.....	5
1.2 Lobato <i>versus</i> Modernistas, ou Lobato Modernista?	11
1.3 Lobato, Modernista Literário	15
1.4 Morte de Lobato e Perseguição aos Comunistas.....	18
2 CAPITULO II A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO CAMPO	19
2.1 Lobato, “Coronel”?.....	19
2.2 Violência, Racismo e Preconceito contra o Jeca e Negros nas Obras Infantis de Lobato: sua Transformação	27
2.3 A Coerência de Lobato em Velha Praga e Urupês.....	29
2.4 Hipótese sobre o Começo da Mudança de Postura de Lobato em Relação ao Caipira	42
2.5 Jeca Tatuzinho.....	45
3 CAPÍTULO III LOBATO E A QUESTÃO AGRÁRIA: O PERSONAGEM ZÉ BRASIL	48
3.1 Revolução no Pensamento de Lobato.....	48
3.2 A Irmandade da Inteligência: Monteiro Lobato e Anísio Teixeira	51
3.3 Influência da Obra de Henry George no Pensamento de Lobato.....	52
3.4 Zé Brasil: Coroamento das Reflexões de Lobato	53
3.5 Renda da Terra	55
3.6 Possíveis Razões para os Mínimos Vitais.....	56
3.7 Restos Feudais ou Escravistas?.....	58
3.8 Terra e Poder Político	60
3.9 O Partido Comunista e a Reforma Agrária	61
3.10 Uma Relação Marcada pela Luta de Classes: Meeiros <i>versus</i> Patrões.....	61
CONCLUSÕES	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	73
Anexo A – Uma Visão Elitista Sobre o Jeca.....	73
Anexo B – Depoimento de Terezinha.....	74
Anexo C – Éramos Doze.....	77
Anexo D – Depoimento de Luíza	79
Anexo E – Depoimento de Santa Fé.....	81
Anexo F – História de Divino, por Grego.....	82
Anexo G = Depoimento de Renato.....	83

INTRODUÇÃO

Os primeiros registros desta Dissertação assumem a forma pessoal, o que se justifica em razão da retomada das lembranças do autor, as quais dão sustentação à sua formação acadêmica e ao seu interesse pela pesquisa, resultando na elaboração deste trabalho dissertativo.

São Paulo, 1914.

As matas ardem e uma voz dos sertões levanta-se contra os queimadores das florestas. Indignada, a voz dos sertões acusa os caboclos, insulta-os, criando pejorativamente a figura do Jeca Tatu, que se transforma em sinônimo de caipira, o qual causa, segundo Lobato, o atraso e o subdesenvolvimento do Brasil.

Pelotas, 1988. Ala Infantil da Biblioteca Pública Pelotense.

Com seis anos de idade, entro em contato com a obra de Monteiro Lobato, com o mundo maravilhoso e encantado do “Sítio do Picapau Amarelo”. Entro em contato, também, com o universo Disney, as “Mil e Uma Noites”, dentre tantos outros livros.

Era minha iniciação no mundo fantástico da Literatura Infantil.

Pelotas, 2002. Biblioteca Pública Pelotense.

Catorze anos após minha iniciação na Literatura Infantil de Lobato, acabo encontrando, quase por acaso, a obra de ficção científica, “O Presidente Negro”, primeira obra adulta da literatura de Lobato com a qual tive contato. Descubro um escritor bem diferente do que conheci na minha infância. Acabei encontrando um escritor elitista e, de certa forma, racista, para meu espanto e decepção.

Em vias de concluir o Curso de Graduação, pesquisei, na mesma Biblioteca, no jornal “A Opinião Pública”, sobre a Ação Integralista Brasileira, concluindo, assim, minha monografia.

Pelotas, 2008.

No Curso de Especialização, escrevi um artigo sobre Zé Carioca, resultante da pesquisa sobre as histórias em quadrinhos daquele personagem, no período entre a década de 1950 até o fim da década de 1980. Começava a ter um entendimento maior sobre as ideologias propagadas pelas supostas inocentes histórias infantis.

Cuiabá, 2010.

As matas ardem devido às queimadas. Pessoas no campo e na cidade incendeiam o que encontram, revivendo hábitos milenares. Como resultado, os hospitais estão lotados com pessoas sofrendo com problemas respiratórios; mal se consegue enxergar o sol.

Brasil, dias atuais.

Percebo, pelos dados divulgados, que o Brasil ainda sofre com inúmeras doenças, que poderiam ser prevenidas. Lobato também escreveu sobre o sofrimento que as doenças provocavam nos brasileiros de ontem, vulnerabilidade ainda presente nos tempos atuais.

Descubro, aos poucos, que Lobato, além de ter inventado um mundo à parte – “O Sítio do Picapau Amarelo”, com inúmeros livros, também criou uma literatura adulta ou geral. Reunindo-se a Literatura Infantil com a Literatura Geral, chega-se a mais de dez mil páginas publicadas da obra de Monteiro Lobato.

E com tantas obras publicadas de Literatura Adulta, sua produção me era desconhecida, ignorada – mesmo para mim, assíduo frequentador de bibliotecas.

Localizei, em seguida, um artigo que fazia referência à falta de moradia para grande parcela da população brasileira. Relacionei tal situação à problemática do campo, o que despertou meu interesse em aprofundar o conhecimento sobre o personagem que representou a imagem distorcida e injusta do camponês – o Jeca Tatu. Associei-o, de imediato, à minha

vivência em uma família de meeiros, homens e mulheres que labutavam, de modo sofrido, na terra que não lhes pertencia (ANEXO A).

Percebi, então, que era o momento de iniciar uma pesquisa sobre a obra de Lobato, para tentar entender a realidade rural brasileira, compreendê-la em profundidade, em essência, superando entendimentos superficiais baseados no senso comum.

Início, no ano de 2009, a pesquisa sobre a obra de Lobato, livro a livro, na tentativa de compreender esse escritor e o Brasil de seu tempo em profundidade. No começo da pesquisa, percebi que estava iniciando um mergulho profundo na obra desse grande escritor, um recuo no tempo. Para tanto, precisei fazer um recorte em sua volumosa obra. Ao ler “Cidades Mortas”, “Urupês”, “Problema Vital” e “Zé Brasil”, dentre outras, senti como se tivesse aberto uma trilha no Brasil selvagem e rural do início do século XX.

Na pesquisa sobre o que mestres e doutores analisam a respeito desse grande escritor, acabei percebendo que Lobato, apesar de sua grande obra, é ignorado, devido, talvez à rixa entre modernistas e esse escritor, que foi considerado pelos modernistas apenas um pintor, sendo sua obra literária geral, ignorada e silenciada.

E, por meio de noticiários, jornais, *internet*, observei que outros pesquisadores teriam encontrado provas concretas de que Lobato era racista. Isso suscitou fervorosas discussões no meio acadêmico, com pesquisadores, de um lado, defendendo o criador de Emília, e, de outro, pesquisadores acusando-o de racismo. Como punição, opinavam estes, suas obras deveriam ser censuradas, proibindo sua venda para o governo brasileiro. Lobato literalmente deveria ir para o banco dos réus, sendo considerado uma espécie de Hitler para muitos.

Com todas essas polêmicas e, sobretudo, por causa delas a respeito do criador de Jeca Tatu, Emília, Jeca Tatuzinho, Zé Brasil, mesmo transcorridas mais de seis décadas de sua morte, lancei-me à pesquisa e análise relativa à sua produção literária, para que, *entendendo o passado, possa tentar compreender melhor o presente, a realidade brasileira.*

Iniciei, pois, a partir daí, meu trabalho.

Ressalta-se que os registros efetivados, a seguir, assumem a forma impessoal da comunicação.

A intenção da pesquisa alicerçou-se nos seguintes pressupostos:

- toda realidade precisa ser desvelada e interpretada em razão de sua complexidade (MARX, 1987);
- o período demarcado para a pesquisa foi constituído por importantes acontecimentos, dentre os quais a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, implicando significativas transformações político-sociais no Brasil e no Mundo;
- a trajetória humana, em suas diferentes fases, foi marcada por ideologias que serviram para configurar posicionamentos e relações entre grupos étnicos, raciais e classes sociais;
- a literatura é importante mecanismo de propagação de ideologias;
- a literatura vale-se, muitas vezes, de personagens fictícios para disseminar crenças, valores e propósitos;
- o século XX foi pródigo em ocorrências que buscaram controlar, dirigir e até produzir literatura sob a égide da ideologia (CALIL, 2012);
- a literatura pressupõe a articulação livre dos sentimento e pensamentos dos seres humanos; quando os literatos seguem uma tendência ideológica para o seu pensar, perdem sua independência de pensamento (CALIL, 2012);
- a ideologia requer uma estrutura conceitual filosófica a respeito do mundo e de seus valores correspondentes, servindo como base orientadora ao Estado e às estruturas sociais;
- literatura e ideologia aproximam-se, porque ambas se movimentam no campo da experiência subjetiva; entretanto, os modos de conceber e de formalizar essa experiência são distintos: a literatura singulariza os objetos da percepção, combinando as fantasias do sujeito,

enquanto a ideologia reduz, uniformiza os segmentos, oculta diferenças, os momentos descontínuos ou contraditórios da subjetividade; a literatura dissemina, a ideologia fixa cada signo e cada ideia em um determinado lugar, reduzindo o universo do sentido (BOSI, 2012);

- as diferenças entre literatura e ideologia no modo de conceber a experiência do sujeito devem conduzir a um movimento de dialetização, permitindo a coexistência dos opostos, reconhecendo que “[...] a ideologia, enquanto costura de representações e de valores, integra a escrita, queiramos ou não acolher a sua presença” (BOSI, 2012, p. 3); assim, a ideologia não deve fechar os horizontes das leituras possíveis de um texto literário;

Reafirma-se que as ideologias se fazem presentes nas obras literárias e que nessa direção se ressaltam três personagens de Monteiro Lobato – Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho e Zé Brasil.

Por um lado, apoiado nesses pressupostos e, por outro, atendendo ao interesse do pesquisador pelo tema, uma vez que já desenvolvera pesquisa sobre Zé Carioca, personagem de história em quadrinhos, tendo sido possível desvelar a ideologia subjacente aos seus procedimentos e identificar aspectos significativos da realidade brasileira, foi elaborado o projeto de pesquisa.

Definido o problema de pesquisa, delineou-se o objetivo geral da investigação, pretendendo-se compreender a realidade brasileira, no período de 1910 a 1950, estabelecendo relações com o contexto econômico, político e ideológico vigente.

Para tanto, foram selecionados os objetivos específicos:

1) identificar as ideologias propagadas pelos personagens Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho e Zé Brasil, estabelecendo comparação entre Jeca Tatu e sua reencarnação com espírito mais crítico em Zé Brasil.

2) diferenciar posições e ideais progressistas de Lobato como contradição a posições consideradas reacionárias, por ele assumidas, como o preconceito contra os caipiras, os negros e os mulatos.

3) analisar criticamente a realidade político-social brasileira, principalmente aquela relacionada à questão agrária, desvelada pelos personagens criados por Monteiro Lobato.

Esta Dissertação decorre de pesquisa bibliográfica e utilizou fontes primárias e secundárias, a fim de construir o referencial teórico. Encontra-se estruturada da seguinte maneira:

a) **introdução**, na qual se busca situar o leitor quanto ao tema, problema e objetivos do trabalho, destacando pressupostos que deram sustentação à escolha teórico-metodológica, justificando a realização da pesquisa;

b) **desenvolvimento**, organizado em três capítulos, contendo revisão teórica e análise de fontes informativas acerca do tema em estudo: no primeiro capítulo – A vida de Lobato: histórias de lutas pela terra – são abordados aspectos relacionados à vida e obra do escritor; sua relação com os modernistas; sua constituição como modernista literário; a morte de Lobato e a perseguição aos comunistas; no segundo capítulo – A violência simbólica no campo – são destacadas abordagens que caracterizam Lobato como preconceituoso em relação ao Jeca Tatu e aos negros, assim como sua mudança de postura relativamente ao caipira; no terceiro capítulo – Lobato e a questão agrária: o personagem Zé Brasil – são contempladas abordagens relativas à irmandade entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato; a influência de Henry George na transformação do pensamento do “coronel Lobato”; Zé Brasil como coroamento das reflexões de Lobato sobre o caipira e a realidade brasileira, com destaque para questões político-econômicas ; o Partido Comunista e a Reforma Agrária;

c) **conclusões**, reafirmam os pressupostos considerados de maior relevância no desenvolvimento do trabalho, ressaltando a importância da análise da literatura de Monteiro Lobato, através de personagens por ele criados, para a representação da realidade brasileira nas décadas de 1910 a 1950.

Os depoimentos, em anexo, trazem a voz e o sentimento de meeiros, personagens reais da vida no campo, seres humanos que fazem parte da constelação familiar do pesquisador.

Constam desta Dissertação, ainda, as referências que serviram de fontes à construção teórica da pesquisa, o que permitiu inferir que existem vastos e importantes estudos sobre a obra de Monteiro Lobato, cuja consulta e análise permitiu configurar a realidade brasileira nas décadas estabelecidas para a pesquisa.

1 CAPÍTULO I

A VIDA DE LOBATO: HISTÓRIAS E LUTAS PELA TERRA

RESUMO

Neste Capítulo, procura-se relacionar alguns episódios da vida e da obra de Monteiro Lobato com episódios da História Nacional e Internacional, mostrando como a História e a condição de classe influenciam os indivíduos nas suas decisões político-sociais. Importante ressaltar-se que até os seis anos de idade, de 1882 a 1888, Lobato vivera num Brasil Imperial e Escravocrata, o que talvez ajude a compreender o contexto que criou um Monteiro Lobato preconceituoso em relação aos caipiras e negros. Mostra-se a constituição político-ideológica do homem e do escritor Monteiro Lobato.

Palavras-chave: Monteiro Lobato, Vida e obra, Caipiras e negros.

1.1 Monteiro Lobato: Vida e Obra

Noite de 18 de abril de 1882: nasceu, em Taubaté, Estado de São Paulo, o primogênito dos proprietários das fazendas Paraíso e Santa Maria, casal José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Augusta Monteiro Lobato. Era neto, pelo lado materno, de José Francisco Monteiro, Visconde de Tremembé. Recebeu o nome de José Renato (GOMES, 2013).

Segundo informa Lajolo (2000, p. 13), era tratado, entre os familiares, pelo apelido de Juca,

[...] e Juca será para eles pela vida afora, mesmo depois que, por volta dos onze anos, decide mudar de nome: prefere José Bento, cujas iniciais coincidem com as letras encastoadas em ouro numa bengala de seu pai. Juca cobiça a bengala, naquele tempo complemento indispensável à elegância masculina. A situação é emblemática da força de vontade, do senso prático e da garra do menino que viria a ser o famoso escritor Monteiro Lobato.

A infância de Monteiro Lobato decorreu no aconchego doméstico, em uma família medianamente abastada do interior paulista, no fim do século XIX. Entremeava a vida na roça, em Ribeirão das Almas, com longas temporadas na casa que a família possuía em Taubaté, bem como em demoradas visitas à casa do avô Visconde, em uma chácara.

Esse intercâmbio entre a cidade e a roça marcou a vida e obra de Monteiro Lobato. Cavalheiro (1956, p. 25) aponta que Lobato em sua juventude, quando podia,

[...] esgueirava-se para a biblioteca do avô, e ali punha-se a folhear as revistas ilustradas. A abolição fora declarada quando ele tinha seis anos, mas os escravos estavam forros antes do decreto da Princesa Isabel, pois homem de alguma leitura, o Visconde, embora apegado ao princípio de autoridade quase ilimitada de um típico patriarca da monarquia, não era refratário às novas ideias; alforriara todos os escravos, e os que – a maioria deles – permaneceram na fazenda, transformando-se em assalariados livres. Das senzalas e dos troncos só restavam reminiscências. Não se falava no assunto. A preocupação geral era o preço do café e as safras, que ora eram esplêndidas, ora péssimas.

Uma vida sem preocupações, desfrutada entre um campo idealizado, sem luta de classes e injustiças sociais e a cidade, com todos seus confortos modernos. Assim vivia o jovem Monteiro Lobato com um avô que poderia ser considerado progressista, já que ele se antecipara à Princesa Isabel e libertara os escravos. Essa vida tranquila é mudada a partir do ano de 1896, quando Lobato, com catorze anos de idade, convive com jovens muito mais ricos do que ele e, segundo Cavalheiro (1956, p. 41),

[...] ouve contar essas e outras loucuras dos milionários de São Paulo, e seus comentários à mãe, se não traduzem revolta, não ocultam o pasmo. Terá, com certeza, perguntado muitas vezes a si mesmo, o porquê de tanta diferença, quando ele anda sempre tão curto de dinheiro, tão curto que pede à mãe que não lhe mande mais frutas porque tem de pagar 2\$000 a um carregador e “cada vez mais que despendo essa quantia é com muito dó de coração”. É neto de um Visconde, homem possuidor de muitas terras e propriedades, mas leva na Paulicéia vida de estudante pobre. Seus pais andam doentes, é com enormes sacrifícios que puderam mandá-lo para a capital.

Apesar de saber que é de origem rica e latifundiária, a convivência com jovens mais ricos e esbanjadores fará com que Lobato, de certa maneira, entre em contato com as desigualdades sociais, o que talvez se reflita em sua simpatia pelos ideais socialistas. E como resultado dessa simpatia, em 11 de agosto de 1903, num artigo intitulado “A Fuga dos Ideais”, Lobato (2008, p.106) afirmava que “[...] atualmente só vemos um ideal bastante generoso, bastante amplo para acolher em seu seio tudo quanto a mocidade tiver de mais superiormente generoso, de mais finamente intelectual, de mais grandiosamente altruísta – o socialismo”.

Enquanto Monteiro Lobato “sofria” no ano de 1896 pelo fato de ter piores condições econômicas do que seus colegas mais ricos, o governo brasileiro “sofria” para derrotar os valentes sertanejos na Guerra de Canudos, na Bahia, entre 1893-1897.

Aproximadamente vinte e cinco mil camponeses se sacrificaram nessa luta por terra. Canudos foi arrasada e seus habitantes degolados pelo exército brasileiro a mando de uma “elite que se considerava progressista”, mas, parafraseando Euclides da Cunha (2002), o povo humilde “não se rendeu” e inspirou e inspira, até hoje, militantes de movimentos sociais que cantam os feitos dos heróis da luta popular em Canções da Terra (SÁ, 2014, p. 20), como pode ser observado na música Adelante Companeros: “Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça, somos companheiros”.

Esse e outros conflitos demonstravam que o Brasil estava em guerra, não contra um país estrangeiro, mas contra seu próprio povo, camponeses simples e trabalhadores.

Se, aos vinte e um anos de idade, Lobato já demonstrara simpatia pelo socialismo, como se explica o fato de não se dispor de outros escritos sobre o tema, nesse período de sua vida? O que poderia explicar isso, conforme observa Cavalheiro

(1956), seria a leitura de Gustave Le Bon¹, pelo jovem Monteiro Lobato, fato que teria efeito arrasador sobre suas crenças, não só católicas, como socialistas. Para o mesmo autor (1956, p. 64), “[...] o drama espiritual que está vivendo é ainda mais de ordem literária e filosófica do que propriamente política, ou social”.

Em 1904, Lobato formou-se em Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Durante a Graduação, participou de vários jornais da Faculdade, colaborando com suas produções literárias.

Apenas anos mais tarde é que o drama de Lobato passou da ordem literária para a ordem política e social. Acredita-se que isso ocorreu com a descoberta do drama das doenças vividas pelos homens e mulheres do campo. Em “Problema Vital”, que reúne uma série de artigos publicados no Estado de São Paulo, em 1918, é que Lobato cita novamente Gustave Le Bon, mas no sentido de não acreditar mais em suas ideias.

E, na obra “A Barca de Gleyre” (LOBATO, 1944), encontra-se a informação de que Lobato leu o livro de Gustave Le Bon, “Psicologia do Socialismo”, datado de 1904. Ainda assim, não se sabe quem o influenciou quanto às ideias socialistas. Fato importante em sua construção ideológica refere-se à carta de dois de junho de 1904 (LOBATO, 1944, p. 59), na qual o escritor muda de opinião em relação ao socialismo:

São Paulo , 2, 6, 1904.

Todos nós, Lino, Albino e Tito, andamos agora rebelados contra o socialismo de Ricardo – e ele em vez de refutar-nos, sofre, vê nisso hipotenusas, atacando um perfume. A mim o que está me fazendo vacilar nas velhas ideias é um livro de Le Bon: Psicologia do Socialismo.

No ano de 1904, ocorria a Guerra da Vacina, episódio acontecido no Rio de Janeiro, em que a “elite” intelectual tomara a decisão de vacinar, de forma obrigatória, a população, sem ter sido feita suficiente conscientização. De acordo com a mentalidade dessa “elite” latifundiária, ainda com característica escravocrata, certamente não seria necessário diálogo com a população: o que a “elite” decidisse seria o melhor. Lobato, como parte dessa “elite”, ainda estava impregnado da ideologia dos latifundiários e escravocratas. Essa ideologia manifestava-se nas suas cartas e em seus livros, revelando sua posição em relação aos negros e aos caipiras.

Em 1906, Monteiro Lobato foi nomeado Promotor Público Interino em Taubaté e, em 1907, assumiu como Promotor Público em Areias, cidade na divisa de São Paulo com Rio de Janeiro.

Na pesquisa desenvolvida, foram identificados diferentes posicionamentos de Lobato em relação aos caipiras, aos negros e mulatos².

¹ **Gustave Le Bon (1841-1931):** psicólogo, físico amador e sociólogo francês; considerado um dos nomes mais importantes da área da Psicologia; abordou temas de relevância no século XX: Psicologia das Massas, Comportamento de Manada, Superioridade de Raça; suas teorias mereceram estudos por parte de pesquisadores da comunicação midiática (ARAÚJO, 2014).

² A simpatia de Lobato em relação aos caipiras manifestou-se, sobretudo, em sua obra artística como pintor. No período entre 1913 e 1916, observou-se que Lobato desenvolveu grande antipatia pelo caipira, o que se refletiu tanto nos contos, como nos artigos “Velha Praga” e “Urupês”. Logo após a morte de Ricardo Gonçalves, Monteiro Lobato voltou a ter simpatia pelos jecas, o que se refletiu em carta a Godofredo Rangel, e, sobretudo, no livro “Problema Vital”, em que Lobato mostrou grande preocupação com a saúde dos camponeses. Em relação ao preconceito contra os negros, este se manifestou tanto em contos, como nas cartas contra Tia Nastácia e, até mesmo, ações relatadas pelo próprio Lobato, conforme é possível observar-se ao longo desta dissertação. Entretanto, no decorrer de sua trajetória, Lobato modificou sua posição racista contra os negros, o que é evidenciado em sua produção literária (LOBATO, 1957, 2009, 2010).

Em 1908, casou-se com Maria Pureza Natividade de Souza Castro. Nesse mesmo período, Lobato traduziu artigos (O Estado de São Paulo), escreveu para a “A Tribuna” (Santos), além de fazer caricaturas para a “Revista Fon-Fon” (Rio de Janeiro).

Em 1911, Monteiro Lobato herdou a fazenda Buquira, na qual passou a viver. Dedicou-se, então, à modernização da lavoura e da criação. Começou ali, efetivamente, seu contato com os homens e mulheres do campo, realidade que conhecera, até então, em aparência, não em essência.

No ano de 1914, “apagaram-se as luzes na Europa” com o início da Primeira Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, no dia 12 de novembro, Lobato publicou, pelo Jornal Estado de São Paulo, o artigo “Velha Praga”, que inaugurava “[...] a figura do anti-herói, o Jeca Tatu, em um texto no qual Monteiro Lobato descarrega toda a sua indignação com as práticas incendiárias e ociosas do caipira” (FERNANDES E OUTROS, 2014, p. 1).

Este artigo funcionou como uma denúncia, fato que

[...] levou o editor do jornal a insistir para que Lobato lhe enviasse mais artigos. Nascia, assim, uma carreira de longa colaboração jornalística. A carta foi importante também por outra razão: é nela que o escritor cita pela primeira vez o nome do personagem a que ele ficará associado para sempre: Jeca Tatu (AULER E OUTROS, 2013, p. 2).

Em 23 de dezembro de 1914, o mesmo jornal publicou “Urupês”. Esses artigos, supõe-se, seriam anti-povo, anticamponês e anti-jeca, já que Lobato estava impregnado da ideologia latifundiária e das dificuldades em controlar seus agregados. Nesses artigos, era encontrada a síntese de uma ideologia latifundiária, burguesa, até escravocrata, apoiada numa análise simplista da realidade (em aparência), em que Lobato bancava o etnógrafo e acreditava ter descoberto o verdadeiro parasita do Brasil: o Jeca.

No ano de 1916, Lobato passou a ter envolvimento com a política, quando tentou representar um papel como coronel, sendo chefe político da oposição. Como muitos brasileiros, desiluiu-se da política. Enquanto isso, no interior de Santa Catarina, o governo brasileiro estava em guerra total contra os camponeses, no triste episódio da Guerra do Contestado, utilizando-se de aviões para massacrá-los. Este episódio, como tristemente comprova a história de Canudos, mostrou, mais uma vez, como a “elite” brasileira tratava os camponeses e os mais pobres – a ferro e fogo.

Em 1917, ano da Revolução Russa, Lobato vendeu a fazenda na qual vivia, encerrando sua carreira de seis anos como fazendeiro.

Em maio de 1918, comprou a editora que publicava a Revista do Brasil, transferindo-se com sua família para São Paulo. Trocou o nome da editora para Monteiro Lobato & Companhia. Conforme Angelotti (2013, p. 2), Monteiro Lobato revolucionou o mercado de livros “[...] com relação à distribuição dos mesmos, pois vendia seus livros de porta em porta, em mercearias, pelo correio, em todo o País. Foi um dos primeiros editores a colorir capas de livros, de torná-las atraentes, além de ilustrá-los. Definitivamente, Lobato inovou o mercado literário”.

Em novembro de 1918, terminou a Primeira Guerra Mundial com a vitória do bloco aliado (Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Portugal, França e Rússia, esta até 1917). Um mês após o término do conflito, Lobato adquiriu a Companhia Editora Nacional, tendo revolucionado o mercado de livros no Brasil, transformando o livro em mercadoria, vendido em farmácias, comércio e armazéns, contribuindo, desse modo, com a cultura nacional. Na campanha eleitoral de 1919, Rui Barbosa fez bela análise

crítica sobre Jeca Tatu, aumentando as vendas de “Urupês” e projetando ainda mais a figura de Monteiro Lobato.

No ano de 1920, Lobato publicou “A Menina do Narizinho Arrebitado”, iniciando, aos trinta e oito anos de idade, a literatura infantil brasileira. Este conto introduziu a personagem título – Lúcia, e sua boneca de pano – Emília. No ano seguinte, publicou “Reinações de Narizinho”, livro que iniciou a série “Sítio do Picapau Amarelo”, introduzindo personagens como Pedrinho e Visconde de Sabugosa, valendo-se, para configurar o Sítio, de lembranças de sua própria infância.

Sua editora faliu em 1925, tendo sido considerada, durante muito tempo, a maior do Brasil (ANGELOTTI, 2014).

Em sua trajetória como literato, Monteiro teve relação difícil com a Academia Brasileira de Letras- ABL, marcada, essencialmente, por três episódios.

Em 1925, o escritor tentou uma vaga na Academia Brasileira de Letras, não obtendo a unanimidade exigida entre os acadêmicos. Posteriormente, inscreveu-se mais uma vez, mas retirou sua candidatura antes do pleito, não mais pretendendo uma vaga entre os “imortais”. Todavia, estes o indicaram, em 1944, para ocupar a vaga de Alcides Maya, falecido naquele ano. A fim de cumprir ritual previsto no Regimento da ABL, Lobato deveria enviar ao Presidente da Academia “[...] carta em que declararia aceitar sua indicação e estar concorrendo efetivamente à vaga” (MAGALHÃES, 2014, p. 1). Em lugar dessa carta, enviou uma missiva, datada de onze de outubro de 1944, cujos excertos são transcritos a seguir:

[...] o Regimento impõe a declaração do meu desejo de concorrer à vaga, e isso me embaraça. Já concorri às eleições acadêmicas no bom tempo em que alguma vaidade subsistia dentro de mim. O perpassar dos anos curou-me e hoje só desejo o esquecimento de minha insignificante pessoa. Submeter-me, pois, ao Regimento seria infidelidade para comigo mesmo – duplicidade a que não me atrevo. De forma alguma esta recusa significa desprezo à Academia, pequenino que sou para menosprezar tão alta instituição (MAGALHÃES, 2014, p. 2).

Lobato continuou apresentando suas justificativas, declarando que sua recusa representava tão somente coerência consigo mesmo, “[...] reconhecimento público de que rebelde nasci e rebelde pretendo morrer” (MAGALHÃES, 2014, p. 2). Conclui a mensagem da seguinte maneira:

Mal comportado que sou, reconheço o meu lugar. O bom comportamento lá de dentro me dá aflição... Peço, senhor presidente, que transmita aos dez signatários os protestos da minha mais profunda gratidão e um afetuoso abraço deste admirador e amigo, Monteiro Lobato (MAGALHÃES, 2014, p. 3).

Em 1927, foi nomeado adido comercial brasileiro em Nova Iorque, para onde se mudou. Lá se entusiasmou com o progresso e a pujança do capitalismo norte-americano (LAJOLO, 2000).

Em 1929, ocorreu a crise da Bolsa de Valores, sendo que perdeu quase todo o seu patrimônio, resultado da oscilação cíclica do capitalismo. Mesmo assim, Lobato manteve a fé no capitalismo e na livre iniciativa.

Em 1931, depois de retornar ao Brasil, começou a campanha pelo petróleo, com o objetivo de desenvolver o Brasil. Os recursos foram garantidos pela publicação de histórias infantis e tradução de livros (LAJOLO, 2000).

Em 1934, ano em que o Fascismo, o Nazismo e o Varguismo se encontravam em ascensão, inclusive com o Integralismo no Brasil, seu livro “História do Mundo para Crianças” começou a sofrer críticas e censuras da Igreja Católica (LAJOLO, 2000).

Em 1936, diante dos obstáculos impostos por Getúlio Vargas à exploração de petróleo no Brasil, Monteiro Lobato lançou o livro “O Escândalo de Petróleo”, censurado em 1937. Neste mesmo ano, Lobato lançou “O Poço do Visconde”, enquanto o Integralismo e o Varguismo continuavam a crescer no Brasil. O nazi-fascismo expandia-se pela Europa e pelo mundo, seja por movimentos políticos, seja pela força militar, como o ataque de Mussolini a Abissínia. Importante ressaltar-se que no livro “O Escândalo de Petróleo”, Lobato já demonstrava simpatia pelo comunismo, relatando toda sua luta pelo petróleo e contra o capitalismo internacional, representado pelas Companhias de Petróleo estrangeiras, empenhadas em não deixar que o Brasil explorasse o petróleo e se desenvolvesse, segundo os conceitos do escritor (LOBATO, 2011).

No Brasil, a luta entre fascismo e comunismo evidenciava-se em violentos confrontos entre Integralistas e Comunistas, membros, respectivamente, da Ação Integralista Brasileira (AIB) e Ação Nacional Libertadora (ANL).

A AIB, entidade política de caráter nazi-fascista, atuou no Brasil entre outubro de 1932 – data da sua fundação – e março de 1938, quando se extinguiu diante do fracasso de um golpe ao Palácio do Catete, meses após a implantação do Estado Novo. Plínio Salgado, seu principal líder, a partir daquele momento, foi exilado para Portugal, retornando ao Brasil apenas em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, e a consequente redemocratização do País (FAUSTO, 1994).

O Integralismo estava inserido no contexto internacional de crise do capitalismo e recuo das democracias liberais, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o avanço das ideologias e regimes totalitários, representados pelo fascismo na Itália, sob a direção de Benito Mussolini (1922-1944), o nazismo na Alemanha, sob a liderança de Adolf Hitler (1933-1945), a ditadura de Franco na Espanha (1936-1976) e a ditadura de Salazar em Portugal (1932-1968). A Ação Integralista Brasileira tinha, como programa, valores burgueses como a defesa da família, da propriedade privada (latifúndio), das tradições do País e da Igreja Católica.

Já a Ação Nacional Libertadora contrapunha-se radicalmente ao Integralismo, uma vez que este tinha um programa revolucionário que defendia a reforma agrária, a luta de classes e criticava as religiões e os preconceitos. Tinha como lema “Pão, terra e liberdade”. A ANL teve vida curta perante seu adversário político – março 1934 a abril de 1935, o Integralismo. Isso ocorreu devido à repressão dos órgãos do governo e dos confrontos com os integralistas. Os comunistas liderados por Prestes foram perseguidos por Vargas, em 1935, com a proibição da Ação Nacional Libertadora, num ensaio do que seria a ditadura do Estado Novo, no período de 1937 a 1945 (FAUSTO, 1994).

Ao tempo dessa perseguição, ainda faltavam quatro anos para um novo conflito mundial, que, assim como a Primeira Guerra Mundial, teve origem nas disputas imperialistas. O mundo lentamente caminhava para o grande conflito. Lobato se mostrava favorável aos membros da ANL, em especial ao seu grande líder, Luiz Carlos Prestes, que foi por ele homenageado no livro “*Mister Slang e o Brasil*” (1927).

Novamente, “as luzes se apagaram na Europa”, com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Carta de Monteiro Lobato ao ministro da Agricultura precipitou a abertura de um inquérito sobre o petróleo (LOBATO, 2011).

Em fevereiro de 1939, morreu Guilherme, filho de Monteiro Lobato.

Em 1940, houve uma tentativa de cooptação por parte da Ditadura do Estado Novo, liderada por Vargas, que convidou Lobato para o Ministério da Propaganda (CAVALHEIRO, 1956).

Em 1940, foi assinado, em Berlim, o tratado Roma-Berlim-Tóquio, formando o Eixo, composto por Itália, Alemanha e Japão, que tinha por objetivo derrotar os aliados, em especial, os

Estados Unidos e a União Soviética, que entraram no conflito no ano de 1941. Em vinte e dois de junho de 1941, a Alemanha invadiu a União Soviética e, em oito de dezembro de 1941, os japoneses atacaram a base de Pearl Harbor, provocando a entrada dos Estados Unidos no conflito.

Os soviéticos tiveram papel fundamental na vitória dos aliados, tendo em vista que as forças do nazi-fascismo sofreram perdas imensas no território soviético, ao contrário do mito construído por Hollywood que propagava que os norte-americanos, sozinhos, teriam conseguido derrotar o eixo.

Na Europa, em 1941, ocorreu a operação Barba Rossa, quando Hitler invadiu a União Soviética, enquanto que, no Brasil, fracassou a tentativa de cooptação, por parte de Getúlio Vargas, para que Lobato participasse da Ditadura. Além disso, Lobato enviara carta para Vargas, tida como subversiva, em 1941, acabando por ser preso pelo período de três meses. Esses acontecimentos contribuíram para aumentar o pessimismo do escritor em relação ao Brasil e ao mundo, agravado pela morte do filho Edgar, em treze de fevereiro de 1943 (CAVALHEIRO, 1956).

E em 1944, graças à força da indústria norte-americana e ao sacrifício de milhões de soviéticos (ao final do conflito, os soviéticos tiveram vinte milhões de mortos) o Eixo, já estava quebrado, tendo sofrido derrotas na África, Europa e Ásia.

Vargas apoiava os Aliados e as Democracias, enquanto que, internamente, o Brasil vivia os horrores do Estado Novo. Lobato foi indicado como “imortal” pela Academia Brasileira de Letras, título recusado como já referido, pois a Academia havia consagrado Vargas como “imortal”. E Lobato já tinha se transformado em inimigo mortal da Ditadura Vargasista.

Em 1945, as luzes começaram a se acender na Europa e no mundo. Chegara ao fim a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, encerrara-se o Estado Novo. Lobato recebeu convite para integrar a bancada de candidatos do Partido Comunista Brasileiro. Enviou saudação a Luís Carlos Prestes, a ser lida no comício do Pacaembu. Mesmo mostrando sua admiração pelos comunistas, Lobato recusou participar como Deputado. Uma hipótese aceitável para o não ingresso como Deputado pode ser explicada pela aliança que os comunistas fizeram com Vargas. Além disso, se acrescentaria o desencanto de Lobato pela política, quando participou como chefe da oposição municipal, no distante ano de 1916 (LOBATO, 1957).

Em 1946, mudou-se para a Argentina, Foi contrário à fundação de um Museu de Arte Moderna em São Paulo. A Guerra Fria entre capitalistas e comunistas estava apenas começando. E a guerra contra os modernistas e seus herdeiros segue até hoje, sem armistício no campo literário, conforme se analisa no subcapítulo a seguir.

Monteiro Lobato morreu em 1948, com sessenta e seis anos de idade, vítima de espasmo cerebral, tendo sido velado na Biblioteca Municipal de São Paulo (AULER E OUTROS, 2013, p. 2).

1.2 Lobato *versus* Modernistas, ou Lobato Modernista?

Analisa-se, aqui, as tensas relações de Lobato com os “modernistas”³, abordagem incluída nesta Dissertação como consequência do fato de, no decorrer da pesquisa, ter sido identificado que autores consagrados da literatura brasileira ignoraram a obra de Monteiro Lobato.

³ **Modernistas:** artistas que, no início do século XX, defendiam um novo conceito de arte; os modernistas brasileiros desejavam mostrar a realidade brasileira, com suas favelas, seu povo marginalizado, sem idealismos românticos; o movimento modernista abrangia literatura, arquitetura, *design*, pintura, escultura, teatro, música, organização social; pretendia a ruptura estética com padrões acadêmicos vigentes (PAVAN, 2014).

Essa análise contempla enfoques relativos às relações de poder, suas causas, o conflito em si, as tentativas de ignorar a obra de Monteiro Lobato e o modo como os lobatianos têm reagido ao vazio acerca desse escritor na crítica literária.

Um registro de Ortiz (1994, p. 45), referindo-se a Roland Corbisier (1959), revela o tom acalorado dos modernistas quanto a seus posicionamentos: “[...] costumava dizer que antes do movimento modernista o que tínhamos no Brasil era simplesmente pré-história”, entendida esta como insignificante, que o Brasil seria ágrafo e que simplesmente não houve literatura no Brasil, o que, com certeza, não corresponde à realidade dos fatos.

Nesse sentido, Ortiz (1994, p. 8) afirma: “Na verdade, falar em cultura brasileira é falar em relações de poder. Quando os intelectuais do ISEB⁴ afirmam, por exemplo, que não existe um pensamento brasileiro anterior ao modernismo, o que de fato eles estão fazendo é introduzir um corte arbitrário na história”.

Alguns indícios de divergências de Lobato com os modernistas já se encontravam anunciadas em 1916, referidas assim por ele: “Pelo Correio o Oswald de Andrade me combateu as ideias ‘anti-litoralistas’(LOBATO, 1944, p. 67)”. Ainda não era o início do conflito aberto, mas, dentro do próprio modernismo, identificavam-se dois grupos: os que defendiam o litoral como a melhor representação do brasileiro e o grupo dos verde-amarelos, defensores dos sertões, que “[...] identificariam o interior com a brasilidade e autenticidade, em contraposição ao litoral, visto como cosmopolita e artificial” (VELLOSO, 2010, p. 93).

Com esses indícios, é possível formular a hipótese de que Lobato tinha maior simpatia pelo grupo verde-amarelo, cuja confirmação fica na dependência de novas pesquisas.

Encontra-se outra crítica de Lobato a Oswald de Andrade, em carta de 1916, encaminhada a Rangel⁵, na qual expressa: “E depois publicaremos o nosso livro conjunto, por amizade, não por cabotismo, como o Oswald e o Guilherme de Almeida” (LOBATO, 1944, p. 107).

É possível situar o início oficial das hostilidades a partir da arrasadora crítica de Monteiro Lobato à Exposição Malfatti, com a publicação do artigo “Paranoia ou Mistificação”, em 20 de dezembro de 1917, que provocou a reação dos ‘modernistas’ que aguardaram o momento próprio, para dar o troco, enterrando Lobato literariamente, com a publicação do poema necrológico a Lobato, de Mario de Andrade, em 1926, momento em que Lobato saía do grande centro de São Paulo devido à falência de sua editora.

A historiografia modernista utilizou o episódio da publicação do artigo “Paranoia ou Mistificação” como marco das hostilidades: Lobato seria o vilão, enquanto que Anita Malfatti seria a primeira mártir do movimento.

Ênio Passiani (2001) informa que os modernistas tentaram arregimentar Lobato para o movimento, por haver uma proximidade temática e formal entre eles. Como não foi possível a cooptação, os modernistas passaram a taxar Lobato de “pintor frustrado” e desautorizaram-no como crítico de arte, culpando Lobato pelo declínio artístico de Anita Malfatti. A disputa

⁴ **ISEB:** Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado pelo Decreto nº 37.608 de julho de 1955 como órgão do Ministério da Educação e Cultura com o objetivo de promover o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais, “[...] cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional” (ABREU, 2014, p. 1); não conseguiu sensibilizar os grupos mais representativos das Ciências Sociais no Brasil; foi extinto em 13 de abril de 1964 (ABREU, 2014).

⁵ **Godofredo Rangel (1884-1951):** escritor e tradutor brasileiro; nasceu em Três Corações, Minas Gerais; conheceu Monteiro Lobato em uma república de estudantes; em 1903, iniciou correspondência com Lobato, o que constituiu a primeira edição do livro “A Barca de Gleyre”, reunindo correspondência do período de 1903 a 1948 (LOPES, 2013).

entre modernistas e Lobato estendeu-se ao campo editorial, já que Lobato comandara a Revista do Brasil nos anos de 1920 e perdera o comando para os modernistas.

A respeito desse fato, Lobato afirmou que o modernismo estaria aprovado, se a Revista conseguisse boas vendas. Veja-se sua afirmação: “Entreguei a *Revista do Brasil* ao Paulo Prado e ao Sergio Milliet e não mexo mais naquilo. Eles são modernistas e vão ultramodernizá-la. Vejamos o que sai – e se não houver baixa no câmbio das assinaturas, o modernismo está aprovado” (LOBATO, 1957, p. 264).

Conforme Lobato (1970, p. 296), em carta enviada a Jaime Adour da Câmara, a crítica a ele dirigida pelos modernistas seria fruto da “[...] inveja de minha vitória comercial nas letras”, já que, como informava o próprio Lobato, tinha ultrapassado “[...] mais de dois milhões de tiragens”. Acrescentava, ainda, que os modernistas poderiam ser “[...] uns gênios - mas não vendem”.

À crítica dos modernistas de que Lobato seria um escritor regionalista e não universal, pode contrapor-se uma interessante discussão de Said (2011, p. 425) sobre a não aceitação da universalidade de autores africanos e, para que esses autores africanos fossem aceitos, poderiam ter nomes ocidentais, a fim de agradar aos críticos literários e, dessa forma, atingir a tão almejada universalidade literária.

Assim como Said discute esse projeto como uma brincadeira, Lobato (1944, p. 298) também pensa em refazer seus livros, transformando Jeca Tatu em Conde do Papa, não em busca da universalidade e, sim, com a intenção de cooptar mais leitores, que “comprariam para ver”. Para Lobato, o sucesso estaria em agradar seu público consumidor, não críticos de uma determinada escola ou ao ‘M’ (Comando Secreto Modernista).

Também é interessante observar que, tanto Said como Lobato, pensavam na transformação de personagens literários regionais em personagens da metrópole. Se Lobato pensava em transformar Jeca Tatu num Conde do Papa, numa época em que a Europa ainda tinha força para comandar e disputar o comando do mundo, tendo colônias em África e Ásia, Said pensava na hipótese de transformar os nomes africanos em nomes norte-americanos, uma vez que esses seriam relacionados ao maior poder político e militar do planeta.

Lobato não chegou a transformar Jeca num Conde do Papa, entretanto publicou um livro, visando ao público norte-americano, um livro polêmico intitulado “O Presidente Negro”, ignorado pela crítica e pelo público, não despertando muita atenção.

Lobato também fez uma interessante analogia, ou seja, vestiu seu Jeca Tatu conforme a moda da nobreza, intencionando agradar aos críticos. Sendo vestido à moda nobre, poderia ser ‘moderno’ ou cosmopolita.

Após a morte de Lobato, sua obra passou a ser sistematicamente ignorada pelos críticos modernistas.

Antonio Candido (2006), em “Literatura e Sociedade de 1900 a 1945”, critica os contos sertanejos, entendendo-os como artificiais e pretensiosos e considerando que, no período de 1900 a 1920, o caboclo passara por um processo de idealização. Esse crítico literário deixou de mencionar a obra “Urupês”, na qual Lobato fez arrasadora crítica aos gêneros sertanejos, ainda que injusta para com o caipira. Isso faz supor que Antonio Candido desconhecia a obra de Monteiro Lobato ou agiria de modo intencional, ao ignorar sua produção. Uma possível explicação para esse modo de proceder de Antonio Candido poderia ser, também, o fato de esse crítico literário pertencer ao Comando Secreto Modernista, que enaltecia o próprio grupo e criticava e ignorava os seus adversários.

Posteriormente, na obra “Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido (2010, p. 96) fez um estudo sobre o caipira e criticou a visão de Monteiro Lobato a respeito desse tipo brasileiro:

Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Daí o atraso que feriu a atenção de Saint Hilaire e criou tantos estereótipos, fixados sinteticamente de maneira injusta, brilhante e caricatural, já no século XX, no Jeca Tatu de Monteiro Lobato.

Considera-se que a referência a Lobato foi restrita e que Antonio Candido, como crítico literário, poderia ter dialogado e mesmo criticado, de forma mais profunda, o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Mais ainda: deveria reconhecer o mérito de Monteiro Lobato em criticar o gênero de contos sertanejos, ao invés de reafirmar a ideia de que apenas no ano de 1922 ocorrera a crítica aos gêneros sertanejos.

Antonio Candido fez, também, diversas críticas ao regionalismo, entretanto não cita “Velha Praga” e ignora também o livro de contos “Urupês”, de 1918, considerado por Oswald de Andrade, o marco zero do modernismo.

Considera-se um grande equívoco dos modernistas o fato de ignorarem, de forma tão escancarada, a obra de Monteiro Lobato, fazendo apenas críticas indiretas ao regionalismo. Acredita-se que os modernistas agiam de forma intencional, enaltecendo os seus pares e ignorando propositalmente os seus adversários. Quando a tática não era a de ignorar, passavam ao ataque puro e simples, assim como ocorreu em relação à obra de Lobato.

Em análise literária, espera-se neutralidade, imparcialidade, características do espírito científico. Entretanto, conforme apontado, existia um movimento organizado com o objetivo de apagar a memória de Lobato, ignorando a análise de suas obras, como fez Antonio Candido (2006), que citou diversos pré-modernistas, como Euclides da Cunha, João Ribeiro, Lima Barreto, Graça Aranha que teriam o papel de apenas preparar o terreno para os modernistas. Candido considera que nem mesmo para preparar o terreno aos modernistas, Lobato teria serventia. Quando não era possível simplesmente ignorar a obra de Lobato, partia-se para a crítica, como a de Alfredo Bosi que afirmava que a literatura de Lobato era um “[...] exemplo da contradição moderno/antimoderno, símbolo de uma literatura arcaica e de um regionalismo pobre” (MOTA, 2010, pp. 32-33).

Apesar de todas as acusações de que o escritor não seria moderno, de todas as tentativas deliberadas em ignorar a obra de Lobato, não se pode acusar o escritor taubateano de ser arcaico ou ter uma literatura pobre, já que, até mesmo o pretexto para o início das rivalidades entre Lobato e os modernistas, ou seja, as críticas de Lobato a Anita Malfatti podem ser vistas como expressão do mais puro espírito do modernismo, uma vez que os modernistas defendiam que a arte não deveria ser uma cópia do francês. É por isso que Lobato pode ser enquadrado como modernista devido ao seu nacionalismo radical e à defesa das coisas da terra.

Defender a cultura nacional, buscar a criação de um estilo artístico novo, e não mera imitação do francês ou norte-americano, era o que buscava Lobato com a crítica a Anita Malfatti, pintora que já vinha recuando em relação às propostas estéticas da arte modernista, conforme pesquisa de Chiarelli (1995).

Ressalta-se que, nesse movimento tensional, enquanto Lobato atuava ao longo de sua carreira como escritor, desenvolvendo um projeto que visava a “educar as crianças” rumo a um País moderno e desenvolvido, de acordo com as ideias lobatianas de modernidade e, sem apoio do Estado e, muitas vezes, contra o Estado, seu principal adversário no campo literário, Mario de Andrade, por sua vez, recebia “[...] total apoio dos mais elevados escalões da administração municipal e estadual para levar adiante o projeto cultural de ‘abrasileiramento’ da população urbana de origem imigrante” (MELLO, 2006, p.152).

Ou seja, enquanto os modernistas recebiam recursos do Estado, Lobato, por sua vez, não recebia nenhum apoio e, quando houve a tentativa de cooptação por parte de Vargas,

Lobato recusou, resultando em uma dolorosa prisão no ano de 1941. Ambos atuavam em campos diferentes, um na esfera privada, o outro na esfera pública, mas ambos com ideais de modernização e modernismo.

Apesar de tanta proximidade da obra de Lobato com os modernistas, convém perguntar: por que Lobato continua, apesar de sua imensa obra, de certa forma, a ser ignorado pela academia? A resposta é dada pelo próprio Lobato, que escreveu sobre a construção da história eurocêntrica da descoberta da América, mas que poderia, perfeitamente, responder também acerca da história dos modernistas, contada por eles próprios:

Por uma razão muito simples: porque a história é escrita por eles. Um pirata quando escreve sua vida está claro que se embeleza de maneira a dar a impressão de que é um magnânimo herói. Há uma fábula a este respeito. À entrada de certa cidade erguia-se um grupo de mármore que representava um homem vencendo na luta ao leão. Passa um leão, contempla aquilo e diz: muito diferente seria essa estátua, se os leões fossem escultores (LOBATO, 1988, p. 135).

Os modernistas, por conseguirem matar o leão Lobato, segundo sua versão da História, por terem melhor organização, por estarem mais próximos do poder, tiveram sua versão como vencedora ou prevalente. Caberá, então, aos historiadores e aos novos críticos literários o compromisso de reverem os fatos que ocorreram na segunda década do século XX, no distante episódio Malfatti, o que, de forma sucinta, se buscará fazer logo a seguir.

1.3 Lobato, Modernista Literário

Como já referido, a rivalidade entre Lobato e os modernistas era grande e segue tendo seus reflexos até os dias de hoje, sobretudo nos silêncios em relação ao escritor taubeteano.

Aqui, serão abordadas as diferentes e equivocadas interpretações sobre a obra de Lobato, o que este e os modernistas tinham em comum quanto aos termos literários, aspectos que poderão trazer uma perspectiva diferente para a interpretação de Lobato nos dias atuais.

Para Costa (2012), a interpretação dos grupos que interpretam Lobato são inúmeras. No primeiro grupo, destacam-se renomados membros da academia, como Bosi e Werneck que dariam ênfase ao episódio Anita Malfatti. Formula-se a hipótese de que, apesar da Universidade ter por fim a construção do conhecimento, acabou tendo sua finalidade desviada por elementos pró-modernistas, construindo uma narrativa sobre modernismo que colocou Lobato como vilão e Anita Malfatti como mártir. Consequentemente, Mario de Andrade, como líder, excluiria da análise o conjunto da obra de Lobato. Como diriam Marx e Weber (1977), as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes.

Como um exame mais aprofundado da obra de Lobato não agradasse ao *status quo*, provavelmente este teria sido o motivo para sua obra ser boicotada até os dias de hoje.

Para os membros desse grupo, Lobato seria apenas um “[...] atrasado homem do século XIX que visitou uma bela e moderna exposição de arte e em virtude de sua incapacidade de se relacionar com o moderno, escreveu um artigo preconceituoso” (COSTA, 2012).

Um segundo grupo exaltaria Lobato como a “figura de um homem moderníssimo” devido às suas inúmeras atividades profissionais e posições políticas. Entretanto, este grupo também não situa Lobato na modernidade literária.

Para um terceiro grupo, Lobato seria o inventor da literatura infantil brasileira. Todavia, Costa (2012, p.14) questiona a razão pela qual esse grupo não veria a quebra de paradigmas de Lobato como uma “[...] continuidade das discussões sobre o fazer artístico que cercavam os eventos liderados pelo grupo modernista de São Paulo, de quem o escritor foi próximo”.

Costa (2012) identificou um quarto grupo, baseado na obra de Costa Lima “O Fingidor e o Censor: no *Ancien Régime*, no Iluminismo e Hoje”, que analisaria a obra de Lobato sob a ótica da “teoria do controle do imaginário” e que viria [...] “orientando a história, a leitura e a literatura” (COSTA LIMA, 1988, p. 187).

Para um quinto grupo, Lobato estaria “[...] situado ora num regionalismo novecentista, ora na categoria límbica pré-modernista. Em alguns curiosos e esdrúxulos casos, há quem o aponte como um prosador simbolista” (COSTA, 2012, p. 15).

Entende-se, a partir dessa visão fragmentada, de que a obra de Lobato não pode ser analisada sob critérios rígidos, colocada em “gavetas” (COSTA, 2012).

A mesma autora (2012), analisando a obra infantil de Lobato, no período de 1920 e 1930, encontra um Lobato bem afinado com a proposta modernista, que teria boas relações com alguns membros desse grupo.

A pesquisadora Franco (2007, p. 44), ao deter-se na obra de Lobato, afirma que este utilizou “[...] do ponto de vista estético, a linguagem coloquial e popular, bem ao gosto dos modernistas”. Denise Bertoluci (2008) também encontrou três características que aproximariam Lobato dos modernistas: o coloquialismo, a aproximação entre escrita e fala e o experimentalismo formal.

Aponta-se que Lobato, assim como os modernistas, defendia a criação de uma língua nova, liberta, uma língua genuinamente brasileira, oriunda dos jecas, livre de amarras gramaticais, assim como o inglês, que teve sua origem no homem das ruas e que graças a isso obteve imenso sucesso na difusão de sua cultura.

Assim como os modernistas, Lobato também buscava o resgate de costumes e das lendas nacionais, como, por exemplo, no inquérito do Saci-Pererê, semelhante aos estudos realizados por Mario de Andrade na área de folclore. Lobato voltou-se para o passado, procurando “reler” os elementos de formação do que ele considerava como as fontes de um mito brasileiro como o Saci em “Saci-Pererê: resultado de um inquérito”.

Dentre as convergências de Monteiro Lobato com os modernistas, estariam, portanto, a utilização da linguagem coloquial, que seria a correta de acordo com o entendimento de Lobato; a não utilização de acentos; o desprezo pelas regras gramaticais; a exaltação às maravilhas da modernidade, como o sorvete e o automóvel; a aproximação de Lobato com a esquerda em suas obras; a não submissão do autor ao governo getulista, (muitos modernistas foram cooptados pelo Estado Novo). A obra do “Sítio do Picapau Amarelo” pode também ser considerada moderna, ou até antropofágica, uma vez que absorveu as grandes obras da literatura europeia e até personagens infantis norte-americanos, traduzindo-os para a linguagem brasileira e aproximando-os da gente do País. Suas obras falavam sobre coisas modernas para as crianças da época, como o avião, o cinema, as sardinhas enlatadas.

Para Mota (2010, p. 33), muito mais importante, nessa questão, seria considerar a “[...] modernidade como meio de adequação e acompanhamento das transformações ocorridas no contexto em que Lobato se encontra.” Mota (2010), assim como outros lobatianos, sentem a dificuldade de enquadrar Lobato em uma definição rígida. Isso em decorrência do tamanho da obra de Lobato, que supera dez mil páginas, além de milhares de páginas de discussão sobre o escritor. Portanto, enquadrá-lo em caixinhas, levaria a “[...] encarcerar a obra de Lobato a um contexto único” (MOTA, 2010, p. 33). Ainda para Mota (2010, p. 35), a “[...] ideia de transformação é um dos fios condutores de sua obra”, basicamente transformação social, que

coincidiria com a “[...] ideia de modernização como um processo também contínuo de atualização técnico, científico, social, econômico e cultural”.

Com tantos pontos em comum, nada mais natural que as relações entre Lobato e os modernistas fosse de amizade e tolerância com alguns de seus membros, como Oswald de Andrade que chegou a convidá-lo para a Segunda Semana de Arte Moderna.

Ao analisarem a correspondência de Lobato com Di Cavalcanti, Graça Aranha, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet e Mario de Andrade, assim como o artigo “O Nosso Dualismo”, os autores Azevedo, Camargo e Saccheta (1997, p. 177) encontraram evidências que colocariam “[...] em xeque a tese do rompimento radical de Lobato com os modernistas, além de derrubar a hipótese de que não se interessava pela experimentação formal desenvolvida por eles nos campos das artes plásticas e da literatura”.

O fato é que, na literatura, Lobato (1933, p. 93) se mostrou favorável ao modernismo literário, já que este afirmava, no artigo acima referido: “Vai desempenhar uma [...] função muito séria em nossas letras. Vai forçar-nos a uma autêntica revisão de valores e apressar o abandono de duas coisas que andamos aferrados: o espírito da literatura francesa e a língua portuguesa de Portugal”.

Até as críticas de Lobato a Anita Mafaliti, no famoso artigo “Paranóia ou Mistificação”, podem enquadrar Lobato como modernista devido ao seu nacionalismo radical e a defesa da natividade brasileira. Um modernismo diferente, mas, como afirma Velloso (2010), o modernismo não é único e, sim, plural. Bastos (2007, p. 128), por exemplo, escreve, em sua dissertação de mestrado, sobre a necessidade de criação de “[...] categorias independentes para a crítica literária brasileira, desvinculando-as do modernismo como ponto de referência.”

Há de se considerar, como afirma Velloso (2010, p. 29), o uso do termo “modernismos” devido “[...] ao caráter complexo da experiência modernista”.

Entende-se, assim como Oswald de Andrade, considerar-se Lobato o “Gandhi do Modernismo”, ou de outro Modernismo. Apesar dos equívocos de Lobato em relação ao Jeca, pode ser considerado modernista pelo menos em termos literários, na sua crítica ao romantismo, já que, em termos ideológicos, é extremamente reacionário. O mérito de Lobato foi ter revisto essas posições ao longo de sua carreira como escritor. A produção de “Velha Praga” e “Urupês” estaria inserida na modernidade reacionária (HERF, 1993).

Inúmeros lobatianos, como Costa (2012) e Bastos (2007), entre outros, pedem a revisão da obra de Lobato, entendendo que este teve grande semelhança com os modernistas literários e que não se faz ciência disso a partir de um critério meramente partidário.

Considera-se, pois, que é chegado o momento dos modernistas, que estudam Lobato, reconhecerem afinal seu papel nesse movimento, reunindo as fortes evidências nesse sentido.

A obra de Lobato continua atual, portanto moderna, já que continua extremamente lida, debatida, sendo que os problemas abordados por Lobato, em sua época, como queimadas, saúde, petróleo, recursos energéticos, reforma da língua, reforma agrária, persistem até o momento presente. Lobato chegou até mesmo a prever o que seria a *internet* no livro “O Presidente Negro”, no ano de 1926, assim como as redes sociais.

Esses assuntos continuam em pauta, não só no Brasil, como no mundo. Caberá aos pesquisadores de Lobato reescrever sua historiografia e os manuais de literatura, cheios de equívocos e silêncios sobre o escritor.

Em razão dos fatos e evidências apontados, é possível considerar-se Monteiro Lobato como um modernista literário.

1.4 Morte de Lobato e Perseguição aos Comunistas

Como reflexo da Guerra Fria⁶, as luzes voltaram a se apagar, agora no Brasil, quando, no ano de 1948, começaram as perseguições aos comunistas e as cassações dos mandatos obtidos democraticamente.

Na madrugada de quatro de julho de 1948, morreu o combatente e militante Lobato. Dentre as causas de sua morte, pode ser considerado o fato de ser fumante, mas a principal, supõe-se, seria o declínio de sua saúde, provocada pela sua prisão no ano de 1941. Ser um militante da justiça social implicou sacrifícios, como a perda da liberdade e até da saúde. Lobato foi capaz de antever seu falecimento e, em carta para seu amigo Rangel, finalizando mais de quarenta anos de correspondência, escreveu (LOBATO, 1957, p. 385):

Adeus, Rangel! Nossa viagem a dois está chegando perto do fim. Continuaremos no além? Tenho planos logo que lá chegar, de contratar o Chico Xavier para psicógrafo particular, só meu – e a 1ª comunicação vai ser dirigida justamente a você. Quero remover todas as tuas dúvidas. Do Lobato.

Em abril de 1948, Lobato sofreu um espasmo vascular que afetou sua motricidade. Mesmo com a saúde debilitada, publicou “De quem é o petróleo na Bahia” e “Georgismo e Comunismo”. No dia quatro de julho de 1948, após sofrer um segundo espasmo cerebral, faleceu, aos sessenta e seis anos, em São Paulo, José Bento Monteiro Lobato. Seu corpo foi velado na Biblioteca Municipal de São Paulo, sendo seu sepultamento realizado no Cemitério da Consolação (MAGALHÃES, 2014).

O funeral foi acompanhado por grande multidão. Morreu o combatente, mas a luta, por terra e justiça social, estava apenas engatinhando. Jovens idealistas entraram em contato direto com o povo, armados com ideias de justiça, reforma agrária e panfletos clandestinos de Zé Brasil.

A luta por reforma agrária, ainda não concretizada no Brasil, passou a contar com o apoio dos intelectuais de esquerda. Monteiro Lobato era um deles. Sua vida e sua obra ainda inspiram esses ideais. No Capítulo III – Lobato e a questão agrária: o personagem Zé Brasil –, essas questões merecerão especial atenção.

⁶ **Guerra Fria:** disputa político-militar que marcou a ordem mundial, desde o término da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1990, polarizada por Estados Unidos, uma potência capitalista, e União Soviética, uma potência socialista; em ambos os lados, armamentos com tecnologia nuclear que poderiam causar sérios danos à humanidade; entretanto, nenhum tiro foi diretamente disparado entre Estados Unidos e União Soviética, o que justifica o nome Guerra Fria (PENA, 2014).

2 CAPÍTULO II

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO CAMPO

Unusquisque tantum juris habet, quantum potentia vale.

Cada um tem tanta justiça quanto vale seu poder.

(NIETZSCHE, 2013, p. 107)

RESUMO

Analisa-se, neste Capítulo, distintos episódios relatados em cartas por Monteiro Lobato. No primeiro episódio, Lobato agrediu um negro e, no segundo, Lobato resolveu, de modo ‘coronelista’, a rebelião de seus funcionários, liderados pelo administrador. Utiliza-se, como fundamentação teórica, as ideias de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, Pierre Bordieu, Hobsbawn, Jorge Coli, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Ecléa Bosi, Victor Nunes Leal, entre outros autores que discorrem sobre patriarcalismo, poder, dominação e coronelismo. A análise desses episódios podem auxiliar na compreensão sobre a abordagem escrita de Lobato, entre 1914 e 1928, sobretudo em suas manifestações de preconceito contra os caipiras e os negros, marcadamente expressas em seus livros.

Palavras-chave: Preconceito. Dominação. Coronelismo.

2.1 Lobato, “Coronel”?

Dentre o conjunto de cartas escritas por Lobato, resgata-se, primeiramente, a correspondência deste para sua noiva Maria Pureza Natividade de Souza Castro (LOBATO, 2011, pp. 89), com o propósito de iniciar a caracterização da violência existente no campo no início do século XX, no Brasil.

Purezinha

Areias, 8 de junho de 1907.

Contas-me de um banzé que houve por aí – cá também tive um, menos grave, porém. É o caso de um negro que ontem à noite veio me cobrar o estipulado por um serviço que, dizia, eu lhe encomendara. Havia na sala comigo vários rapazes. Como, porém, não lhe recordava de ter visto nunca semelhante negro, nem tampouco ter-lhe feito a encomenda referida (que era, nota-se desairosa em extremo para mim), fiz-lhe ver que se enganara, que não podia ser comigo o negócio. Mas o negro insistia em afirmar: “Foi o senhor mesmo, o senhor promotor, uma vez que voltava

da fazenda”, e desmentiu-me categoricamente na presença de todos os rapazes, que principiaram a rir.

De que forma Lobato reagiu à situação? Será que agiu como um ‘doutor’, buscando um acordo, chamando a polícia, ou pagando o valor, ou agiu de acordo com a moral vigente no período, em que eram comuns os duelos e a legítima defesa da honra? Quem responde a esses questionamentos é o próprio Lobato (2011 p. 99):

Perdi então a cabeça, senti uma onda surda de cólera obliterar-me a razão e agarrando o negro pelo pescoço, com as forças redobradas pela cólera, arrastei-o à beira da escada e ali com um formidabilíssimo pontapé expedi-o aos trambolhões até a rua, coisa de vinte e tantos degraus. O sangue desceu logo da cabeça e arrependi-me daquele excesso que poderia ter gravíssimas consequências, uma cabeça quebrada, um ferimento grave, etc. Mas como proceder, Purezinha, num caso desses? Quando um negro bêbado desmente-nos em presença de várias pessoas e calunia-nos? Aborreceu-me o fato **não pelo que pudesse suceder ao negro**, mas por mim, por não me ter sabido dominar (grifo meu).

Monteiro Lobato preferiu agir de acordo com a “moral de sua época” e por um momento resolveu o problema à força. Logo depois, sente-se arrependido “[...] não pelo que pudesse suceder ao negro”, mas por não ter o autocontrole necessário a um Promotor, um doutor naquela República de doutores e coronéis. Ora, se acaso ocorresse uma tragédia, o então Promotor Lobato, provavelmente, seria amparado pela moral vigente no período: ele não estava preocupado com o que pudesse acontecer ao negro, mas, sim, com seu descontrole e sua imagem como “doutor”, ofendida perante outros rapazes, provavelmente membros da elite da região. Nesse sentido, Leal (2012) informa que o Tribunal do Júri absolvía os assassinos com muita frequência. Essa foi, certamente, uma manifestação de racismo de Lobato, que deverá ser compreendida num contexto social de apenas dezoito anos após a abolição da escravatura. Não é simples apagar da cultura as marcas de três séculos de escravidão negra.

E, em carta de 13 de junho de 1907 a Purezinha, Lobato (LOBATO, 2011. p 101) buscando tranquilizá-la, escreve: “Quanto ao negro, sossega. Essa gente baixa não é vingativa, é covarde, incapaz de agredir – mas caso isto se desse (o que não é de nenhum modo possível) eu o repeliria na altura da agressão; não viajo sem o meu tira-prosa na cintura”.

E como já transcorriam cinco dias que o fato fora relatado por Lobato a Purezinha, conforme se pode depreender pelas datas das cartas, acredita-se que a agressão de Lobato ficou por isso mesmo, já que este era Promotor, agente das elites, enquanto que a vítima era apenas um “negro, gente baixa”, segundo o próprio Lobato. Também se pode concluir, pela análise da segunda carta, que Lobato costumava andar armado. A análise do livro “Cartas de Amor” mostra esse episódio de racismo contra os negros, no entanto não mostra nenhuma demonstração de antipatia em relação aos caipiras.

Analisa-se, agora, um segundo episódio na vida deste escritor, contido em “A Barca de Gleyre” (LOBATO, 1944, p. 352), relatado para Godofredo Rangel, e que permite compreender-se a violência no campo.

Fazenda, 15, 5, 1914

Rangel:

Que estranha é a alma humana! Vivo há tempos com intenção de escrever-te e não escrevia, embora o *farniente* fosse absoluto. Agora que ocorreu por aqui uma revolução e estou abarbadado de serviços e problemas, acho tempo para esta carta!

Imagine você que há dias, cansado de ser hóspede na minha fazenda, cansado da minha literatura a *bâtonsrompus*, cansado de fazer fotografia e de ler uns Balzacs um tanto maçadores, deliberei repentinamente mudar, e da reserva me passar à ativa. Expus a situação ao meu administrador e dispensei-lhe os serviços. Mas o Homem estava aqui de pedra e cal. Sorriu-se da minha ingenuidade de diletante e, fingindo ceder, pediu uma semana de prazo e pôs-se a conspirar nas minhas ventas sem que eu percebesse.

E prossegue a narrativa de Lobato ao amigo:

E sugestionou os camaradas e colonos todos, ameaçou aos que não pôde convencer (ele é parente do Moreira César de Canudos), preparou tudo para uma embolia geral dos serviços, justamente agora que tenho de dar começo à colheita. E finda a semana do prazo me disse com a maior segurança: “Seu doutor, sem eu aqui a colheita deste ano está perdida, mas continuo sempre às suas ordens”, e partiu na besta calçada, *pac, pac, pac*.

Eu então solenemente desci da Casa Grande e fui para a Casa da Administração assumir o governo da fazenda em que até aquela data vivera como hóspede. E o que ocorreu foi abracadabrante.

Lobato foi surpreendido, então, por inusitada situação. Continua a narrá-la ao amigo

Rangel:

Começaram a chegar das fazendas e lugarejos vizinhos carros de boi e burros de tropa, que vinham buscar “meus camaradas”, “meus colonos”. E todos começaram a retirar-se, sem virem me dizer coisa nenhuma. Eu não entendia aquilo. Por fim um velho italiano, o Raimundo, que está na fazenda há trinta anos e cuida da criação e dos serviços do terreiro, veio despedir-se de mim.

– Então você vai também, Raimundo?

– Que remédio! Tenho de ir...

– Tem de ir? Como? Não entendo...

– Eu não posso falar, seu doutor. Tenho de ir, tenho de ir...

Por fim, o estranho caso começa a ser elucidado:

O caso começou a intrigar-me. Apertei o Raimundo, o qual, por fim, com muito medo, tudo me contou: o administrador passara aquela semana do prazo conspirando contra mim. Arranjara colocação nas fazendas vizinhas para todos os meus colonos, devendo a mudança se fazer no dia em que ele fosse embora, de modo a ficar um êxodo em massa. E a ele Raimundo e a outros ameaçara de morte, se não saíssem também naquele dia. O plano era deixar-me impossibilitado de colher o café – a não ser que eu o readmitisse como administrador, caso em que todos os colonos voltariam e ficaria tudo como dantes. Ou eu cedia ou arruinava-me!

De que forma Lobato resolveu o problema? Através dos mecanismos jurídicos, da “lei” ou através da simbologia comum aos brasileiros livres do meio rural, mas pobres?

Para responder a esses questionamentos, analisa-se o papel da violência nas relações de poder e no campo, a fim de compreender como Lobato utilizou essa simbologia.

Coli (2002) discorre sobre a relação entre a pintura de Almeida Júnior e a violência, em artigo intitulado “A violência e o caipira”, considerando-a ambígua, pois os quadros retratariam objetos de uso cotidiano – machado, faca, espingarda de caça – que “[...] podem servir tanto para o trabalho como armas poderosas” (COLI, 2002, p.28), como se pode ver nos quadros a seguir.

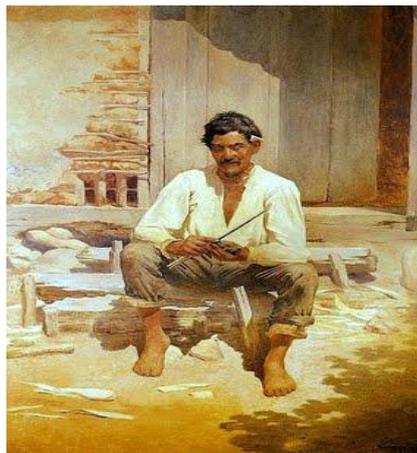


Figura 1 – Caipira picando fumo, de Almeida Júnior
Fonte: Blog Arte Brasileira, 2013



Figura 2 – O derrubador brasileiro, de Almeida Júnior
Fonte: Blog Arte Brasileira, 2013

O próprio Monteiro Lobato escreveu “Dez Mortes Trágicas”, nome que veio a ser mudado para “Urupês” por sugestão de Artur Neiva, abordando esse tema.

No livro “Urupês”, (LOBATO, 2009) foram narradas dez mortes trágicas de urupês, sendo uma delas retratada no conto Bocatorta, em que é relatada a trágica morte do anti-herói, no barreiro, por ter sido pego beijando sua amada morta. Esse conto retrataria a literatura desse período.

Na literatura do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, ocorria a “[...] descoberta de um exotismo social em que se dramatizava a brutalidade popular” (COLI, 2002, p. 28).

Para analisar os mecanismos do Tribunal do Júri, que Lobato poderia enfrentar se chegasse às vias de fato, recorre-se a Leal (2012, p. 198) que afirma que tais procedimentos teriam “[...] papel decisivo a conivência da polícia na investigação das provas, a tolerância do promotor”, mecanismos esses que Lobato (2009) conheceu bem e que foram retratados no conto “O Júri”, no livro “Cidades Mortas”, uma vez que Lobato fora Promotor.

Em “A Barca de Gleyre” (1944, p. 321), Lobato declarou considerar maçantes os mecanismos do Tribunal do Júri, tendo chegado a aconselhar o amigo Rangel a guardar o revólver para este não ser vítima dos mecanismos judiciários. Por isso, pode-se supor que a valentia de Lobato se tratava de um blefe: “A você aconselho que guarde o revólver. Matar gente, além de contrário a um dos mandamentos de Moisés, deve ser uma tremenda maçada – o júri, o libelo, as imbecilidades do promotor e da defesa”.

Além disso, havia o fato de que os tribunais tinham “[...] ligação indissolúvel (...) entre o ‘coronelismo’ e a organização policial” (LEAL, 2012, p. 198).

Como observa Franco (1997, p. 29), em seu livro “Homens Livres na Ordem Escravocrata”, a violência fazia parte de um “[...] sistema de valores centrados na coragem pessoal”. Ou seja, como Lobato enfrentou o administrador, se tornou popular, sendo a violência uma “conduta legítima” e a valentia, para o caipira, “[...] o valor maior de suas vidas” (FRANCO, 1997, p. 29).

Bosi (1994), em seu prestigiado livro “Lembrança de Velhos”, apresenta o depoimento em que o neto relata um episódio, com grande admiração pelo seu avô, que resolveu um caso de maus-tratos de animais com a utilização de um soco que fez desmaiar o condutor da carroça. Como ele era coronel, pertencente à Guarda Nacional, nenhum processo foi movido contra o avô do menino.

A partir desses subsídios, analisa-se como Lobato (1944, pp. 353-354) enfrentou o problema com o administrados de sua fazenda e a debandada de seus empregados. Retorna-se, pois, à carta de 15 de maio de 1914, enviada a seu amigo Godofredo Rangel:

Retesei todos os músculos da alma e virei herói.

– Raimundo, vai-te para o inferno! Que todos vão para o inferno! Não preciso de ninguém aqui! Eu sabia de tudo, escrevi para São Paulo e mandei contratar lá cinquenta novos colonos. Você vá dizer para esta gente que está saindo, ou vai sair, que o que quero é que saiam todos o mais breve possível, para desocupar as casas. Preciso delas para os colonos novos.

O Raimundo ainda contou que o administrador ia voltar no dia seguinte para ver se alguém o havia desobedecido. E eu: “Se voltar, não passa daquela porteira! Mato-o como quem mata um cão!”

Lobato descreveu a reação de Raimundo:

O pobre homem assombrou-se e foi contar aquilo aos outros. Todos se convenceram de que o patrão era um homem tremendo, que matava de verdade, e começaram a mudar de ideia, a perder o medo às ameaças do administrador. E como no dia seguinte o truculento administrador não reaparecesse para “ver quem o havia desobedecido”, o pessoal todo foi voltando, muito desapontado. Dias depois estavam todos cá, sem exceção dum só – e eu vencedor e dono final da minha fazenda. Isso aumentou muito a consideração que eu merecia de mim mesmo. Vi que sei agir com firmeza e psicologia nas emergências tempestuosas.

Viu-se Lobato assombrado diante de sua vitória, uma vez que, se utilizando de um blefe, obteve sua vitória pela liderança na fazenda.

E Lobato prossegue (1944, p. 355):

Continuemos. Já atendi ao caso. Foi assim: “Que há, Chico?” principiei. O Chico Eusébio coça a perna e diz: “Não vê que parece que o homem vem mesmo amanhã. Mandou dizer.” Levei o Chico Eusébio para minha sala e mostrei-lhe uma carabina Marlin de doze tiros. Carreguei-a e descarreguei-a diante de seus olhos atônitos.

“Doze?” “Doze, sim, Eusébio, e veja que balas.” E ele: “Boas para matar queixadas.” “Ou parentes do Moreira César de Canudos”, emendei eu. “Mande dizer a esse homem que pode vir, mas trate de fechar o corpo primeiro”. Balzaqueano, hein?

O adversário enfrentado por Lobato era parente de Moreira César⁷, comandante militar em Canudos, morto em combate e autor de violências, o que poderia explicar o medo que impunha aos empregados, já que a valentia de Moreira César seria transmitida ao administrador, cujo nome é ignorado, pois Lobato não o menciona.

Compreende-se melhor o porquê da vitória de Lobato sobre o administrador, com todas as suas consequências. Com a vitória de Lobato sobre o capataz, graças ao blefe da espingarda, são observados os valores do caipira, a valorização do ato heroico, cujo autor pode ser um homem faccioso e também caudilhistas, fato recorrente na América Latina e constatado pelo próprio Lobato (LOBATO, 1933).

Lobato conseguiu aproximar-se da representação dos poderosos “coronéis” do passado. Para tanto, não precisou apelar para o “braço do delegado de polícia”, tendo, ao menos em termos de imaginário, feito recuar a um passado não tão distante em que os latifundiários “[...] eram o governo e a lei em seus domínios” (LEAL, 2012, p.74), situação viva, talvez, na memória das pessoas do Brasil daquele período.

Ocorreu, então, uma significativa transformação: o antes Doutor Lobato, ex-Promotor, mais dedicado aos livros do que à administração da fazenda, passou a ser identificado como o “coronel Lobato”, pelo menos na ótica da República Velha, considerando-se que Lobato atenderia a alguns dos requisitos para assim ser identificado. Segundo Fortunato (2000): era latifundiário, atuante em locais ausentes da autoridade do Estado, em locais que a relação seria pré-capitalistas, o que camuflaria as desigualdades, podendo exercer papel de intermediário entre os camponeses e a sociedade política estadual, centrada na submissão baseada na lealdade e na proteção. Para Gualberto, a essência da ação do coronel era a violência, a vingança, a solidariedade dentro da parentela, a política de favores e de punição.

Lobato não precisou ser violento, apenas parecer violento, para obter essa vitória, pois segundo Foucault (FOUCAULT, 2013, p. 185) “[...] o exercício do poder produz realidade, produz campo de objetos e rituais de verdade”.

Exercendo o poder através de ameaças, Lobato produziu a ideia de que seria um coronel e que, conforme Maquiavel (2000), mais valia ser temido do que amado. E sendo temido, Lobato se tornou, em termos psicológicos, o pai, patriarca, ideia comum na América Portuguesa, segundo Prado Júnior (1972). Como pai, poderia exercer a violência simbólica que, de acordo com Bordieu (1992), era exercida tanto na família quanto na escola, e que, no período em questão, Lobato estava em disputa com o administrador da fazenda. A violência simbólica estaria legitimada graças à infraestrutura em termos marxistas, ou seja, dos meios de produção que, no caso da fazenda Buquira, possuía resquícios feudais, pré-capitalistas, o que legitimaria em termos ideológicos, isto é, em termos de superestrutura, o coronelismo. Hobsbawm (1976) também contribui a esse respeito, ao formular que, em locais onde as relações capitalistas ainda não estão bem definidas, podem originar tanto bandidos sociais como fidalgos rurais empobrecidos, os quais exerceriam a violência legitimada através de duelos, caçadas, defesa da honra. Regiões pré-capitalistas produziram, assim, bandidos sociais como Lampião, ou “coronéis”.

⁷ **Antonio Moreira César (1850-1897)**: chegou ao posto de Coronel do Exército de Infantaria; na juventude, esteve envolvido no assassinato do jornalista Apulcro de Castro; chefiou a terceira expedição da Campanha de Canudos, ocasião em que veio a falecer; era odiado pelos sertanejos por sua violência (REBOUÇAS, 2014).

No contexto patriarcal da República Velha, Lobato poderia ser visto como o pai, chefe do clã da Buquira, que poderia exercer a violência simbólica sobre empregados e agregados, já que, segundo o pensamento de Oliveira Viana (2009), Gilberto Freire (1998) e Sérgio Buarque de Holanda (2012), a família brasileira e a sociedade rural eram patriarcais. Como Lobato era distante da administração da fazenda, poderia ser visto como um pai, um patriarca ausente, perdendo a liderança para o administrador, que tentou assumir esse papel. Pode-se observar, nas falas dos empregados de Lobato, o termo “seu doutor”, termo referente a pessoas das zonas urbanas, com valores burgueses, europeus. Com a vitória de Lobato sobre o administrador e a conquista da liderança sobre os agregados, houve a transformação do “doutor Lobato” no “coronel Lobato”, que passou a ser visto como o possível líder que poderia conduzi-lo a grandes vitórias, como por exemplo, assumir a prefeitura da região de Buquira, com toda a distribuição de cargos segundo critérios pessoais, que imperava no período em questão.

Na obra “Populações Meridionais no Brasil”, Viana (2009, pp. 46-47), esclarece que “[...] o clã fazendeiro era a única forma de solidariedade social de nosso povo, era a base da nossa organização social.” E Lobato poderia ser o líder de seus agregados, já que demonstrou características que o aproximavam dos poderosos “coronéis”. Lobato também chegou a afirmar que o povo brasileiro poderia muito, quando tivesse chefes. Lobato poderia representar o papel de um líder natural, capaz de valentia, valor máximo na moral caipira, além de publicar em jornais, já tendo sido Promotor Público, sendo rei de milhares de hectares, um líder político perfeitamente enquadrado no contexto da República Velha, ou República dos Coronéis que, contraditoriamente, Lobato tanto criticara no artigo “Velha Praga” e em outros livros (PASCAL, 2013).

Como Lobato era forte, ou ao menos aparentava ser forte, acabou transformando-se em líder natural, que, além de se utilizar da simbologia caipira, assumindo o papel de “coronel”, tinha, também, força intelectual, já que publicava artigos em jornal, ou seja, líder intelectual e líder político de sua fazenda. Em suma, um reconhecido doutor e agora “coronel”, capaz de façanhas heroicas, capaz de abater a tiros o rebelde, parente de Moreira César.

Bastos (2007), em sua tese de doutorado sobre Lobato, observa que, após a narrativa desse episódio, Lobato passou a escrever sobre literatura com grande entusiasmo. Afirma a autora (2007, p. 17): “Este estado de espírito o faz ver com outros olhos a obra de Balzac, a quem não poupa elogios, mas que lhe parecera “maçante” no período imediatamente anterior à sua transformação, como contara logo no início da carta”. Enfatiza, ainda, que os “[...] julgamentos literários se mostram intimamente ligados às experiências vividas” (BASTOS, 2007, p. 17).

Freyre (1998) refere-se às relações sádicas e masoquistas entre o senhor e os escravos e que essas poderiam ser aplicadas no contexto de Lobato, que, a partir do episódio com o administrador, se tornou, de fato, senhor numa relação sádica com seus empregados e camaradas, convertida numa relação senhorial com Lobato como rei absoluto do feudo. Isso se refletiu na sua literatura, quando da publicação dos artigos “Urupês” e “Velha Praga”, no ano de 1914, bem como ao longo de sua produção.

Dois anos após o episódio com o administrador, em 1916, por meio de carta endereçada a Godofredo Rangel, toma-se conhecimento de sua aventura como líder político da oposição (LOBATO, 1944, p. 166):

Já contei que me meti ou melhor que me meteram na política? Política de Buquira, uma viloca a uma légua daqui, sede do município onde está a fazenda. Dentro de poucos dias correrá a eleição municipal, a mais renhida que jamais houve. Botaram-me como “chefe da oposição”, e vou conhecer as “delícias da vitória” ou as “agruras da derrota”. O curioso é que ando a rezar para perder, pois perdendo ganho – ganho a manutenção do sossego em que sempre vivi e as mais mil coisas boas que nem

sonham os políticos. Domingo cheguei até lá e corri o risco numa “manifestação espontânea”, com vivas e flores. Quando me contaram do projeto, corei como menina de colégio e disse com o maior vigor aos cabos eleitorais. “Se me berram um só viva ou me lançam um malmequer, volto a galope para a fazenda e adiro ao governo.” Em vista disso, a conspirata floral falhou.

Continuou sua missiva, caracterizando a situação em que se encontrava (LOBATO, 1944, p. 166):

Como é pitoresca a política da roça! A cabala dos eleitores tabaréus, as ameaças, as traiçõesinhas, as rasteiras, os rabos de arraia, os pealos. O eleitor do mato é um prodígio de astúcia. Fui cabalar um para ver. O homem mostrou faro de cachorro perdigueiro e me disse que “pela cara do novo delegado de polícia ele sabe pescar qual o partido que tem o *apoio secreto* do governo” e só me daria resposta depois de ver a cara do novo delegado. Amanhã vou fazer uma “excursão eleitoral” pelo bairro dos Souzas. Um prodígio, Rangel!

Este representava um Lobato entusiasmado com seu papel de “coronel opositor”, mas capaz de tecer um elogio ao caipira: afinal, reconhecera a inteligência do caipira em relação à política. Diante desse quadro, muito bem descrito por Leal (2012), Lobato entendeu que, mesmo sendo o vencedor da eleição, não seria vantajosa a vitória, compreendendo que não poderia nomear quem gostaria.

Supõe-se, também, que, após a morte de Ricardo Gonçalves, Lobato, tomado por um sentimento de culpa, passou a perceber o caipira, o caboclo com outro olhar.

Como é observado na carta, Lobato foi “colocado na política”, porque, segundo seus empregados, era um homem corajoso que enfrentara sem medo o administrador, publicava artigos em jornais, como intelectual, e fazia seu papel de “coronel” tocando os caboclos como se toca um cachorro de sua fazenda. Era um homem que se impunha.

Desse modo, são encontrados valores contraditórios em Lobato: por um lado, o “doutor Lobato” defendia o princípio da liberdade de expressão e de conduta; por outro, o “coronel Lobato” lançava para as margens o princípio da igualdade (SOARES, 2007).

Provavelmente entre 1925 e 1926, Lobato publicou o artigo “Manuelita Rosas”, no livro “Antevéspera” (LOBATO, 1933, p. 10), no qual elogiava os métodos do latifundiário e líder político Don Juan Manuel Ortiz de Rosas: “[...] esse homem de gênio, o mais belo, o mais forte, o mais hábil de seu tempo na América”.

Com a publicação desse artigo, em que Lobato conta a trajetória de Rosas, sua ascensão ao poder e declínio, constata-se toda a admiração de Lobato pelo latifundiário Rosas que “[...] vence por hipertrofia de seu feudo (...). Rosas é um proprietário que à custa de diligência cresce a ponto de acabar dono de todo o país” (LOBATO, 1933, p. 11).

Essa admiração de Lobato por Rosas talvez decorresse do fato de que ele, outrora, também fora latifundiário, e, ainda, em determinado momento de sua vida, tenha sido líder político de sua região. Lobato em seu município, Rosas na Argentina. Ambos fracassaram em seus projetos de poder: Lobato desistiu assim que percebeu o jogo de forças, sendo líder da oposição municipal; Rosas chegou a tomar o poder, mas foi despojado por Urquiza, terminando seus dias ironicamente na Inglaterra, país inimigo.

E, apesar da vitória de Lobato sobre o administrador, os episódios de rebeldia de seus funcionários continuaram, desta vez sob a forma de queimadas.

Esses acontecimentos demonstram como as experiências vividas influenciaram a vida e a obra de Lobato. A imagem que Lobato tentou propagar entre seus empregados de que seria um “coronel implacável” e que este não hesitaria em utilizar-se da força para impor seu domínio, fracassou em parte, pois, verdadeiramente, Lobato era tão somente um escritor, não um “coronel”.

Lobato buscou sensibilizar as autoridades para que estas adotassem leis mais severas contra os caboclos incendiários, ao publicar “Velha Praga” e “Urupês”. O papel de um “implacável coronel Lobato”, no imaginário de seus empregados, se esgotou, mas sua consciência de classe repercutiu em sua obra.

2.2 Violência, Racismo e Preconceito contra o Jeca e Negros nas Obras Infantis de Lobato: sua Transformação

A análise da obra literária de Monteiro Lobato permite identificar diferenças significativas entre a produção infantil e adulta. Soares (2007) esclarece que, na obra infantil, Lobato exclui, deliberadamente, a violência e a opressão contra os personagens infantis, enquanto na obra adulta, os personagens infantis são violentamente oprimidos, como ocorre no conto “O Fisco”.

Entretanto, a exclusão da violência na obra de Lobato ocorreu, sobretudo, no período pós- 1928, ficando evidente, principalmente, na literatura infantil que foi reescrita por Lobato.

No livro “Fábulas” (LOBATO, 1994), inúmeros são os exemplos de vitórias obtidas pela supremacia da força, levando quem era considerado a voz da ciência, o Visconde de Sabugosa, a concluir que o mundo era dos fortes e que o único meio para derrotar a força seria a astúcia. Esse livro foi reescrito diversas vezes, sendo de 1921 a primeira versão e a décima primeira de 1945.

Nesta pesquisa, o acesso foi apenas da última versão, o que impediu a comparação entre as versões. Todavia, formula-se a hipótese de que a utilização da astúcia para derrotar a força tenha sido influência da obra de Anísio Teixeira, possibilitando a alteração da conclusão do Visconde de Sabugosa.

Literariamente, considera-se que “Fábulas” e “O Saci”, de 1921, apresentem características semelhantes, tendo em vista que nos dois livros, a força e a violência foram amplamente utilizadas como meios para resolver os problemas dos personagens.

A exclusão da violência na obra de Lobato ocorreu, sobretudo, no período posterior a 1928, ficando evidente, principalmente, na literatura infantil.

Essas mudanças são notórias, sobretudo, na obra “O Saci”, publicada em 1921 e nas suas produções reescritas, nos anos de 1928, 1936 e 1947. As observações foram feitas por Camargo (2006) e por Assis (2006) que tiveram acesso às diferentes versões da obra supracitada, produzidas em 1921, 1928, 1936 e 1947. Na versão de 1921, foi identificado, sobremaneira, o preconceito linguístico contra o Jeca, representado pelo Tio Barnabé, caipira e preto que, segundo Lobato, falava “veve” e que moraria num casebre. Na obra, também é mencionado o fato de que negros e índios seriam povos medrosos e que, por isso, criariam mitos e lendas como o Saci. Também é encontrada a utilização da violência como método de se atingir objetivos, tendo em vista que a Cuca seria espancada com um pau pelo Saci e por Pedrinho e, até mesmo, de receber ameaça de ser queimada viva. Isso para que Narzinho voltasse à vida, quando foi literalmente engolida viva pela Cuca, bicho papão, aterrorizante.

As alterações, na reescrita do conto “O Saci”, no ano de 1928, como mencionado anteriormente, podem ter se dado pela influência de Anísio Teixeira.

O preconceito contra os caipiras e negros foi suprimido, atenuado. Dessa vez, não foi mencionado que Tio Barnabé não teria um só toco de dente e moraria num casebre. Houve a alteração do termo preto, por negro, algo que poderia ser considerado politicamente correto para os padrões da época. Suprimiu-se o preconceito linguístico de Lobato, sendo que, na versão de 1928, não foi mencionado, também, que Tio Barnabé não saberia falar. A tortura abaixo de pau na Cuca foi substituída pelo inteligente pingão da água. Entretanto,

permaneceram alguns traços racistas em Lobato: tia Nastácia seria bonita por dentro, apesar de ser preta por fora.

Se, por um lado, os personagens infantis foram excluídos da opressão e violência, por outro lado, os personagens negros, na literatura infantil de Lobato, existiam para servir aos mandos e desmandos das crianças, em especial da boneca Emília. Tia Nastácia era frequentemente discriminada nas obras de Lobato, o que tem provocado polêmicas até os dias atuais. É como se a lógica da opressão não mudasse, seja na obra infantil ou adulta. Enquanto na literatura infantil de Lobato, os pequenos oprimem e discriminam os adultos, como tia Nastácia, na literatura adulta são os pequenos oprimidos pelos adultos, por violência física ou picaretagem. Em razão desse comportamento, como, por exemplo, os xingamentos de Emília dirigidos à personagem adulta, tia Nastácia, é possível considerar-se que o Sítio do Picapau Amarelo não seria um perfeito reino encantado, uma suposta república de Platão, liderada por uma sábia Dona Benta.

Entretanto, há de se destacar que Monteiro Lobato tentou superar os traços senhoriais e escravocratas, através da personagem Emília, a boneca falante que, em “Memórias de Emília” (1936), pediu desculpas à Tia Nastácia, por todos os xingamentos dirigidos à cozinheira. Foi como se Lobato, por intermédio da personagem Emília, pedisse desculpas a todos os negros que foram menosprezados em suas obras, até o ano de 1936.

Sobre a vontade do escritor em acabar com a Segunda Guerra Mundial, em termos ficcionais, encontra-se o livro “A Chave do Tamanho” (LOBATO, 1982), em que Emília diminuiu o tamanho da humanidade para acabar com a Segunda Guerra Mundial. Ironicamente, a diminuição do tamanho provocou mais mortes do que a própria Segunda Guerra, considerando-se que a humanidade foi quase exterminada.

Há, entretanto, tentativa de superação, como, por exemplo, nas declarações de Emília no livro “Memórias de Emília”, no ano de 1936. Neste livro, que pode ser considerado, de certa forma, um balanço sobre Emília, há a exacerbação do racismo da boneca, que se comporta como uma autêntica “coronel”, escravizando o Visconde e maltratando Tia Nastácia, utilizando-se de diversos xingamentos racistas, fazendo-a chorar alto. Emília é repreendida por Dona Benta e busca refletir sobre a causa do seu racismo, que chega a ser irracional. Emília representaria um segmento racista da sociedade brasileira daquele período.

A esse respeito, Lobato (2009, p. 59) assim se pronunciou:

Eu vivo brigando com ela e tenho-lhe dito muitos desaforos – mas não é de coração. Lá por dentro gosto ainda mais dela do que seus afamados bolinhos. Só não compreendo por que Deus fez nascer uma criatura tão boa e prestimosa nascer preta como o carvão. É verdade que as jabuticabas, as amoras, os maracujás também são pretos. Isto me leva a crer que a tal cor preta é uma coisa que só desmerece as pessoas aqui nesse mundo. Lá em cima não havia essas diferenças de cor. Se houvesse, como havia de ser preta a jabuticaba, que para mim é a rainha das frutas?

Dessa forma, em conclusão, um novo Lobato foi encontrado, arrependido de todos os xingamentos contra tia Nastácia. Lobato, por meio de Emília, se diz arrependido de seu racismo contra os negros. E não compreende as raízes do seu próprio racismo. Talvez tenha a ver com o fato de ter exercido o poder de forma senhorial e coronelista em sua fazenda nos anos de 1911 a 1917, além da influência da própria sociedade que era racista. Ainda deve ser considerado o ano da publicação, em 1936, quando Lobato, com cinquenta e quatro anos, encontrava-se mais maduro e mais simpático às ideias de esquerda.

Em carta para Wladimir Guimarães⁸, quase no fim de vida, no ano de 1947, Lobato (1970) falou sobre sua admiração pela Bahia e, sobretudo, de sua admiração pelo negro, candomblés, revelando sua vontade de ser ele próprio negro bem preto. Tal postura era diferente daquela de 1914, quando Lobato (1970) ridicularizou a religião dos caipiras, considerada por ele como jecocêntrica.

Conforme Benjamin (1985, 208), a morte “[...] é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade”. E, por isso, talvez, possa considerar-se que as palavras no fim da vida de Lobato foram as mais importantes, sobretudo as compreendidas entre 1947 e 1948. Também deve ser destacado o que Lobato escreveu após 1928, quando abandonou, gradativamente, o sadismo do “senhor” e o masoquismo dos caipiras e negros que, no entendimento de Lobato, deveriam ser dominados.

Em 1914, o então latifundiário Lobato, o “coronel Lobato”, clamava por leis mais duras para controlar seus agregados. Tinha um opressor dentro de si, que se expressou, especialmente, na literatura.

2.3 A Coerência de Lobato em Velha Praga e Urupês

Caipiras, o que são caipiras?

Esta é uma questão permanente na literatura de Monteiro Lobato e de muitos estudiosos brasileiros. A respeito desse tema, Bururama (2010, p. 26) registra a seguinte poesia:

Eu falo aqui do caipira
Que tanta coisa inspira
Na nossa recordação
De muitos é parte da vida
Sendo uma lembrança querida
Que vem desde sua criação
Estes nunca o esquecem
O seu valor reconhecem
Na construção da nação.

Já outros mal informados
Dizem que são atrasados
Que são bichos do mato
Que é uma gente preguiçosa
Veem a vida cor de rosa
Nem sequer usam sapatos
Não gostam de trabalhar
Só vivem para pescar
Deles esse é o relato.

O culpado desse fato
Foi o Monteiro Lobato
Eu quero dizer a vocês
Pondo a história a nu
Ele criou o Jeca Tatu
No seu livro Urupês
Preguiçoso e insolente
Virou símbolo dessa gente

⁸ **Wladimir Guimarães:** escreveu o livro “Monteiro Lobato na Bahia” (1948); manteve correspondência com Monteiro Lobato.

Pra verdade nem deu vez.

Ele não teve intenção
De deturpar a visão
Da figura do caipira
Mas essa imagem pegou
E para sempre marcou
Parece que ninguém tira
Pra isso um pouco mudar
Nesses versos vou mostrar
O que é verdade e mentira.

A partir daí, os contos de Monteiro Lobato “Velha Praga” e “Urupês” são analisados sob uma perspectiva ideológica e de classe social. Assim, a construção da representação de Jeca Tatu, nesta Dissertação, é criticada em termos ideológicos, em termos de superestrutura (linguagem, direito, estado, moral, política, cultura, musicalidade e religião). Portanto, entende-se que uma representação não significa necessariamente realidade; pode, assim como em um espelho distorcido, refletir uma realidade e refratar outra, não correspondendo exatamente à realidade (BAKHTIN, 2006). Isso implica uma análise a partir de múltiplas perspectivas.

Na perspectiva do Direito, é criticado o direito do caipira, pelo fato da punição ser branda para aquele que faz queimadas. É exigido que o Estado adote severas medidas punitivas.

Na política, é criticado o fato dos jecas votarem e poderem, assim, influenciar nos rumos de um País corrupto no contexto da República Velha (1889-1930).

A religião também é criticada como jecocêntrica, com “coronéis” no lugar de santos. E até a música, é criticada.

Outro aspecto fundamental observado na obra de Lobato é a invasão cultural, expressão utilizada por Freire (1987), referindo-se à violência contra a cultura do invadido. Saber é poder, afirmava Foucault (2013) e esse saber sobre a cultura caipira Lobato acabou transformando em invasão cultural e dominação. Segundo Freire (1987), aos invasores só interessa aprender os aspectos culturais dos invadidos para melhor dominá-los. Foi o que Lobato fez naquele período.

As diferentes visões sobre o camponês têm variado ao longo da história: ora ele é um sujeito idealizado, ora é visto de forma caricaturada como a imagem do Jeca Tatu. Ao longo da obra de Lobato, são encontradas essas visões: a versão romântica do caipira, observada na pintura de Lobato, do ano de 1912, que, de acordo com a lenda, traz uma visão romântica da gente do campo; essa representação romântica foi, gradualmente, se modificando para uma visão desfavorável do caipira, que, aos olhos do então latifundiário Lobato, seria um piolho, espécie de parasita que habitaria sua fazenda.

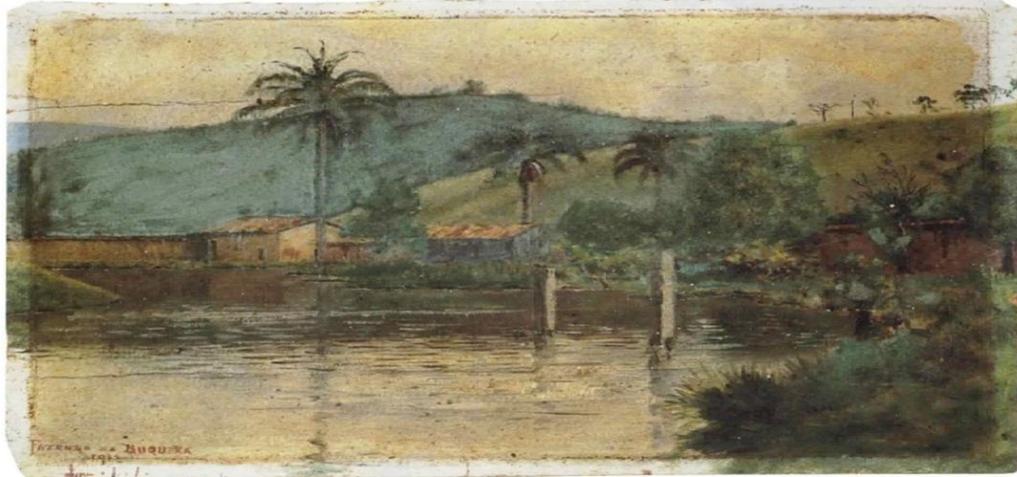


Figura 3 – A Fazenda Buquira em 1912
Fonte: AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETA, 1997, p. 83

Outra obra que mostra, também, a visão romântica de Lobato em relação ao campo é “Retrato do caipira no campo”.

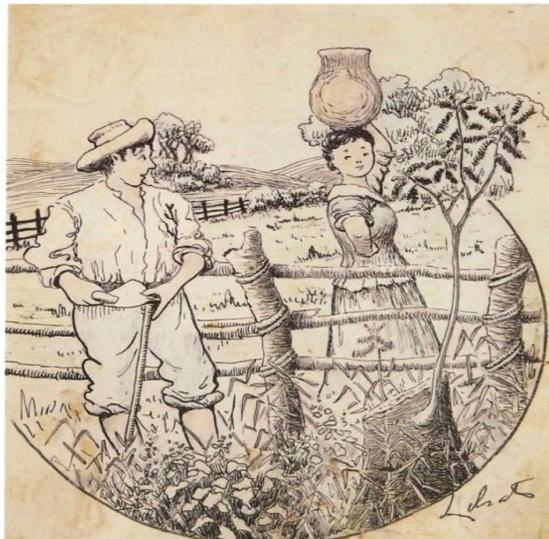


Figura 4 – Retrato do caipira no campo
Fonte: AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETA, 1997, p. 82.

A figura a seguir pode representar a “descoberta” do Jeca Tatu, tanto para Lobato e, depois, para Rui Barbosa. Isso significou, após quatrocentos e dezenove anos da descoberta do Brasil, que a elite intelectual brasileira, representada e liderada por Rui Barbosa, finalmente descobriu o Jeca Tatu. Pela análise da charge, pode-se inferir o contraponto litoral *versus* interior, estando Rui Barbosa representando o litoral e o Jeca, o interior, desconhecido para grande parte das elites.



Figura 5 – O Malho

Fonte: AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETA, 1997, p. 117

Gradativamente, a visão de Lobato se alterou em relação aos caipiras de 1912, ano das belas pinturas românticas de Lobato até 1914, quando sua visão se alterou profundamente.

Analisa-se, agora, a obra considerada por Oswald de Andrade, o marco zero do modernismo, fonte do Manifesto Antropófago (1928). Como aponta Moura (2007, p. 22), o documento modernista seria uma “[...] simples paráfrase do texto lobatiano. Lobato lançava, com a figura do Jeca Tatu, o primeiro tipo de herói literário, contraposto ao Peri de José de Alencar, na literatura moderna”.

Já Habib (2003, p. 28) afirma que o discurso de Lobato foi o “[...] discurso de uma grande parte da oligarquia paulista, que estava tendo prejuízos com a lavoura.” E, assim, o lucro que não estava obtendo, para o cronista fazendeiro, era culpa do caboclo, e não da seca. A posição retrógrada de Lobato em relação a seus empregados, conforme foi possível identificar em “Velha Praga” e “Urupês” é coerente com a posição de classe do Lobato latifundiário. Ele se assumiu como “coronel”, se idealizou e foi idealizado por seus empregados, conforme anteriormente analisado. Todavia, isso teve limites. Lobato não poderia simplesmente agir como agiu com o administrador, ameaçando matá-lo. Lobato estava dependente das leis e descobriu que não era um “coronel” e que poderia apenas administrar seus empregados. Na verdade, como já enfocado nesta Dissertação, o jovem Lobato, em 1914, enfrentara diversos problemas – com o administrador da fazenda, com seus empregados, com a questão das queimadas. E, como alerta Said (2011, p. 217), “[...] no final do século XIX, havia um interessante leque de opções, todas fundadas no pressuposto da subordinação e vitimização do nativo. Uma delas é o prazer no uso do poder – o poder de observar, governar, controlar e tirar proveito de territórios e povos distantes”. Lobato também demonstrou esse prazer, encontrando elementos para “uma arte nova” e com a convicção de que será algo “[...] nuevo nesse país vítima de uma coisa: entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas das terras há um maldito prisma que desnatura as realidades. E há o francês, o maldito macaqueamento do francês” (LOBATO, 1944, p. 362).

Desse modo, Lobato considerava os caipiras como elementos para serem analisados, mas, segundo Said (2011), como alguém de fora, pelo prazer de observar, satirizar, fazer um livro que seria inédito: como se fora uma dupla exploração, além de econômica, agora cultural.

Nesse sentido, Monteiro Lobato (1944, pp. 362-363) revelou para Rangel o projeto de escrever uma obra em que compara o caboclo com o piolho:

[...] aparecerá o caboclo como o piolho da serra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o piolho-de-galinha, ou como no pombo, o piolho de pombo, ou como no besouro o piolho-de-besouro – espécies incapazes de viver em outros meios. O caboclo, piolho-de-serra, também é incapaz de outra piolhagem que não a da serra. Já te escrevi sobre isto; e se a ideia volta e insiste, é que de fato está se gestando bem vivinha e será parida no tempo próprio. Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles devo.

Prossegue suas informações, descrevendo como observa e analisa os caboclos (1944, p. 363):

Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmdea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. Nasce por mãos duma negra parteira, senhora de rezas mágicas de macumba. Cresce no chão batido das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho dependurada no nariz. Vê-lo virar menino, tomar o pito e a faca, de ponta, impregnar-se do vocabulário e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mato, matar com o pica-pau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar a serra nas redondezas do sítio onde nasceu, até que a morte o recolha. Constrói lá uma choça de palha igualzinha á paterna, produz uns piolhinhos muito iguais ao que ele foi, com a mesma lombriga nas ventas.

Insistiu com seu projeto de produzir uma obra literária centrada no piolho-de-serra, ou seja, o caboclo (1944, p. 363):

Contar a obra de pilhagem e depredação do caboclo. A caça nativa que ele destrói, as velhas árvores que ele derruba, as extensões de matas lindas que ele reduz a carvão. Havia uma gameleira colossal perto da choça, árvore centenária – uma pura catedral. Pois ele derrubou-a com “três dias de machadado” – atorou-a e dela extraiu... uma gamelinha de dois palmos de diâmetro para os semicúpios da mulher! Também extraiu da gameleira morta um pilãozinho de moer sal. Como aproveitou a gameleira, assim aproveitou a terra. Queima toda uma face do morro para plantar um litro de milho. E assim por diante. Um dia aparece o pó da Pérsia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhoreasse da terra, cura-a, transforma-a e prospera. O piolho, afugentado, vai parasitar um chão virgem mais adiante.

É interessante verificar como Lobato, ao observar o modo de vida do caboclo, tudo desprezou, esmiuçando e reduzindo o modo de viver do caboclo a uma inutilidade, a um piolho, adaptado a serra.

A esse respeito, Said (2011, p. 392) considera que “[...] o mito do nativo indolente é sinônimo de dominação, e a dominação, se baseia no poder.”

A representação do homem rural como preguiçoso, indolente, servia de justificativa para sua pobreza e afastava, portanto, as discussões sobre a desigualdade econômica no Brasil. Nessa consideração, Said (2011, p. 172) afirma que “[...] todas as culturas tendem a elaborar representações de culturas estrangeiras a fim de melhor controlá-las”. Com Jeca Tatu não foi diferente: era representado de forma negativa, como preguiçoso e ainda como estrangeiro, classificação esta originada no trabalho de Roquette-Pinto (2005, p. 31) que, ao explicar acerca das condições dos sertanejos no Brasil, considera-os “[...] estrangeiros em sua própria terra, continuam os trabalhadores rurais do interior do Brasil a viver nas condições desgraçadas de uma disfarçada servidão”.

Em relação à criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, Roquette-Pinto (2005, p. 32) considerou que essa

iniciativa teria melhores resultados, se fosse o inverso, ou seja, “[...] localizar os sertanejos para proteger os índios”.

Sobre o SPILTN, Martins (2012, p. 10) entende que esse serviço se voltava para atender além dos índios: dirigia-se “[...] também para um contingente mais amplo de trabalhadores rurais, de modo a formá-lo e, em teoria, capacitá-lo como mão de obra capaz de se inserir nos padrões racionais e modernos de plantio, cultivo e mercado.” Ou seja, tinha o objetivo de tentar modernizar trabalhadores rurais brasileiros.

A mesma autora (2012, p. 19) esclarece ainda:

Com sede Capital Federal, na época o Rio de Janeiro, e implementado por meio de Inspetorias Regionais que abarcavam todos os Estados da Federação, o serviço se dividia entre o trabalho de “incorporação dos índios à sociedade civilizada” por meio de sua fixação em Postos e Colônias Agrícolas dirigidas pelo SPILTN e aquele de localização e estabelecimento do “trabalhador nacional” junto a Centros Agrícolas. Ambas as iniciativas caminharam juntas sob os auspícios do mesmo serviço até o ano de 1918, quando uma reforma institucional, por meio de lei orçamentária, realocou parte das atribuições da instituição, correspondente à localização do trabalhador nacional, junto ao Serviço de Povoamento, igualmente integrante do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).

Pode-se interpretar a criação do SPILTN como uma tentativa de se aproveitar melhor a mão de obra nacional, já que as correntes imigratórias da Europa haviam diminuído de intensidade e faltavam braços nas lavouras. Observe-se que era buscado o aproveitamento da mão de obra não só dos trabalhadores nacionais, como também a dos indígenas. Essa escassez de mão de obra, somando-se ao fato de que não queriam se submeter aos latifundiários, provocava em escritores porta-vozes do latifúndio, como Lobato (2009), que revelou, em “Urupês”, a chamada materialização do “ranço” dos fazendeiros decadentes com relação à essa mão de obra.

Lobato, assim como José Bonifácio, reclamou dos prejuízos causados pelas queimadas, e também protestou contra esse péssimo hábito, a queimada, herdada dos índios (COSTA, 1974).

Roquette-Pinto, contemporâneo de Lobato, no clássico “Rondônia”, relatou os prejuízos ambientais e econômicos provocados pelas queimadas, resultando na diminuição de uma avezinha chamada poaieiro que ajudava os caboclos a localizarem uma rubiácea de grande valor comercial.

Como informa Cavalheiro (1956), Lobato foi quem melhor descreveu a queimada, com riqueza de detalhes. A queimada era condenada veementemente por seus prejuízos ambientais e econômicos, sendo, infelizmente, ainda utilizada por setores da população e para o avanço do agronegócio sobre as florestas.

Lobato (2009, p. 161) também fez referência à reprodução das estruturas caipiras, como registrado a seguir:

Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” fêmea, está com um filhote no útero, outro ao peito, outro de sete anos à orelha da saia –este já de pitinho na boca e faca à com os recinta. Completam o rancho um cachorro sarnento – Brinquinho – a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós.

Neste trecho, Lobato apresentou uma alusão ao conto “A Vingança da Peroba” e escreveu, de forma extremamente preconceituosa, sobre os modos de vida caipira.

Atente-se que usou o termo “sarcopta”, o que colocava o caboclo na posição de parasita, cultura que começara a se modificar com a chegada de imigrantes italianos, conforme afirma Bosi (1994, p. 222): “Os italianos não pegaram os hábitos do caboclo; pelo contrário, eram os caboclos que assimilavam os hábitos dos italianos”.

Continuou Lobato (2009, p. 162) a caracterizar sua visão negativa acerca do caipira:

Pronto o roçado, e chegado o tempo da queima, entra em funções o isqueiro. Mas aqui “o sarcopta” se faz raposa. Como não ignora que a lei impõe aos roçados um aceiro de dimensões suficientes à circunscrição do fogo, urde traças para iludir a lei, cocando dest’ arte a insigne preguiça e a velha malignidade. **Cisma o caboclo à porta da cabana.** Cisma de fato, não devaneios líricos, mas jeitos de transgredir as posturas com a responsabilidade a salvo. E consegue-o. Arranja sempre um álibi demonstrativo de que não esteve lá no dia do fogo (grifo meu).

Este trecho constitui-se em uma provocação direta aos que teriam uma visão romântica e idealizada do campo. O verso de Ricardo, em negrito, provavelmente provocou o rompimento e a deterioração do relacionamento entre os dois amigos, abordagem que se faz no decorrer desta Dissertação.

Para apontar o incendiário, Lobato (LOBATO, 2009, p. 163) acusou o que seria um “[...] urumbeva qualquer, de barba rala, amoitado num litro de terra litigiosa”.

Lobato (2009, p. 163) problematizou, então, a questão do que fazer com o caboclo, reclamando da insuficiência da pena que seria tocá-lo, como se toca um cachorro:

E agora? Que fazer? Processá-lo?
Não há recurso legal contra ele. A única pena possível, barata, fácil e já estabelecida como praxe, é “tocá-lo”.
Curioso este preceito: “ao caboclo, toca-se”.
Toca-se, como se toca um cachorro importuno, ou uma galinha que vareja pela sala. E tão afeito anda ele a isso, que é comum ouvi-lo dizer: “Se eu fizer tal coisa, o senhor não me toca?”
Justiça primária – que não pune, entretanto, dado o nomadismo do paciente.

A privação da liberdade seria algo que poderia punir o caboclo e inibir futuras queimadas, na visão do fazendeiro Lobato. A consciência de classe, como diria Paulo Freire (1987), se materializou perfeitamente em Lobato, no ano de 1914, em “Velha Praga” e “Urupês”, potencializada com o episódio do administrador e as queimadas. A consciência de classe do latifundiário e “coronel Lobato” pedia por penas mais duras frente à insuficiência das existentes diante de tão grave problema. Como Lobato considerava-se rei de seus domínios, a pena para a queimada, em suas terras, deveria ser mais dura e a punição deveria ser como uma vingança do rei, como eram as penas no período anterior à Revolução Francesa, com muitos suplícios para o condenado, como observou Foucault em “Vigiar e Punir” (2013).

Lobato não indicou qual pena a aplicar sobre os caboclos incendiários, mas, devido à sua experiência como Promotor, talvez fosse a privação da liberdade. Alguns anos antes, Lobato com uma visão mais burguesa, mais urbana, com outra “consciência de classe”, como Promotor, achava que as penas eram duras em demasia.

Isso revela como a “consciência de classe” influenciou sua opinião sobre as penas a infratores. Em outro momento de sua vida, no ano de 1941, Lobato tinha outra opinião sobre as penas, já que essas seriam muito duras e havia até tortura nas medievais cadeias brasileiras. Lobato chegou a sugerir que promotores e juízes passassem uma temporada na cadeia para que pudessem julgar melhor sobre os crimes.

Sobre a pena vigente, a expulsão, considera-se que seria uma pena dolorosa, a qual provocaria a imigração forçada, fazendo com que as raízes com a terra se partissem. Além disso, devido à imigração, as pessoas mais pobres não teriam direito a um passado, perdendo-se a história “[...] da família e do indivíduo em seu percurso errante”, resultado “[...] da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (BOSI, 1993, p. 443).

Acrescente-se, ainda, o preconceito que sofreria o caipira nas cidades e até mesmo pelos acadêmicos, que, como observa Bosi (2010, p. 17), “[...] sua fala é chamada código restrito pelos linguistas; seu jeito de viver, “carência cultural”, sua religião, credence ou folclore”. O caipira, ou sua representação como Jeca, é, até hoje, mostrada como símbolo da ignorância, como as veiculadas pelos meios de comunicação.

Jeca, sendo um permanente nômade, quase sempre “tocado”, acaba por não desenvolver uma cultura, pelo menos aos olhos de Lobato e de muitos brasileiros com valores elitistas.

Lobato seguiu considerando o caboclo como parasita, como uma “quantidade negativa” que deveria ser substituída, quer por imigrantes, quer por novos trabalhadores de outras regiões.

Nesse sentido, Mota (2010) afirma que para Lobato a população do meio rural seria um entrave para um progresso ainda maior do Estado de São Paulo.

Como Mota (2010) observa, Lobato chegou até a criticar a obra de Almeida Júnior “O caipira picando fumo”, em “Ideias de Jeca Tatu” (2008), sendo que, segundo Lobato, se fosse analisada a arte do período em questão, no futuro chegar-se-ia à conclusão de que haveria apenas caipiras picando fumo, não acontecendo renovação artística nessa época.

Franco (1997) apresenta outro enfoque da questão. Relata que, diante de fazendeiros que queriam expandir suas terras, muitas vezes os caipiras reagem com violência ao que consideravam uma decisão judicial injusta. Recorrendo à força e à união, puderam permanecer no que consideravam suas terras. Os expulsos por uma decisão judicial, que consideravam injusta, não hesitavam em recorrer à violência para permanecer nas terras que julgavam suas por direito. Ou seja, não era simplesmente como “tocar” uma galinha, assim como acreditava Lobato. Antonio Candido (2010, p. 96-97) considera a esse respeito: “Expulso de sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomençaria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário”.

Lobato (2009, p. 164) finalizou “Velha Praga” afirmando que:

Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar, ficam a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só este atestará a sua estada ali; o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Maribondo, do Jeca Tatu ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha.

Parece que, aqui, Lobato narrava o início, o desenvolvimento (as queimadas, o modo de vida) e o fim do sarcopta caboclo. Este foi comparado a um parasita, sendo o termo sarcopta utilizado seis vezes, como quantidade negativa.

Ressalta-se, no entanto, que Monteiro Lobato já revelava, naquele tempo, preocupação com a questão ambiental, abordada nos contos “Velha Praga”, “Onda Verde” e em diversas obras, criticando a queimada como método de preparação da terra para o cultivo (PEREIRA, 2013).

Em “Velha Praga”, Lobato referia que os fazendeiros também praticavam queimadas e destruíam o meio ambiente para formar cafezais. Nesse conto, todavia, conforme indica

Naxara (1991), o objetivo de Monteiro Lobato não era a questão ambiental e, sim, o de moldar a representação dos caipiras como obstrutores da produtividade e do progresso.

Em “Urupês”, Lobato trouxe mais detalhes sobre a vida do caboclo (MOURA, 2007), apresentando arrasadora crítica contra os escritores que idealizaram, em primeiro lugar, o índio e, depois, o caboclo. Lobato (2009, p. 168) assim se expressou:

O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de “caboclismo”. O cocar de pena de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; o ocará virou rancho de sapé: o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito. Mas o substrato psíquico não mudou: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras.

Yatsuda (2010, pp. 105-106) afirma que a mistificação da imagem do índio e, depois, a do caipira, tem, como pano de fundo histórico, as lutas pela independência, guiadas por uma elite “[...] dominada por fora e dominante por dentro que elegeu o índio como símbolo de brasilidade, de anti-lusitanismo. E quando os cafeicultores do Oeste Paulista se veem ameaçados pelos ricos imigrantes, alçam o caipira como portador de todos os valores referentes à terra”.

Skidmore (2012, p. 141) também observa que o “[...] indianismo tornou-se uma moda oficial e intelectual entre os membros da elite”, que abandonara nomes próprios portugueses em favor de nomes indígenas. Gonçalves Dias (1857) chegou a publicar um dicionário da língua tupi, tendo sido proposto que o “[...] tupi se tornasse a língua oficial do Brasil”.

Lobato (2009, p. 169) criticou a mistificação em torno do caboclo e comparou acontecimentos históricos como a libertação dos escravos, as lutas no Império e na República, com a postura acocorada dos caboclos, já que nada o colocaria de pé:

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrovinhado à crise duma mudança de sono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo. Pelo 13 de maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num uf! o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, ‘magina’ e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo. A 15 de Novembro, troca-se um trono vitalício pela cadeia quadrienal. O país bestifica-se ante o inopinado da mudança. O caboclo não se dá pela coisa. Vem Floriano; estouram as granadas de Custódio, Gumercindo bate às portas de Roma; Inicitátus derranca o país. O caboclo continua de cócoras, a modorrar.

Supõe-se que Lobato tenha lido Saint-Hilaire para construir historicamente a imagem do caipira, já que este observou que as revoluções, sejam em Portugal, sejam no Rio de Janeiro, não provocavam o menor entusiasmo nos caipiras. Como a independência e outros fatos históricos foram construídos pela elite, nada mais natural a indiferença das populações mais pobres do Brasil aos grandes acontecimentos históricos do século XIX, relatados por Lobato, e que mereceram sua crítica considerando que os caipiras estavam passivos diante das agitações políticas descritas em “Urupês”.

Como contraponto à tese da passividade do caipira, podem ser citadas as rebeliões camponesas de Canudos, que Lobato considerava liderado por fanáticos, e a de Contestado (1912-1916), período que Lobato escreveu “Velha Praga” e “Urupês”.

Euclides da Cunha (1966), na obra “Os Sertões”, relatou a energia do caboclo, nas horas de necessidade. Lobato também conhecia a força da rebelião do Contestado, o próprio Cangaço, banditismo social, mas as omite. Isso provoca o posicionamento de Valente (2010, p. 47), em sua Dissertação de Mestrado, na qual registra:

Compromisso com a verdade. Imparcialidade. Não é isso que se encontra em *O Minarete*. Entre 1903 e 1907, os jovens do “Cenáculo”, grupo de estudantes que compartilhavam o mesmo espaço na capital paulista – quando não moravam, compartilhavam “espiritualmente” dela – foi publicado um jornal que agitou Pindamonhangaba (SP). O periódico era dirigido por Benjamim Pinheiro, formado em direito e pretense prefeito da localidade. Para alcançar seu objetivo, precisava de um jornal que derrubasse a situação: a proposta feita para o “Cenáculo” demonstra o quanto as políticas interioranas comungavam de certa ingenuidade na recém-criada máquina republicana, dando para um grupo de jovens estudantes a responsabilidade de redigir um veículo de comunicação que deu certo justamente pela irresponsabilidade de seus editores.

Da mesma forma, isso pode ser aplicado para a escrita de “Urupês” e “Velha Praga”, pois são contos que estão longe da realidade, sendo tendenciosos, deturpando a imagem do caboclo.

Mesmo assim, Lobato (2009, p. 170) narrou outros aspectos do modo de vida dos caboclos, que, nos dias atuais pode ser considerado ecológico, extrativista já que:

Quando comparece às feiras, todo o mundo logo adivinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher – cocos de tucum ou jicara, guabiobas, bacuparis, maracujás, jataís, pinhões, orquídeas; ou artefatos de taquarapoca – peneiras, cestinhas, samburás, tipitis, pios de caçador; ou utensílios de madeira mole – gamelas, pilõezinhos, colheres de pau.

Nada mais. Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe.

Lobato também criticou a pobreza em que vivia Jeca, culpando-o por essa situação, ao invés de atribuí-la à perversa desigualdade na distribuição de terras.

Não só Jeca é criticado como também até o próprio alimento, a mandioca, porque esta seria de fácil plantio, ideia que expressou em Urupês (2009, p. 172):

Bem ponderado, a causa principal do caboclo reside nas benemerências sem conta da mandioca. Talvez que sem ela se pusesse de pé e andasse. Mas enquanto dispuser de um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas, Jeca não mudará de vida. O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente. Se o poder de estacas e diques o holandês extraiu de um brejo salgado da Holanda, essa jóia do esforço, é que ali nada o favorecia. Se a Inglaterra brotou das ilhas nevoentas da Caledônia, é que lá não medrava a mandioca. Medrasse, e talvez os víssemos hoje, os ingleses, tolhiços, de pé no chão, amarelentos, mariscando de peneira no Tâmis. Há bens que vem para males. A mandioca ilustra este avesso de provérbio.

Lobato culpou a mandioca, mas, naquele momento, ignorava que o Jeca vivia doente, com o amarelão e outras tantas doenças.

Em 7 de abril de 1917, Lobato publicou o artigo sobre o problema do trigo, quando novamente atacou a mandioca, culpando-a de ser a causadora da degenerescência do caboclo.

E, no mesmo artigo, Lobato atacou até a guarapa. Considera que o vinho seria o melhor para a saúde dos brasileiros. Na visão do então racista Lobato, o povo deveria consumir produtos de origem europeia, devendo rejeitar os produtos indígenas, ou orientais, como a cana-de-açúcar.

Interessante que Lobato considerou o Jeca Tatu, como dono da própria terra, quando, na verdade, não o era! Lobato manipulou o eleitor, no conto Urupês, ora falando de agregados, pessoas sem terras que podem ser expulsas da terra, na qual vivem, como se toca um cachorro, ora criticando fazendeiros que têm terra, mas não possuem vigor para aproveitá-las.

Criticou o fato dos jecas votarem no governo, mas Lobato talvez não compreendesse, ou quisesse deliberadamente não compreender, o fato de se estar em plena vigência da República Velha e, quem não votasse no governo, era tocado das fazendas, como bem definiu Lobato, como se fora um cachorro, uma galinha.

Nesse conto, teceu críticas ao mobiliário de Jeca, que seria muito simples, não observando Lobato que isso era consequência da própria pobreza.

Peculiar explicação sobre os dias de trabalho do caipira é apresentada por Nardy Filho (2010, p. 103): “Se para a maioria a semana conta seis dias úteis, para o nosso jeca conta apenas quatro. No sábado ele não vai à roça, fica em casa preparando os seus aviamentos de caça e pesca, ou em preparativos para ir no domingo à vila; na segunda ele descansa da cansa da do domingo”.

Desse modo, o caipira trabalharia bem menos do que o trabalhador urbano, que chegava a fazer jornada de quinze horas diárias, de segunda a sexta-feira, naquele tempo.

Lobato teorizou sobre o caipira e tirou conclusões equivocadas, assim como muitos viajantes brancos do século XIX. Apropriando-se das palavras de Slenes (1988), esse desvirtuamento da imagem do caipira não estaria no seu modo de vida, mas no olhar do branco, ou seja, do latifundiário Lobato.

O mesmo autor (1988) analisa os olhares dos viajantes brancos em relação aos lares negros (agora lares dos caipiras), olhares carregados de equívocos e preconceitos, procurando explicar os baixos percentuais de casamentos entre escravos, resultados da distorção demográfica – uma escrava para quatro escravos.

Nessa direção, Slenes (1988, p. 202) afirma:

Na Europa e nos Estados Unidos nesse período, os grupos dominantes e os intelectuais e profissionais a eles ligados elaboraram estratégias para levar a ‘disciplina ao domicílio’, como parte de uma tentativa de criar novos valores entre as classes populares permitindo dessa forma um controle mais eficaz sobre seu trabalho. Nessa tentativa, havia o reconhecimento tácito de que o ‘aburguesamento’ do modo de ser do trabalhador livre não aconteceria por um processo natural, mas dependeria da ‘tutela’ da própria burguesia e do estado. No Brasil, o problema da transição do trabalho escravo ao lar livre, que levantava o espectro de uma mudança profunda nas práticas disciplinares, provavelmente fez com que parecesse especialmente necessária a adoção de tais estratégias de tutela.

Assim, pois, Lobato procurou, por meio de novas formas de punição mais duras, disciplinar a mão de obra de sua fazenda.

Contestando a visão pessimista de Lobato acerca do caipira, Naxara (1991, 199) afirma que ele “[...] trabalharia para tentar realizar seus sonhos, teria um convívio íntimo com a natureza e uma cultura própria”. O caipira que Naxara analisa na obra de Silveira (1962) seria uma versão bem diferente do preguiçoso e amoral personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato.

Lobato também criticou, ironizou e satirizou a religiosidade do caipira, chamando-a de jecocêntrica, na qual os “coronéis” tomariam o lugar dos santos. Em um contraponto a esse posicionamento, Cândido (2010, p. 201) assevera:

Compreendemos esse estado de coisas se considerarmos a estreita ligação das suas representações religiosas com a vida agrícola, a caça, a pesca e a coleta, e de ambas com a literatura oral. Basta focalizar, nesse sentido, o mecanismo das promessas e dos esconjuros, através do qual veremos uma religião eminentemente propiciatória ligada a práticas de magia simpática, para obter êxito na colheita e na caça, para afastar ou curar males – numa mistura estreita de reza, mezinha talismã, onde a erva do campo se associa ao pelo do bicho e a jaculatória, onde o bentinho se prende ao mesmo fio que o dente de quati ou a unha-de-gato.

Além disso, Lobato também criticou a musicalidade caipira, crítica essa também como as outras, com forte teor ideológico. Lobato (2007, p. 177) descreveu-a do seguinte modo:

Às vezes surge numa família um gênio musical cuja forma esvoaça pelas redondezas. Ei-lo na viola: concentra-se, tosse, cuspiça o pigarro, fere as cordas e “tempera”. E fica nisso, no tempero.

Dirão: e a modinha?

A modinha, como as demais manifestações de arte popular existentes no país, é obra do mulato, em cujas veias o sangue recente do europeu, rico de atavismos estéticos, borbulha d’envolta com o sangue selvagem, alegre e são do negro.

Dias (2010, p. 67) esclarece que a viola e as festas lúdico-religiosas do mundo rural seriam “[...] descartadas da cidade que aspirava a modernização”. Assim, as críticas à viola e à religião ocorreram em contexto de um Brasil que se pretendia moderno e sufocava as expressões da arte caipira, suprimidas, conseqüentemente, dos grandes centros urbanos.

Lobato (2009, p. 177), como ocorrera em relação a outras questões, também não compreendia a razão da tristeza do caipira e poetizava sobre sua pobreza:

O caboclo é soturno.

Não canta senão rezas lúgubres.

Não dança senão o cateretê aladainhado.

Não esculpe o cabo da faca, como o cabila.

Não compõe sua canção, como o felá do Egito.

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachô permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.

Isso revela que Lobato (2009, p. 177) não tem compreensão dos reais motivos pelos quais o caboclo “[...] não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive”.

O motivo dessa situação, pressupõe-se, seja o fato de que o caboclo não tem terras, não tem saúde, não tem liberdade em votar em quem ele quer, assolado por quatro séculos de escravidão, mandos e desmandos da elite econômica, política e intelectual. Desse modo, realmente, não tem motivos para falar, rir, amar e viver.

Ao teorizar sobre o modo de vida do caipira, Antonio Candido (2010, p. 248) faz crítica indireta a Lobato:

[...] Tal sistema representava, com efeito, um ajustamento mínimo do ponto de vista biológico e social, de maneira que os que se subtraíam à sua esfera passaram a costear as situações anômicas e a penúria reduzidos ao trabalho familiar ou individual com técnica rudimentar, à atrofia das crenças, a própria subversão dos padrões morais. Elas se manifestavam em traços como o desinteresse muito frequente entre os caipiras pela legalização, ou ainda, os casos de incesto, de que se tem notícia com relativa insistência; para não falar, no terreno econômico, da regressão da produtividade (...) que frequentemente levava à indolência pura e simples, caracterizando os pobres farrapos humanos, a que se atêm com frequência os escritores regionalistas e contribuem para a visão deformada, indevidamente generalizada, do homem da cidade.

Certamente Antonio Candido estava incluindo Lobato em sua análise, em razão de que os modernistas o consideravam regionalista, ainda que de forma equivocada, como demonstram diversos trabalhos.

É importante ressaltar-se, também, a explicação de Said (2011, p. 123) para a leitura de um texto e a possibilidade de ocorrer uma leitura em contraponto.

Em termos práticos, o que chamo de “leitura em contraponto” significa ler um texto entendendo o que está envolvido quando um autor mostra, por exemplo, que uma fazenda colonial de cana-de-açúcar é considerada importante para o processo de manutenção de um determinado estilo de vida na Inglaterra. Além disso, como todos os textos literários, eles não estão limitados por seus começos e fins históricos formais.

Assim, é importante entender que a fazenda de Lobato e a pobreza dos jecas eram condições necessárias para que Lobato e os latifundiários tivessem um alto padrão de vida: para existirem os ricos, é necessária a existência dos pobres caipiras tão desprezados por Lobato.

Sobre a pobreza do caipira, Ribeiro (2006, p. 326) apresenta significativa contribuição, ao procurar responder aos questionamentos de Lobato sobre as razões de o agregado não plantar frutas nem fazer melhoramentos na propriedade que não é sua:

Apesar da penúria em que vivem, tanto o sertanejo engajado como vaqueiro, quanto o agregado, quanto o agregado ou o parceiro que cultiva terras alheias em regime de meação sentem-se permanentemente ameaçados de se verem enxotados com suas famílias e de caírem na condição ainda mais miserável dos deslocados rurais. Abaixo de cada pessoa que consegue situar-se no sistema produtivo existe toda uma massa marginalizada, ainda mais miserável, onde qualquer um pode mergulhar. Essas condições dificultam ao extremo a organização política das populações sertanejas, e morrem confinadas em terras alheias, cuidando do gado, de casas, de cercados e de lavouras que têm donos ciosos. O próprio rancho miserável em que vivem com suas famílias, construído por eles próprios com barros e palha do campo, não lhes pertence.

Ribeiro (2006, p. 327) continua a explicar a ignóbil situação do caipira:

Nada os estimula a melhorá-los e o proprietário não os autoriza a enriquecê-lo com o plantio de fruteiras ou com a criação de animais de terreiro para que não faça jus à indenização no momento em que devam ser despedidos (...). Por mais anos ou gerações que permaneçam numa terra, o sertanejo é sempre um agregado transitório, sujeito a ser desalojado a qualquer hora, sem explicações ou direitos. Por isso, sua casa é o rancho em que está apenas arranchado; sua lavoura é uma roça precária, só capaz de assegurar-lhe um mínimo vital para não morrer de fome, e sua atitude de

reserva e desconfiança, que corresponde a quem vive num mundo alheio, pedindo desculpas por existir. Quando, apesar de todos os seus cuidados para viver despercebido, torna-se objeto de atenção, é para ver desencadearem-se sobre si novas iniquidades, que só pode enfrentar com a violência...

Em suas análises, Ribeiro (2006, p. 352) faz importantes constatações sobre as diferentes representações do homem do campo nas obras de Lobato:

As páginas de Monteiro Lobato que revelaram às camadas cultas do país a figura do Jeca Tatu, apesar de sua riqueza de observações, divulgam uma imagem verdadeira do caipira dentro de uma interpretação falsa. Nos primeiros retratos, Lobato o vê como um piolho da terra, espécie de praga incendiária que atçava fogo à mata, destruindo enormes riquezas florestais para plantar seus pobres roçados. A caricatura só ressalta a preguiça, a verminose e o desalento que o fazia responder com um “não paga a pena” a qualquer proposta de trabalho. Descreve-o em sua postura característica, acororado desajeitadamente sobre os calcanhares, a puxar fumaça do pito, atirando cusparadas para os lados. Quem assim descrevia o caipira era o intelectual-fazendeiro da Buquira, que amargava sua própria experiência fracassada de encaixar os caipiras em seus planos mirabolantes.

Ribeiro (2006, p. 352), em sua análise sobre a postura de Monteiro Lobato em relação ao caipira, chega a um importante aspecto explicativo desse modo de perceber o trabalhador rural pelo escritor de “Jeca Tatu”:

O que Lobato não viu, então, foi o traumatismo cultural em que vivia o caipira, marginalizado pelo despojo de suas terras, resistente ao engajamento no colonato e ao abandono compulsório de seu modo tradicional de vida. É certo que, mais tarde, Lobato compreendeu que o caipira era o produto residual natural e necessário do latifúndio agroexportador. Já então propugnando, ele também uma reforma agrária.

Até aqui, foi possível perceber como a infraestrutura (meios de produção, terra) moldou a consciência de classe de Lobato, expressa com virulência nos contos “Velha Praga” e “Urupês”, que foi construída sob o ponto de vista ideológico reacionário, com críticas ao modo de vida caipira que, segundo ele e muitos membros das elites, seriam atrasadas. Quando, em 1914, ano da publicação dos artigos “Velha Praga” e “Urupês” e também início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil já estava no segundo ano da guerra contra seus camponeses, como no Contestado, utilizando-se de armas modernas como o avião. Canudos não fazia muito tempo que tinha sido arrasada e há apenas quatro anos, ocorrera a Revolta contra a Chibata, castigo medieval que ainda imperava num Brasil que se pretendia moderno, mas ainda com marcas da escravidão. Dessa maneira, “Urupês” e “Velha Praga” certamente retratam bem a opressão que sofriam as populações pobres do campo.

Na continuidade desta Dissertação, aborda-se a lenta mudança de Lobato em direção a uma consciência de classe mais progressista, libertando-se do opressor que havia dentro de si. Seus trabalhos – “Velha Praga” e “Urupês” podem ter provocado uma tragédia ou, pelo menos, despertado a culpa de Lobato que o perseguiu por boa parte de sua vida: o suicídio de seu amigo Ricardo Gonçalves.

2.4 Hipótese sobre o Começo da Mudança de Postura de Lobato em Relação ao Caipira

Como anteriormente analisado, a consciência de classe moldou a obra de Lobato, em especial “Urupês” e “Velha Praga”, ou seja, a infraestrutura (meios de produção, terra, latifúndio) moldou a superestrutura (ideologia) com a criação de Jeca Tatu, visão distorcida do caipira criada por um Lobato que buscava vingança contra os prejuízos que a fazenda e o meio-ambiente sofriam com as queimadas.

A representação negativa do caipira, criada por Lobato, provocaram discussões em todo o Brasil, ora favoráveis, ora contrárias ao caipira. Uma das consequências da catilinária de Lobato contra o Jeca foi o rompimento com o amigo Ricardo Gonçalves.

Logo depois da publicação de “Urupês”, de acordo com o que sugerem as cartas de Lobato a Rangel, ocorreu o rompimento de Ricardo Gonçalves em relação a Lobato.

Ricardo passou a ignorar Lobato como se pode depreender do trecho que segue: “Lembrei-me de escrever ao Ricardo, mas desisti diante de seu propósito de não dar resposta a cartas. Que mistério isso e que desaforo! Mas quando for a S. Paulo falar-lhe-ei – tentarei arrancá-lo da hibernação” (LOBATO, 1957, 105).

Uma hipótese plausível para Ricardo ter ignorado Lobato seja o fato de que Lobato ridicularizou o caipira de Ricardo, que inclusive foi citado no conto “Velha Praga” – “Cisma o caboclo na porta da cabana”. Não foi apenas contra o Jeca a catilinária de Lobato, mas também contra todos os intelectuais que romantizavam o caipira, numa visão distorcida, segundo Lobato, já que esses caboclos cismariam formas de burlar a lei e provocar queimadas e não devaneios românticos.

Apesar de Ricardo ignorar Lobato, esse acompanhou, atentamente, sua trajetória, como atesta a seguinte referência ao trabalho do antigo companheiro: “Ricardo deu um ar de sua graça pelo Estadinho de ontem – belíssima tradução do Leconte. Infelizmente só anda a traduzir” (LOBATO, 1957, P. 108).

E pouco menos de dois anos após a publicação de “Velha Praga”, para desespero de Lobato, Ricardo Gonçalves se suicidou, o que levou a uma lenta revisão ideológica de seu personagem, Jeca Tatu, provocada provavelmente pelo sentimento de culpa pela morte do amigo. Para Bakhtin (2006, p. 57), esse sentimento pode estar associado ao fato de que “[...] todo fenômeno ideológico, ao longo do processo de sua criação, passa pelo psiquismo, como uma instância obrigatória.” Através de carta de Lobato a Godofredo Rangel, Lobato (1957, p. 113) manifestou-se entristecido:

Ricardo matou-se. Que dizer depois disto? As palavras que me acodem são as mesmas que te acudiram, irmãos que somos e que éramos dele. O mundo me parece mais apequenado, Rangel, eu choro, choro. Tudo está menor, com a ausência de Ricardo. Tudo mais velho, mais odioso, mais ruim. Tenho o retrato dele aqui defronte. Aquela expressão triste do olhar, tão premonitória do tiro! Cada vez que o olho, sinto uma bola na alma. Uma dor lá dentro. Ricardo, aquele nosso Ricardito maravilhoso, morto, coberto de terra, apodrecendo. Morto! Extinto! Apagada para sempre aquela luz do olhar todo bondade e inteligência extraterrena. Parado aquele coração, o maior que ainda houve no mundo. O cavalo que ele beijou na rua Quinze, aquela noite...

Nós o que devíamos fazer era morrer também, num suicídio em massa, Cenáculo inteiro, como protesto contra a Estupidez humana.

Expressou, ainda abalado com a morte do amigo, o desejo de prestar-lhe uma homenagem póstuma, publicando um livro com sua obra:

Que tens dele aí? Vamos reunir tudo quanto ele produziu e enfeixar num livro lindo, que seja o nosso livro de cabeceira.

Que alma! Chego a crer na necessidade de haver céu – pois onde, fora do céu, abrigar-se a imensidão da alma de Ricardo?

Depois da morte de Ricardo Gonçalves, que era socialista e admirador dos caipiras, numa visão romântica, ele foi citado vinte vezes na “Barca de Gleyre”, no período de 20 de outubro de 1916 a junho de 1938 (LOBATO, 1957).

Em carta de primeiro de junho de 1938, parece que Lobato (1957, p. 332) revelou ter encontrado uma solução para o tormento em que se constituía o suicídio de Ricardo Gonçalves:

Que aconteceu com o nosso Ricardo? Passou do estado sólido para o gasoso, e simplesmente por isso se tornou invisível aos nossos olhos. Nada mais. Eu ando tão enjoado desta UJB e desta terra, cujos dirigentes tanto me atrapalham no ferro e no petróleo, que só aspiro uma coisa: passar para o estado gasoso e ir dar parabéns ao “gás Ricardo” pela sabedoria com que resolveu aos vinte e poucos anos o problema com que nos arrastamos ainda. Rangel: que horror a vida dentro da atmosfera da incompreensão, da inveja e da malevolência nacional! O supremo gosto entre nós é ver alguém cair, fracassar, levar a breca. Começo a duvidar da viabilidade da nossa sub-raça.

Apesar de Lobato estar pessimista em relação aos rumos do Brasil, encontrou consolo na doutrina espírita, pois acreditava que logo encontraria seu amigo Ricardo, além de outros amigos e dos filhos perdidos, mortos precocemente.

Durante os anos de 1930 e 1940, segundo apontamento de Nunes (2000, p. 21), “[...] Lobato se interessou pelo espiritismo, não como religião, mas buscando um ponto de vista científico”. A respeito desse mesmo assunto, Ribas (1972) relata as sessões espíritas no período de dezembro de 1943 a 1946. Ricardo não é mencionado nessas sessões. Continuaria a mágoa no além? Seis amigos aparecem nas sessões, menos um “cujo nome se perdeu”. Esse nome perdido seria o de Ricardo, amigo magoado ainda por ter sido ridicularizado por Lobato?

Após o consolo que foi a solução do espiritismo, Lobato não mais se referiu a Ricardo nas cartas para Rangel. Estaria, quem sabe, já consolado.

Depois do suicídio de Ricardo Gonçalves, Lobato (1957, p. 116) passou a perceber o caipira de outra forma.

A partir desse ponto, Lobato começou a ver com mais carinho a questão do caipira, aderindo às ideias socialistas de Ricardo Gonçalves. Demonstrou arrependimento em relação também a outros amigos, como revelou em carta de treze de novembro de 1916 (LOBATO, 1957, p. 120):

Relendo as minhas cartas assombrei-me das muitas maluquices que nelas pôs a minha insofrida mocidade e a irreverência para com os próprios amigos do peito. Imagine o que o mundo iria pensar do Tito e do Nogueira, com base no que eu disse deles – desses dois generosos e queridos amigos! Vou devolver as tuas, e quero saber que sensação te dá o passado.

Por tabela, pode-se afirmar que, em relação ao Ricardo, o sentimento de culpa também deveria ser imenso por causa das críticas contra os escritores românticos, que idealizavam o caipira. E pouco mais de um ano após o suicídio de Ricardo, Lobato (1957, p. 160), em carta para Rangel, chega à conclusão de que o Jeca seria a única coisa que prestaria no Brasil:

S. Paulo, 8, 12, 1917

Meu saci está pronto, isto é, composto; falta só a impressão. Meto-me pelo livro adentro a corcovear como burro bravo, em prefácio, prólogo, proêmio, dedicatória, notas, epílogo; em tudo com o maior desprazo e topete deste mundo. Ontem escrevi o Epílogo, a coisa mais minha que fiz até hoje – e concluo com a apologia do Jéca. Virei a casaca. Estou convencido de que o Jéca Tatu é a única coisa que presta nesse país.

Qual a razão dessa mudança? O psicológico influenciando o ideológico, segundo o conceitual bakhtiniano (BAKHTIN, 2006). Entretanto, sua consciência de classe não é ainda totalmente modificada: persistem, no escritor, o racismo e o preconceito contra os caipiras, posições expressas no livro “O Saci”, que, segundo Lobato, tio Barnabé não saberia falar, a linguagem coloquial caipira não poderia ser considerada uma linguagem. Demonstrava preconceito contra Nastácia, fato observado por diversos pesquisadores. Todavia, a consciência de classe senhorial, racista e latifundiária de Lobato lentamente foi modificada, graças à influência de intelectuais como Anísio Teixeira, conforme já referido.

Lobato, nos anos seguintes ao suicídio de Ricardo Gonçalves, buscou salvar o Jeca, mesmo ainda não completamente liberto dos seus preconceitos de classe. Surgiu, então, o Jeca Tatuzinho.

2.5 Jeca Tatuzinho

O conto Jeca Tatuzinho pode ser considerado como a conclusão do livro “Problema Vital”, cujo objetivo principal foi o de esclarecer a população brasileira sobre a necessidade de saneamento dos sertões. Com o saneamento, no entendimento de Lobato (2010), viria, automaticamente, o desenvolvimento e o rendimento dos trabalhadores seria três vezes maior.

Jeca Tatuzinho também pode ser considerado como uma mutação conservadora de Jeca Tatu, apesar de serem encontradas algumas diferenças. Jeca Tatuzinho não é um agregado como Jeca Tatu, passível de ser expulso a qualquer momento. Pelo contrário, tem muitas terras que não estavam sendo aproveitadas, fato importante para o propósito desta Dissertação.

Lobato (2010), sem realizar nenhuma análise acerca da infraestrutura econômica brasileira, atribui ao próprio Jeca e às doenças que o acometem as razões para o fato dele viver dentro de padrões mínimos de vida. É como se Lobato tivesse encontrado no saneamento e na melhoria das condições de Jeca Tatuzinho, representante do homem do campo, a panaceia, algo que resolveria todos os problemas do Brasil, problemas econômicos, políticos, etc.

A razão da pobreza de Jeca Tatu seriam a anquilostomíase, amarelão, maleita, sezão que acabariam com suas forças. Essas eram doenças que assolavam Jeca Tatuzinho e seriam as responsáveis pelo atraso econômico brasileiro.

A partir do momento em que Jeca Tatu foi tratado pelo médico, adquiriu forças e virou grande fazendeiro, chegando a superar o imigrante italiano no serviço.

Nessa série de artigos, Lobato criticou o “coronelismo”, considerando-o como causa do atraso e que ainda poderia atrapalhar as reformas sanitárias, que visavam ao bem estar da população brasileira. Apesar das críticas aos “coronéis”, quando curado, Jeca Tatuzinho acabou transformando-se em um próspero “coronel”, intelectualizado, que aprendeu inglês, implementando as sonhadas melhorias de Lobato para sua fazenda Buquira.

Lobato, nesses artigos, criticou o hábito da cachaça, os mínimos vitais, que seria plantar para não morrer de fome, a falta de vontade de Jeca Tatuzinho em trabalhar e eliminar a praga da formiga.

No conto “Zé Brasil”, ocorreu a explicação sobre os motivos que levaram ao desânimo de Jeca Tatuzinho em combater a praga da formiga. Para Lobato, os mínimos vitais seriam em decorrência das doenças.

Um ponto que poderia ter uma perspectiva negativa é justamente a eugenia. Se em “Problema Vital”, houve a defesa da eugenia positiva, por meio do saneamento, em outras

obras, Lobato tornou-se partidário da eugenia negativa, ou seja, advogava a eliminação de pessoas com deficiência, conforme defendia o personagem *Mister Slang* (1959). Este defendia o método espartano, isto é, se uma criança nascesse com deficiência, seria abandonada. Cabe ressaltar que *Mister Slang* seria uma espécie de sábio, semelhante à Dona Benta, o que confere um peso perigoso às suas afirmações. A eugenia negativa, em “O Presidente Negro” (1951) foi defendida de modo mais radical: propunha a esterilização compulsória de toda população negra dos Estados Unidos. Desse modo, Lobato acabou por se antecipar ao nazismo e ao extermínio dos milhões de judeus, pois a esterilização foi uma das medidas dos nazistas, além da eliminação dos deficientes. Essas ideias da eugenia negativa eram muito populares, sobretudo nos Estados Unidos, país das personagens do livro “O Presidente Negro”.

Em “Problema Vital”, Lobato clamou pela importação de cérebro, que deveria ser, preferencialmente, europeu. Já que os europeus estavam sofrendo os efeitos da Primeira Guerra Mundial, tornava-se necessário sanear os sertões, para evitar a chegada de chineses e japoneses, que, para Lobato, encarnavam o perigo amarelo e poderiam, um dia, vir a dominar o mundo, suplantando os Estados Unidos. As previsões de Lobato, de algum modo, concretizaram-se, uma vez que a China caminha para colocar-se como a maior economia do mundo.

Encontra-se, em “Jeca Tatuzinho” (2010), uma crítica às habitações rurais brasileiras, tema também abordado por Slang (1946), que mostrava a superioridade das habitações norte-americanas em comparação com as habitações rurais brasileiras.

Além disso, pode-se observar, em “Problema Vital” que Lobato defendia a superioridade paulista, argumentando que São Paulo poderia conduzir o Brasil ao caminho correto, ou seja, rumo à sanitização dos sertões.

O conto “Jeca Tatuzinho” mostrava que, se o caboclo brasileiro fosse devidamente tratado, medicado, seria de grande valor para a agricultura, chegando até a superar os imigrantes. O conto fecha o livro “Problema Vital” com a ideia de que, com o saneamento, as elites poderiam recuperar os milhões de jecas atingidos pelas doenças.

Jeca Tatuzinho ensinou o saneamento para os caipiras de sua região, curando os doentes do amarelão e outras doenças causadas por bichinhos nas tripas. Americanizou-se e, como muitos membros da elite, enriqueceu e só falava em inglês. Assim, Jeca Tatuzinho ficou parecendo um estrangeiro legítimo, como ocorrera com Lobato que dominava o inglês e estava a par de tudo o que era moderno.

No final do conto, Lobato conclui que valeria a pena curar os camaradas da fazenda, o que faria o trabalho dos peões render três vezes mais.

E segundo Lobato, um país não valeria pelo seu tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Valeria pelo trabalho que realizasse e pela qualidade de sua gente. Ter saúde seria a grande qualidade de um povo. Tudo mais viria daí.

Jeca Tatuzinho realizaria melhorias, plantaria pomares, curaria os camaradas da fazenda, doentes assim como o próprio Jeca Tatuzinho fora. E mais: Jeca Tatuzinho acabou por se transformar em “coronel”, figura emblemática e de *status* e poder da República Velha.

Jeca Tatuzinho também pode ser interpretado como tudo que Lobato pretendeu realizar em sua fazenda, vendida em 1917 (o conto foi publicado em 1918). Até a ambição do próprio Lobato em ser “coronel”, foi projetada em Jeca Tatuzinho, ambição que, se supõe, deve ter permanecido latente. É possível, portanto, afirmar-se que o “coronel” seria o opressor e que Lobato carregava-o dentro de si, libertando-se dele apenas na década de 1940, quando demonstrou maior simpatia pelo socialismo e aderiu às ideias georgistas⁹.

⁹ **Georgista:** termo originário dos defensores das ideias do economista Henry George (1839-1896); consistiam em um sistema tributário de imposto único sobre a renda da terra e isentando de impostos os salários e os lucros.

No conto “Jeca Tatuzinho”, além de mostrar que acreditava que o saneamento poderia desenvolver o Brasil, aumentando sua capacidade produtiva, revelou também que acreditava no empreendedorismo capitalista, faceta que caracterizou Lobato, quando dono da Companhia Brasileira e em empreendimentos na área do ferro e petróleo. Empreendimentos esses, registre-se, todos fracassados, o que levou Lobato a mudar de ideologia. Para Lobato, realmente mudar suas concepções sobre Jeca Tatu, ainda levaria muitos anos, conforme será analisado no Capítulo III.

Jeca Tatuzinho, assim como o personagem Jeca Tatu, foi amplamente divulgado, em razão de seus aspectos conservadores, situando que a pobreza do Brasil estaria relacionada a algumas doenças. A questão fundiária foi suprimida, considerando-se que Jeca Tatuzinho teria terras e não as plantaria por culpa sua, num primeiro momento, e, num segundo momento, por causa das doenças que o acometiam. Se Lobato tivesse sido realista nesse conto, utilizando-se das estatísticas, buscando a representação majoritária da população camponesa, Jeca Tatuzinho seria, na verdade, não um “coronel”, ou latifundiário preguiçoso e doente, mas, sim, um “sem terra”, ou com pouquíssima terra, tendo que trabalhar em terra alheia para poder sobreviver.

3 CAPÍTULO III

LOBATO E A QUESTÃO AGRÁRIA: O PERSONAGEM ZÉ BRASIL

RESUMO

Discute-se, neste Capítulo, a respeito da influência das obras de Anísio Teixeira e de Henry George no pensamento de Lobato. Realiza-se uma análise do personagem Zé Brasil, bem como se abordam temas relativos à renda da terra, à existência ou não dos restos feudais ou escravistas, às relações entre a terra e poder político, ao Partido Comunista e à Reforma Agrária, à luta de classes entre meeiros e patrões, aspectos centrais desta Dissertação.

3.1 Revolução no Pensamento de Lobato

Na trajetória da vida de Monteiro Lobato, alguns episódios são marcantes para a construção de seu pensamento.

Destaca-se, em primeiro lugar, sua convivência com jovens mais ricos do que ele, o que lhe provocou o senso de injustiça social, fazendo-o olhar com simpatia para o socialismo, como pode ser observado no artigo “A Fuga dos Ideais”.

Em outro momento da vida, Lobato encontrou culpados para sua decadente condição como latifundiário. Descobriu nos agregados de sua fazenda, apelidados de Jeca Tatu, os responsáveis pelas queimadas, pobreza dos solos e pela pobreza de ambos, meeiros e latifundiários. A pobreza dos latifundiários, comparada às condições de riqueza dos grandes capitalistas, constituiu-se em fato fundamental para compreender o pensamento ideológico de Lobato. Essa diferença levou o jovem Lobato a se revoltar contra o sistema capitalista, quando tinha apenas catorze anos de idade. Consta, também, em sua biografia, que Lobato recuou em relação aos ideais socialistas, devido à leitura de Gustave Le Bon, passando a adotar pontos de vista ideológicos menos progressista.

No intervalo entre a leitura de Le Bon, em 1904, até o ano de 1945, em que Lobato se assumiu georgista, transcorreram-se quarenta e um anos, tempo em que o escritor, gradualmente, mudou de ideologia. Esse movimento de transformação decorreu, em grande parte, das forças perversas do capitalismo internacional que enfrentou, consideradas como impeditivos para o desenvolvimento do Brasil.

Desse modo, a análise de sua linha temporal mostra grandes mudanças entre o Lobato de 1904, ainda imaturo e impregnado do pensamento racista vigente à época, e o de 1945, mostrando um homem influenciado pela ideologia georgista e com grande simpatia pelo socialismo.

Nessa transformação, período de 1904 até o ano de 1945, passou de estudante de Direito a Promotor, latifundiário e, como consequência, a “coronel”, a reformista, tentando sanar a saúde das pessoas do sertão, incluindo o reformismo econômico. Em sua luta por petróleo e ferro, acabou por enfrentar diretamente as garras do capitalismo internacional,

culminando em sua prisão durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945), entre outras funções.

Nesse período, ocorreram grandes acontecimentos mundiais: a Primeira Guerra Mundial, resultado do choque entre imperialismos; a catástrofe da crise de 1929, com grandes danos, mas cíclica do sistema capitalista; a Segunda Guerra Mundial, em que a União Soviética, país agrário no início do conflito, ainda no mesmo ano de 1914 foi convertida em potência mundial, derrotando o nazismo, graças à ideologia socialista. Essa ideologia contribuiu para o desenvolvimento rápido da Rússia, o que já chamava a atenção de Lobato em 1925. Expressou interesse pela Rússia de Lenin, chegando a fazer comentários, em jornais da época, sobre a reportagem de Adolfo Agorio, jornalista argentino, que estivera na Rússia comunista. Lobato entendia que esse jornalista poderia dar uma visão melhor sobre o que seria o comunismo, ao contrário do que ocorria no Brasil, já que, por aqui, tudo o que se sabia sobre os russos vinha dos óculos pretos da imprensa francesa, país representante do imperialismo, e que nunca poderia dar uma visão realista sobre o que ocorria na Rússia comunista (LOBATO, 1933).

Quando pensara em editar o livro de Adolfo Agorio, Lobato foi intimado pela polícia que pretendia apreender o livro, antes mesmo de que aparecesse no mercado, considerado como uma ameaça ao coronelismo. Isso levou Lobato a ironizar a eficiência da polícia brasileira.

Na década de 1930, Lobato envolveu-se na luta pelo petróleo, situação abordada no livro “O Escândalo do Petróleo”, no qual fez forte crítica ao capitalismo, considerado responsável por guerras mundiais e que, para sobreviver, necessitaria de destruição de vidas e alimentos. Para Lobato, ou a humanidade destruiria o capitalismo ou o capitalismo destruiria a humanidade. A Rússia seria o único país, liberto do capitalismo internacional, controlador dos governos fracos e promotor de guerras entre os governos fortes (LOBATO, 2011).

No livro “O Escândalo do Petróleo” (2011), além de argumentos favoráveis ao socialismo, Lobato narrou, indignado, a destruição de milhões de toneladas de alimentos ocorrida no mundo inteiro, atingindo, igualmente, o Brasil, que queimou oitenta milhões de sacas de café. Chegou até a demonstrar algumas soluções para o aproveitamento do café, ao invés de queimá-lo. Existiriam soluções científicas e comerciais para aproveitar melhor o café, transformando-o em produtos como cafeína, hormônios, mas para as elites governantes brasileiras, a ciência seria uma espécie de comunismo.

O café brasileiro chegou a encontrar comprador no mercado externo, no caso, a Rússia, que propôs trocar petróleo por café. Mas o governo brasileiro sequer chegou a dar resposta ao governo russo, preferindo queimar milhões de sacas.

Lobato criticou o governo federal, mostrando-se *simpatizante* do comunismo em pleno ano de 1935, no qual os conflitos entre comunistas e integralistas chegaram ao auge. Esta consciência revolucionária Lobato adquiriu, certamente, durante sua luta pelo petróleo. Em razão de ter demonstrado simpatia pela Rússia revolucionária, Lobato corria risco de ser preso, pois milhares de comunistas foram presos naquele ano de 1935, ano da Intentona Comunista. Além disso, Lobato já estava na mira da polícia desde 1925, como ele próprio relatou, fazendo supor-se que existiria um setor da polícia encarregado de investigar intelectuais como Monteiro Lobato.

Em 1941, terceiro ano da Segunda Guerra Mundial, ano em que as forças encabeçadas pela Alemanha nazista estavam no seu auge de conquistas territoriais, Lobato acabou preso, apenas por ter enviado uma carta ao então ditador, Getúlio Vargas.

Alguns anos após, em carta para Rangel, em 1945, Lobato explicou, em essência, os verdadeiros motivos de sua prisão, dentro do jogo das lutas entre ricos e pobres, capitalistas e comunistas.

Lobato tinha plena fé na vitória do socialismo sobre o capitalismo e acreditava ser um verdadeiro milagre os pobres “[...] não massacrarem os ricos, tal o grande número daqueles e o pequeno número destes” (LOBATO, 1957, p. 370). Lobato também percebeu a inteligência do ex-ditador Getúlio Vargas, que percebendo a força dos socialistas, resolveu ser chefe do trabalhismo, virando “pai dos pobres”. Infelizmente, Lobato não viveu o suficiente para ver também a transformação de Getúlio, que acabou se suicidando por enfrentar as forças do capitalismo internacional, na luta pela criação da Petrobrás e por salários mais justos para os trabalhadores.

Lobato acreditava que o socialismo poderia ser a condição fundamental para o desenvolvimento do Brasil e, no ano de 1948, com a publicação de *Zé Brasil* (2010), expôs sua visão revolucionária para a solução dos problemas dos homens e mulheres do campo. Defendeu a Reforma Agrária e Luiz Carlos Prestes, líder comunista.

Lobato, apesar de possuir diferentes concepções em relação aos comunistas brasileiros, dizendo-se adepto das ideias georgistas, não marxista, entretanto possui pontos, nos seus discursos, que certamente se encaixavam na concepção dos comunistas, como a reforma agrária, etapa da revolução burguesa. *Zé Brasil* não se enquadrou nas ideias georgistas, já que se enquadra num ideal muito mais próximo das ideias leninistas marxistas, porque advogava uma reforma agrária radical, não com a eliminação física dos “coronéis”, mas do fim de seu poder. Entendia que era a posse da terra que lhe permitia o título de “coronel”, hoje governadores, senadores e deputados.

Conforme pensava Marx (2004), a terra faz o senhor. Portanto, sem a posse da terra, o poder dos donos do Brasil seria reduzido a nada. Por isso, a importância da reforma agrária para a eliminação dos remanescentes feudais.

Como apontado, existiam *diferenças* entre as concepções georgistas de Lobato e as dos comunistas brasileiros. Conforme Kautzky (1980), o latifúndio socialista cooperado teria uma produção e um rendimento muito maior do que a pequena propriedade, tese que Lenin também defendia. Na obra de Lobato não é encontrada nenhuma defesa do latifúndio socialista, muito menos uma defesa do latifúndio, na fase final de sua vida, em relação às diferenças de produtividade. Outra diferença, cabe ressaltar é de que Henry George, advogava impostos somente sobre a terra, não impostos que incidissem sobre o capital, nem sobre o trabalho. Ou seja, na sociedade idealizada por Henry George, continuaria a haver capitalistas e proletários, diferente do ideal socialista de uma sociedade sem classes. Quanto às semelhanças, pode-se mencionar que, tanto Lobato como os movimentos progressistas defendiam a redistribuição da terra.

Talvez os motivos para que Lobato não defendesse o modelo soviético fossem os equívocos da reforma agrária realizada na Rússia, que foi cancelada por Stalin e ocorreu a coletivização obrigatória, o que ocasionou a morte de milhões de camponeses.

Infelizmente, Lobato não pode ver exemplo de uma reforma agrária bem sucedida (VEIGA, 1981) como a realizada na Revolução Cubana, iniciada em 1959, que, atentou aos erros da reforma agrária soviética, ocorrendo de forma gradual, mas persistente, o que aumentou o padrão de vida de seus agricultores, que trabalham nas grandes cooperativas ou nas granjas de Pueblo.

Conforme observa Prado Júnior (1979) existe no Brasil grande concentração fundiária, um grande número de agricultores que não teriam terras suficientes para trabalhar, além de se sujeitarem a relações servis, baixos salários no campo, o que rebaixaria até os salários nas cidades.

Apenas anos mais tarde, foi que o drama de Lobato passou da ordem literária para a ordem política ou social, acreditando-se que com a descoberta do drama das doenças vividas pelos homens e mulheres do campo, conforme aborda no tema “Jeca Tatu”. Lobato citou

novamente Le Bon em “Problema Vital”, mas para afirmar que não acreditava mais nas ideias racistas do escritor francês que condenava os brasileiros, povo, no entendimento de Le Bon, mestiço e degenerado.

Isso marca significativa alteração do pensamento de Monteiro Lobato, o qual foi influenciado por Anísio Teixeira (1900-1971).

3.2 A Irmandade da Inteligência: Monteiro Lobato e Anísio Teixeira

Analisando as cartas trocadas entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato (1986) e suas trajetórias de vida, não é exagero considerá-los como irmãos, pois ambos realmente se consideravam como tal, não no sentido físico, mas no âmbito intelectual.

Conheceram-se e foram lapidados dentro de um gigante chamado Estados Unidos da América, local onde vivenciaram o contraste entre desenvolvimento, modernidade, contraste enorme entre o Brasil atrasado, da agonizante república coronelista da década de 1920. Enquanto Anísio Teixeira conheceu as ideias de John Dewey, Lobato chegou a conhecer Henry Ford, convivendo com milionários, sendo levado a acreditar que poderia desenvolver o Brasil com a extração de ferro e de petróleo. Nesse momento, fins da década de 1920 e início da década de 1930, circulava forte crença no empreendedorismo e no capitalismo.

Ambos acreditavam no potencial da educação e do petróleo, para desenvolver o Brasil. Lobato chegou a idealizar um organismo educacional que teria Anísio como diretor, um organismo independente de religião, ou governo. Como Lobato fracassou em seu empreendimento petrolífero, a ideia sobre educação, infelizmente, não foi posta em prática.

Ambos também acreditavam que os técnicos deveriam assumir os governos e não os políticos.

Como se percebe, Lobato e Anísio Teixeira possuíam muitas semelhanças. Os dois foram incompreendidos e perseguidos em seu tempo. Se Lobato chegou a ser preso, Anísio foi afastado do seu cargo, em 1935, da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, devido às perseguições que estaria sofrendo, por motivo da repressão da Intentona Comunista de 1935.

E, coincidentemente, como resultado das perseguições sofridas, tanto por Monteiro Lobato como por Anísio Teixeira, os dois buscaram, nas traduções de livros, o remédio para seus males. Para Lobato, as traduções eram sua pinga, para Anísio, significavam o mundo do futuro, fugindo de uma realidade dura e amarga, vendo seu projeto educacional ser destruído pelas forças reacionárias, conforme informou Lobato, em suas “Cartas Escolhidas” (1972, p. 246):

Anísio escreveu-me... Que pena! Entristeci-me melancolicamente e filosoficamente – mas Anísio tem razão. Antes de reconstruir a educação no mundo é preciso ensinar a ler, á Bahia, que é um pedaço do mundo. Ele volta á Bahia, vai com Mangabeira lançar as bases dum sistema educativo lá, o qual sistema educativo levará a breca logo que o Mangabeira deixar o governo e a Bahia recair nas unhas da reação católica, apostólica, romana. Destruirão toda a obra do Anísio, como fizeram no Rio – mas ficarão todos enterrados e esses tocos britarão *in partibus*. E *cosi vai il mondo – lentissi(m) amente*, por meio de avanços ideológicos e recuos pragmáticos, mas sempre com pequeninos ganhos. Anísio mostrou a sua grandeza de alma, trocando o brilho da sua atuação pessoal na Unesco por um precário esforço educativo numa cova de cacos e cocos que tem o nome de Bahia.

Pode-se afirmar que uma das causas do diálogo de Lobato com as ideias socialistas foi a influência de Anísio Teixeira, que considerava a União Soviética o sanatório que curaria a humanidade. Ele também relatava os sucessos educacionais dos soviéticos, baseado nas

estatísticas, em que se observava o claro aumento no número de alunos. Podemos considerar Anísio Teixeira, um liberal com matiz socialista, já que para Anísio, tanto o socialismo soviético, como o capitalismo norte-americano poderiam trazer o progresso para a humanidade. Mas Lobato, na década de 1930, ainda acreditava apenas no capitalismo, dizia que bastaria aumentar o angu, ou seja, aumentar as riquezas, ao invés de mexer angu, ou seja, distribuir as riquezas. As ideias de Anísio sobre escola progressista refletiram-se na obra de Monteiro Lobato, sobretudo no “Sítio do Picapau Amarelo”, local onde as crianças sempre, ou quase sempre que tinham uma ideia, eram apoiadas pelos mais velhos. Dona Benta e Tia Nastácia seriam mediadoras do conhecimento e as crianças, Pedrinho e Narizinho, aprenderiam pela prática, pela experiência. Detalhe importante na obra de Lobato foi a supressão da violência contra as crianças, certamente influência de Anísio Teixeira. No Sítio do Picapau Amarelo, as crianças e seus impulsos eram o centro das aventuras, aprenderiam por prazer, ao invés de aprenderem por imposição, como ocorria nas escolas existentes, com ameaças de castigos ou de notas. O Sítio representava, certamente, uma escola progressista. Percebia-se, assim, a influência do pensamento de Anísio Teixeira.

O trabalho de Anísio e de Lobato se dividia em duas frentes. Enquanto Lobato tentava extrair petróleo e desenvolver o Brasil, Anísio Teixeira educaria o Brasil com suas luzes.

Infelizmente, Lobato não conseguiu extrair petróleo, atrapalhado por forças obscuras, passando boa parte do fim de sua vida amargurado, por ter enfrentado a cadeia; Anísio acabaria por recusar um cargo na UNESCO, a fim de trabalhar pela educação na Bahia. Em cada reviravolta reacionária, Anísio Teixeira era destituído de seus cargos, como em 1935 e em 1964. Sua estranha morte no elevador, em 1971, considerada acidental pela polícia e criminosa pela família e amigos, está sendo investigada pela Comissão da Verdade.

Para Afrânio Coutinho (2014), Anísio morreu vítima de torturas. O próprio Afrânio escreveu um documento sobre o caso, guardado na Academia Brasileira de Letras, com previsão para ser aberto no ano de 2021.

Grandes homens de ação e intelecto, Anísio Teixeira e Monteiro Lobato, membros de uma irmandade da inteligência, tinham muitos pontos em comum em seus pensamentos: ambos influenciavam-se até na escrita, com Anísio escrevendo o à craseado da mesma forma considerada correta por Lobato, que seria á e com Lobato dialogando com os ideais progressistas e democráticos dos socialistas.

E acabaram ambos incompreendidos em seu tempo, sofrendo todas as consequências de permanecerem fiéis aos seus ideais de educação e sociedade.

O pensamento de Lobato foi influenciado, de modo significativo, também pelo pensamento de Henry George.

3.3 Influência da Obra de Henry George no Pensamento de Lobato

Henry George (1839-1897) apresentou diversos argumentos na obra “Progresso e Pobreza”, que contribuíram para modificar as ideias de Lobato. A primeira foi a de que a propriedade territorial pode ser a causa da miséria, dando argumentos para que Lobato compreendesse a miséria de seus caipiras. George explicava as causas da fome, tanto na Índia, como na Irlanda, devido ao fato de a propriedade da terra estar monopolizada nas mãos de algumas pessoas que receberiam a chamada renda fundiária. Afirmava que quanto maior a renda fundiária, menor o salário e quanto menor a renda fundiária, maior o salário (GEORGE, 1970).

Dentre as críticas de George que, provavelmente, influenciou o pensamento de Lobato estava a ideia de que a facilidade de se encontrar alimento seria uma das causas da miséria na Índia, assim como Lobato também atribuía a pobreza dos jecas à facilidade de cultivo da mandioca. George atribuía, como causa da fome na Irlanda, o fato de haver proprietários de terra que ficavam com um quarto da produção líquida e não a superpopulação, como defendiam os economistas ingleses, influenciados por Malthus¹⁰.

Outra modificação no pensamento de Lobato, provocada provavelmente por Henry George, é relativa à questão racial, fortemente presente em Lobato. George explicava que os negros e brancos teriam o mesmo desempenho até os doze anos de idade, mas que, a partir dessa idade, os negros teriam consciência, devido à injustiça do racismo presente na sociedade norte-americana, de que suas profissões seriam, no máximo, as de cozinheiros e criados e, a partir daí, seu desempenho escolar cairia, já que nenhum esforço seria recompensado e suas condições de vida já estariam traçadas.

Lobato mudou suas concepções racistas graças à influência de Henry George e chegou até a expressar sua simpatia pelos negros e por sua religião, como foi observado em carta para Wladimir Guimarães, em “Cartas Escolhidas” (1970) em que mostrou seu desejo de ser ele mesmo negro bem preto.

A concepção do pensamento racista de Lobato deve ser revista, já que os pensamentos da maturidade têm muito maior valor, frutos da experiência e da reflexão, do que os expressos na juventude.

Em sua grande obra – “Zé Brasil”, os personagens Jeca Tatu e Jeca Tatuzinho são revisitados, cuja análise será feita a seguir.

3.4 Zé Brasil: Coroamento das Reflexões de Lobato

Considera-se Zé Brasil o coroamento de anos de reflexões de Lobato, iniciadas na década de 1910, quando dono do latifúndio Buquira, posteriormente como falido empreendedor capitalista, no negócio dos livros e do petróleo, que culminaram em sua prisão e, finalmente, na compreensão do perverso sistema de exploração do homem pelo homem.

O conto “Zé Brasil”, censurado, ignorado, refletiu as próprias condições do povo brasileiro, abandonado, ridicularizado, considerado culpado pela própria pobreza e até do Brasil (ver anexo Uma visão reacionária sobre Jeca Tatu).

Zé Brasil foi o ápice da obra de Lobato, literalmente a cereja do bolo, construído sob os restos de Jeca Tatu e Tatuzinho, um trabalho no qual se observou toda a genialidade de Monteiro Lobato.

Nas primeiras páginas do livro “Zé Brasil”, publicado em 1947, Lobato apresentou uma descrição sucinta das condições miseráveis de vida do personagem, morador de um casebre de sapé e de barro, vivendo sem nenhum conforto, não tendo sequer uma cama para dormir. Foi retomada a condição precária do mobiliário de Jeca Tatu, a mesma “[...] espingarda, o pote d’ água, o caco de sela, o rabo-de-tatu, a arca, o facão, um santinho na parede” (LOBATO, 2010, p. 116).

¹⁰ **Thomas Robert Malthus (1766-1834):** economista e demógrafo inglês, cuja teoria denominou-se de “malthusianismo”; relacionava o crescimento da população com a fome; durante os séculos XVIII e XIX, houve acentuado crescimento demográfico devido à consolidação do capitalismo e à Revolução Industrial, diminuindo a taxa de mortalidade, principalmente na Europa e nos EUA; Malthus acreditava que o crescimento demográfico iria ultrapassar a capacidade produtiva das terras, gerando fome e miséria (FARIA, 2014).

Nesse livro, Jeca Tatuzinho também é retomado, considerando-se que os dois teriam “[...] a mesma opilação, a mesma maleita, a mesma miséria e até o mesmo cachorrinho” (LOBATO, 2010, p. 116). Pra salientar a evolução da estória do Jeca, até o nome do cachorro é o mesmo, Joli.

Lobato narrou as duras condições de trabalho de Zé Brasil: sua longa jornada, literalmente como boia fria, tendo que levar o almoço preparado pela mulher, compelido a derrubar capoeirões, mato. Em suma, não existiria nenhuma facilidade na vida de Zé Brasil, ao contrário do que atribuíra Lobato em 1914, as facilidades que Jeca teria, com o plantio da mandioca. A vida de Zé Brasil era trabalho e mais trabalho, mas mesmo assim sua miséria permanecia constante.

A partir do livro “Zé Brasil”, pode ser feita uma interessante analogia sobre os parasitas, no caso as formigas, que acabavam com suas plantações, como uma crítica contra os mais ricos (parasitas, viviam de renda). E se, em 1948, lutar contra as pragas era para os “ricos”, seis décadas depois de sua publicação, as pragas vêm se fazendo cada vez mais fortes.

Também havia toda a crítica ao sistema político, em especial aos políticos, doutores, deputados e que ainda chamavam Zé Brasil de “[...] vadio, indolente, sem ambição, imprestável” (LOBATO, 2011, p. 117). E, apesar das campanhas sanitaristas empreendidas por Lobato, percebe-se que os povos dos sertões continuavam sofrendo com opilações, malárias, verminose. Não havia doutor e Zé Brasil teria que trabalhar doente mesmo, até o ponto de cair como cavalo que afrouxa, morrendo ali mesmo, amarrado num cipó, sendo levado para o cemitério.

Zé Brasil fez crítica também à Igreja Católica. Zé Brasil temia que, assim que chegasse ao céu, seria tocado de lá, assim como fora tocado pelo Coronel Tatuíra, dando a entender que os “coronéis” controlavam também a Igreja. Como já dissera Lobato, a Igreja serviria para acalmar os mais pobres, porque quando esses morriam, os pobres iriam para o céu e os ricos para o inferno. Para Lobato, essa visão cristã serviria apenas para fundamentar a dominação, a submissão das classes proletárias, lembrando Karl Marx (2005) que afirmava que a religião era o ópio do povo. Esse era o entendimento de Lobato naquele período. Atualmente, diversos movimentos da Igreja Católica, como a Teologia da Libertação, são favoráveis à Reforma Agrária. Inclusive existem diversos mártires espalhados Brasil afora, como o Padre Ezequiel Ramin, covardemente assassinado em Rondônia, entre outros.

Em “Jeca Tatu”, Lobato criticou a religiosidade do Jeca, considerando-a jecocêntrica, com os “coronéis” comandando tudo. Em Zé Brasil também os “coronéis” seriam donos até do céu, tocando de lá os mais pobres. E, aqui, entra-se outra crítica ao sistema de “coronéis”, uma crítica antiga em Lobato, desde Jeca Tatu. Narrou que Zé Brasil foi tocado, não por ter colocado fogo no mato, por não ter trabalhado, mas justamente por ter se empenhado e conseguido uma bela colheita. Foi tocado como uma galinha, como diria Lobato em “Velha Praga”. O Coronel Tatuíra simplesmente se apossara da ótima colheita de Zé Brasil e o “toca”.

Lobato construiu o “tocamento” de Zé Brasil com ares de perversa ironia: a casinha que Zé Brasil havia construído, foi posteriormente habitada por Totó Urumbeva, personagem cujo nome lembra um cachorro, o que faz recordar como Zé Brasil era tratado, literalmente como um cachorro, explorado.

O amigo que dialoga com Jeca, perguntou se não haveria lei que pudesse proteger o caipira. Zé Brasil respondeu que lei era somente para os ricos. Lobato fez a comparação entre os mais pobres e os ricos como, por exemplo, os boiadeiros e a boiada, no qual poucos vaqueiros conduzem centenas de bois para o abatedouro.

Pode-se observar que, diferentemente de “Velha Praga” ou “Urupês”, existia um diálogo conscientizador para os personagens. De um lado, Zé Brasil, representando o proletariado agrícola, simples agregado, e, de outro, um simpatizante de algum grupo de esquerda, instruído nas coisas da cidade, um intelectual, mas ignorante das condições de vida

da população do campo. Esse simpatizante de esquerda, sobretudo escuta, e foi conscientizado, na primeira parte do conto. Este militante fazia apenas perguntas, que foram respondidas de forma esclarecedora para ambos e para o leitor, aumentando o nível de conscientização. Havia um diálogo democrático, diferente da narração de “Urupês” ou “Velha Praga”.

Em Zé Brasil, o personagem era tão importante que chegou a ser o título do conto, diferente de “Velha Praga” e de “Urupês”, quando o caipira foi apelidado de Jeca Tatu. O parasita que se configura em Zé Brasil, esse sim é um herdeiro de Jeca Tatu, pelo menos no nome. O Coronel Tatuíra, dono de dois mil alqueires, era um parasita que viveria da renda da terra. Perceba-se a semelhança no nome: Tatuíra, tatu, praga que causava grande prejuízo às lavouras de Lobato, quando este era dono da Buquira. O Coronel Tatuíra seria uma espécie de personificação dos males do latifúndio, que roubava os frutos do trabalho de Zé Brasil, graças à infraestrutura perversa do capitalismo, responsável pela pobreza, não somente de Zé Brasil, como de milhões de pessoas pelo Brasil. Pode-se compreender, então, que o Coronel Tatuíra, seria ele próprio o parasita, assim como o tatu, considerado praga por Lobato

O militante comunista perguntou a Zé Brasil se houvesse uma divisão das terras se sua situação melhoraria. Zé Brasil respondeu que sim, porque, desse modo, poderia plantar, teria segurança, não seria tocado, justamente na época da colheita, quando o Coronel ambicionaria a formidável colheita que Zé Brasil teria.

A forma de negócio acordada entre o Coronel Tatuíra e o meeiro Zé Brasil era de que metade da produção ficaria com o dono da terra, a metade gorda; a outra metade, a metade magra, ficaria com Zé Brasil, sendo que este deveria entrar com sementes, adubo, todo o trabalho em suma. No conto, no entanto, nem a metade magra, relativa ao Zé Brasil, foi respeitada, sendo que o Coronel Tatuíra se apossou de toda produção, expulsando Zé Brasil de suas terras. Como diria Karl Marx (2008, p.61), o direito dos proprietários reside no roubo, se apossando do trabalho dos outros, colhendo onde não plantaram.

Além disso, como relata Antonio Candido (2010), na obra os “Parceiros do Rio Bonito”, o meeiro, muitas vezes, acabava por perder toda a produção devido ao fato dos donos da terra atrapalharem, atrasando a colheita.

Essas análises remetem a uma nova abordagem – a renda da terra.

3.5 Renda da Terra

Segundo os teóricos Adam Smith (1996), David Ricardo (1996), Karl Marx (2006), Karl Kautsky (1980), entre outros economistas, o preço divide-se entre salários, lucro do capital e renda fundiária. Isso bastaria para possibilitar o mínimo para a sobrevivência dos trabalhadores agrícolas, proporcionando o lucro do capital para o arrendatário e a renda da terra para os proprietários, que apenas a usufruiria.

Para Henry George (1970), existiria a seguinte relação entre a renda da terra e os salários: quanto maior a renda da terra, menor o salário e quanto menor a renda da terra, maiores os salários.

Entretanto, a teoria de Henry George pode ter um equívoco, conforme se procura demonstrar no exemplo a seguir:

Carlos é um criador de cavalos para aluguel, que recebe quatro mil reais de renda bruta mensais por cuidar de vinte cavalos, para membros da classe média, sendo que a mensalidade é de duzentos reais por cavalo. Parte de sua despesa destina-se ao salário de seu empregado, no valor de oitocentos reais; mil e seiscentos reais para o proprietário da terra; oitocentos reais para outras despesas, sobrando para o arrendatário oitocentos reais de lucro mensais.

Insatisfeito, o arrendatário buscará ampliar o lucro de seu capital, aumentando o preço do aluguel dos cavalos para duzentos e cinquenta reais, auferindo, assim, uma renda bruta de cinco mil reais e um lucro líquido de mil e oitocentos reais mensais.

E se o arrendatário conseguir outro arrendamento, no valor de oitocentos reais, terá um lucro de dois mil e seiscentos reais. E o salário do empregado terá aumento?

Obviamente que não. O termo lucro, na língua espanhola, é equivalente a ganância e, como diz o senso comum, quanto mais se tem, mais se quer. Tem-se aí, com esse exemplo, a divisão do preço: uma parte pertence ao dono da terra, a outra para o capitalista e o que sobra para o empregado poder sobreviver.

Primeiramente David Ricardo, e, posteriormente Henry George, teorizaram sobre um tributo sobre a renda da terra, que, magicamente, acabaria com as desigualdades econômicas. Se houvesse um aumento sobre o imposto do solo, o que ocorreria seria um aumento no valor do arrendamento, que, certamente, seria repassado para o consumidor.

Voltando ao caso do criador de cavalos. Imagine-se que o governo resolvesse aumentar os valores dos impostos sobre o solo em dez por cento. Com absoluta certeza, o dono da terra repassaria esse aumento e quem pagaria a conta, ao final, seria o consumidor. Se houvesse uma diminuição nos valores do arrendamento, certamente aumentariam os lucros do capitalista, não dos trabalhadores. E esses dois hectares são apenas uma parte pequena das terras do latifundiário, que é dono de milhares de hectares de terra. Não apenas da renda da terra usufruem os latifundiários brasileiros, mas também de vantagens políticas, fruto do próprio monopólio da terra.

A renda da terra que o latifundiário usufrui desses dois hectares, é originária, como observam, tanto Marx como Henry George, do aumento da população e do progresso, já que a zona urbana avançou até esse latifúndio, proporcionando uma alta renda da terra, oriunda do monopólio. Pode-se afirmar, assim, que o monopólio da terra, não apenas no meio rural, mas sobretudo no meio urbano, tem prejudicado milhões de brasileiros que são obrigados a pagar aluguel, ou, até mesmo, viver na rua, para poder trabalhar.

Como exemplo, cita-se o caso dos trabalhadores de São Paulo, obrigados a percorrer longas distâncias, enfrentar congestionamentos nas suas idas e vindas para o serviço, sendo que muitos desses trabalhadores poderiam morar próximos aos seus locais de trabalho, se fossem mais bem aproveitados os edifícios abandonados no centro de São Paulo. Também o alto preço dos aluguéis nos locais próximos aos seus serviços terminariam por inviabilizar o trânsito das grandes metrópoles, tendo em vista que os trabalhadores são obrigados a enfrentar longas filas nos seus deslocamentos para o trabalho. Assim como no campo, na cidade também os terrenos e os edifícios se encontram nas mãos de poucos, o que ocasiona grandes transtornos, como o congestionamento e a poluição nas metrópoles. Ocorre que, devido a terra estar nas mãos de poucos, muitos trabalhadores acabam tendo que dormir na rua, com todos os riscos, para poderem escapar das longas horas de congestionamento. Uma possível solução seria o governo financiar apartamentos a baixo custo em locais próximos dos locais de trabalho das classes trabalhadoras, ao invés de expulsar os trabalhadores para regiões cada vez mais distantes dos seus locais de trabalho, situadas nos grandes centros.

A abordagem acerca da renda da terra conduz à necessidade de que se analise, também, as razões para os mínimos vitais.

3.6 Possíveis Razões para os Mínimos Vitais

Primeiramente Monteiro Lobato e, recentemente, Antonio Candido (2010) teorizaram sobre os chamados mínimos vitais. Monteiro Lobato entendia-os como o plantar apenas o

suficiente para não se morrer de fome. Percorrendo a história, desde a antiguidade romana até os dias atuais, busca-se entender os porquês dos caipiras de Lobato viverem no regime de mínimo vital, termo cunhado por Antonio Candido no livro “Os Parceiros do Rio Bonito”.

Na antiguidade romana, os escravos pertenciam mais à terra do que aos patrões, tendo alguns direitos, como o de casar. Entretanto, esses escravos estavam impossibilitados de adquirir propriedade. Tudo que esses escravos produziam ficava para o patrão, dono das terras.

Como não poderiam adquirir nada, não tinham outro interesse senão comer o máximo e trabalhar o mínimo possível, como informa Adam Smith (1996). Esta é a origem dos servos na Idade Média. Neste período histórico, os meeiros eram denominados de *coloni partiori*. Seu modo de produção ocorria da seguinte maneira: o proprietário da terra forneceria o capital para o cultivo da propriedade e a sua produção seria dividida por igual entre o dono da terra e o meeiro.

Para Adam Smith, esta forma de produção seria superior ao modo de produção escravista, uma vez que o meeiro poderia adquirir propriedade e a produção poderia ser a maior possível.

Já no Brasil, os meeiros trabalhavam com seu próprio capital (galinhas, vacas, etc.) mas, por determinação dos donos das terras, não poderiam aumentar esse capital. Esse era o costume dos donos da terra na cidade de Piratini, conforme depoimento apresentado por Terezinha (ANEXO B).

Dessa forma, a produção estaria sempre nos padrões dos mínimos vitais necessários à sobrevivência, não por culpa do meeiro, mas, sim, dos próprios donos das terras, que impediam o aumento de capital do meeiro. Isso resultava no desinteresse do meeiro em investir seu capital na terra, tendo em vista que o patrão continuaria com direito à metade de toda produção colhida.

Como observa Adam Smith (1996), pode interessar a um meeiro extrair da terra o máximo possível, mas nunca lhe poderia interessar colocar qualquer parcela de seu capital.

Ora, se o meeiro é impedido de aumentar seu capital, não tendo nenhuma vantagem em aplicar o seu próprio capital em terra alheia, isso pode explicar a pobreza e os mínimos vitais em que viviam os caipiras de Lobato e a pobreza das terras em que Lobato era proprietário. Os que viviam em terra alheia não tinham interesse em melhorar o solo, nem eram motivados para isso.

Outro fato que levava o meeiro a trabalhar o mínimo possível era a sua insegurança jurídica, ou mesmo ignorância das leis (ANEXO C): poderiam ser expulsos a qualquer momento, sem nenhuma indenização, justamente na época das colheitas promissoras.

Lobato também questionou, nos contos “Velha Praga” e “Urupês” sobre a inexistência do plantio de árvores frutíferas, pomares, laranjeiras. Geralmente, os próprios proprietários da terra impediriam o plantio desses pomares, pois poderia dar margem a alguma indenização ao meeiro.

Outros motivos que levariam os caipiras a trabalharem dentro dos mínimos vitais, segundo Karl Marx (1996) era o fato de que quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais o próprio trabalhador se transformaria numa mercadoria barata; quanto mais as coisas se desvalorizam, aumenta também, de forma direta, a desvalorização do mundo dos homens. Esse fato foi constatado também por Prado Júnior (1979), que teve, como embasamento, dados da Organização das Nações Unidas – ONU.

Quanto mais riquezas o trabalhador produz para os ricos, mais escassez para os pobres. Eis outro motivo para os Jecas trabalharem o mínimo possível, porque quanto mais trabalham, mais pobres se tornam. Nesse sentido, Prado Júnior (1979) afirma que quanto mais progresso econômico, piores as condições dos trabalhadores rurais, conforme depoimento de Divino (ANEXO D).

A grande insegurança jurídica dos meeiros brasileiros, muitos sem contrato, e o domínio dos latifundiários na política levam a concluir que motivos para Jeca trabalhar o mínimo possível existiam e remetem à discussão sobre a existência ou não dos restos feudais, discussão acirrada entre Valter Pomar e Caio Prado Júnior, tema abordado a seguir.

3.7 Restos Feudais ou Escravistas?

O caminho para se chegar a um país mais justo, fato não só reconhecido pelos setores mais progressistas da sociedade, como até por políticos conservadores, inclusive durante o período militar (ANEXOS E e F) tem sido aquilo preconizado pelo Estatuto da Terra, que estabeleceu os parâmetros para a reforma agrária. Sem dúvida, a reforma agrária, eliminando-se os latifúndios e minifúndios, tendo, ao invés de pequeníssimos produtores e grandes latifundiários, os médios proprietários, ou seja, uma classe média rural. As lutas e os debates ocorridos nas décadas de 1950 e 1960 continuaram mesmo com a chegada dos militares ao poder, em 1964, ano que foi criado o Estatuto da Terra, que previa a Reforma. Entretanto, a pretendida reforma agrária, em pleno regime militar, foi obstaculizada pela rearticulação política dos grandes proprietários de terra que, historicamente, dominaram o setor político brasileiro e a ajuda de um ex-intelectual progressista, Caio Prado Júnior.

Segundo a tese do Partido Comunista Brasileiro, existiriam restos feudais devido ao fato de o Brasil ter sido colonizado por uma monarquia absolutista feudal, sob a influência de cem anos de capitânicas hereditárias. O estatuto jurídico seria inspirado em modelos feudais e regido por mais de trezentos anos de monarquia absolutista portuguesa que definiu a vida econômica, política, jurídica e cultural da Colônia. Para Pomar (1969), os donatários das capitânicas hereditárias seriam como senhores feudais, já que os colonos que aqui chegavam eram protegidos contra os índios e incursões e, em troca, davam ao donatário respeito e proteção, assim como ocorrera durante a Idade Média europeia.

Pomar (1969) explica que com o aumento da população, aparecimento das cidades, introdução do trabalho escravo e, conseqüentemente, surgimento dos senhores de engenho foi que as capitânicas se decompuseram. Mas o traço feudal básico teria permanecido: o monopólio da propriedade territorial. E para Pomar (1969), sobretudo a sociedade dos sertões, que se assemelhava mais ao feudalismo, já que mantinha laços típicos de dependência e de prestação de serviços em espécie, com os “coronéis” formando a primeira instância, e os peões e agregados a última, situando-se apenas acima dos escravos. No litoral, havia restos escravistas e restos feudais. Para se aniquilar os chamados restos feudais, seria necessário fazer a reforma agrária, que seria fundamentalmente uma revolução burguesa, entendendo-se que o latifúndio é comprovadamente um entrave para o desenvolvimento capitalista.

O mesmo autor (1969) argumenta, para fazer valer a tese dos restos feudais, com o exemplo de fazendas de criação que eram autossuficientes, em regiões onde o escravismo não predominava, com características feudais, com barões e potentados, assim como registra a história do País.

Nos sertões, segundo Pomar (1969), teria surgido uma sociedade diferente da escravista, sociedade em quase tudo semelhante a da Idade Média, na qual existia a dependência e a prestação de serviço, fatos que prendiam o servo ao senhor. Esse autor (1969) observa, ainda, que até 1850, teria vigorado o direito consuetudinário da terra, ou seja, direito surgido dos costumes da sociedade, que não passava pelo processo formal de criação de leis. Era, no caso, a reiterada e constante permissão para o ocupante tornar-se proprietário. Isso ocorria em fazendas de gado nas quais, para atravessá-la, eram necessários três dias, constituindo-se em verdadeiros feudos, onde os “coronéis” possuíam poucos escravos.

Nas fazendas do litoral, teria havido uma mescla de relações feudais e escravistas, segundo a tese de Pomar (1969), defendida pelos membros do Partido Comunista.

Os colonos que chegavam se submetiam a formas semifeudais de produção, como a parceria, nas fazendas de café. Como observa Pomar (1969), analisando os contratos dos colonos parceiros, observa-se que ele não é um escravo, nem tampouco assalariado; situa-se em uma posição intermediária, semelhante a do servo no regime feudal.

Pomar (1969) enumera diversas humilhações a que estavam submetidos os camponeses sem terra, como a retenção por dívidas, pagamento destas por meio de prestação de serviços (o cambão, ou melhor, a corveia dos tempos medievais), a compra da produção na folha por preços irrisórios, a expulsão dos parceiros das terras, quando a colheita não era promissora, a expulsão dos parceiros logo após a limpa do terreno, eis aqui as formas que os donos das terras, não só latifundiários, mas também médios proprietários, submetem os agricultores sem terra.

Pomar (1969), analisando os censos de 1920, 1940 e 1950, observou uma concentração cada vez maior da terra, sendo que o número de estabelecimentos com mais de mil hectares passou de vinte e sete mil para trinta e três mil, sendo que a sua superfície aumentou de noventa e seis milhões para cento e dezoito milhões de hectares. Ao analisar os dados do censo de 2006, atuais, observa-se um crescimento ainda maior do latifúndio. Apenas cinquenta mil, cento e dezoito imóveis ocupam duzentos e três milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e nove hectares, ou seja, um aumento de quarenta e dois por cento nas terras dos latifundiários, que cresceram não só em terras, como em números.

Pomar (1969) também analisa esclarecedores dados, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, de 1966, que permitem se compreender a raiz dos problemas sociais do Brasil atual. Em 1966, de cada dez pessoas que viviam no campo, nove encontravam-se em situação de miséria atroz. Alentejano (2012) calcula em mais de cinquenta milhões de pessoas expulsas do campo para a cidade, o que ajuda a explicar o quadro atual brasileiro de extremas desigualdades social e violência.

Não se pode, pois, negar a relação histórica entre miséria e latifúndio.

Caio Prado Júnior (1979), por outro lado, argumenta que no Brasil não existiriam restos feudais, apenas restos escravistas. Para Caio Prado Júnior, bastaria apenas a implementação do Estatuto do Trabalhador, a fim de alcançar ampla mobilização dos trabalhadores agrícolas brasileiros, ao contrário dos comunistas que lutariam por terra ao lado dos camponeses, mas não conseguiriam grandes mobilizações, segundo o entendimento do autor.

Entretanto, o próprio Caio Prado Júnior entra em contradição, fornecendo argumentos favoráveis à existência dos restos feudais no Brasil, como o pagamento em gabão, moeda própria dos engenhos, que obrigaria os trabalhadores rurais a comprar no armazém, forma extorsiva de barracão; a atribuição dos cargos de polícia e juiz por parte dos donos da terra; a detenção dos trabalhadores por dívidas, tendo por base o Código Penal, entre outros. Caio Prado Júnior afirma erroneamente que não existiriam restos feudais no Brasil para poder provar que não seria necessária a reforma agrária, que aniquilaria esses restos feudais.

Estranhamente, Caio Prado Júnior, acaba se tornando porta-voz para os latifundiários, afirmando que a divisão das terras no Brasil não seria possível, já que o trabalhador assalariado não teria competência para assumir os latifúndios, negando a existência de um campesinato que sempre lutou por terras, como provam as diversas lutas registradas na História, como a Cabanagem, Balaiada, Revolução Praieira, revoltas negras, revoltas de parceiros de Ibicaba, Guerra de Canudos, Contestado, entre tantas outras rebeliões no período imperial e, mais recentemente, os conflitos no Pontal do Paranapanema, Rondônia, Pará, entre outras. Só de 2000 a 2012, já morreram, segundo a Comissão Pastoral da Terra, quatrocentas e cinquenta e oito pessoas em conflitos relacionados à terra.

O campesinato, certamente, anseia por terra e terá condições de, não só manter, como aumentar a produtividade, de acordo com estatísticas, contrariando os argumentos estranhamente retrógrados de Caio Prado Júnior que se diz progressista, mas se utiliza de argumentos reacionários e contraditórios, mostrando-se contrário à reforma agrária, etapa necessária para o próprio desenvolvimento do capitalista do Brasil.

Questiona-se, assim, a teoria de Caio Prado Júnior sobre a negação dos restos feudais, entendendo-se que essa teoria tem servido para a não realização da reforma agrária no Brasil, com todas suas consequências. Acredita-se que no Brasil existam, além de restos escravistas, também os restos feudais, em razão de que grande parte das terras continuam nas mãos de uma minoria. Negar os restos feudais com o objetivo de barrar a reforma agrária é uma infelicidade intelectual, vinda, infelizmente, de um intelectual que, assim como Lobato, também fora preso por suas lutas políticas. Entretanto, o debate é complexo e está em aberto, já que a China que chegou a fazer uma revolução agrária radical, eliminando os restos feudais, está vivenciando o retorno da propriedade privada da terra, com o surgimento de milionários e mendigos, ao invés de se avançar em direção ao comunismo, observamos o avanço do capitalismo em um país liderado por comunistas, contradizendo a teoria marxista, de que se passaria do socialismo para o comunismo.

Aborda-se, em seguida, a relação entre o monopólio da terra e o poder político, certamente restos feudais, coronelista, lembrando que Lobato, quando latifundiário, se transformou em líder político.

3.8 Terra e Poder Político

Para Adam Smith (1996), o melhor tipo de exército seria uma milícia comandada por donos de latifúndios e de cargos públicos da nação, já que preservariam as liberdades do país. Todavia, Adam Smith se esqueceu de acrescentar a defesa da propriedade privada, por essa “milícia democrática”.

Essa ideia de Adam Smith (1996), certamente, foi e continuou sendo muito bem aplicada no Brasil, principalmente durante o período imperial, quando os latifundiários dominaram, tanto os cargos públicos como a chefia do exército, na Guarda Nacional. Hoje, não mais o exército, mas, sem dúvida, os cargos públicos são dominados pelos latifundiários, como bem observa Alceu Castilho (2012), em seu livro “Partido da Terra”, no qual demonstra que treze mil políticos, entre deputados estaduais, prefeitos, vices, suplentes, detêm mais de dois milhões de hectares, representando os interesses de proprietários de terras e de empresas que movimentam mais de quatrocentos e quarenta bilhões de reais.

A força política dos latifundiários reflete-se na distribuição da representação política brasileira: enquanto existiria apenas um deputado para seiscentas e doze mil famílias, haveria, entre os grandes proprietários, um deputado para duzentas e trinta e seis famílias, uma diferença realmente alarmante.

Costa (2012), em sua dissertação, refere que trezentos e cinquenta e um deputados na chamada Bancada Ruralista, são proprietários de oitocentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e seis hectares, o que dá uma média de dois mil quatrocentos e cinquenta e nove hectares para cada político. Karl Marx (1978) continua atual. Ele também observou relação semelhante na Inglaterra do século XIX e bem considerou que a Câmara dos Comuns era uma Câmara de proprietários de terras.

Tamanho poder político reflete em benefícios para essa classe, como a securitização e renegociação dos inadimplentes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, como analisou Camargo (2009), em seu trabalho de mestrado, que teve como título “Elite

política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural – o caso da bancada ruralista”, no qual mostrou como, na verdade, é a elite, quem dá o calote à custa do contribuinte. Isso mostra o quanto a literatura está equivocada em atribuir aos mais pobres os vícios dos calotes e golpes, quando são justamente os mais ricos que o aplicam, donos das terras e do poder.

Dessa forma, pode-se afirmar que também o Congresso Nacional é uma agremiação de donos das terras. Seguem os ocupantes de cargos públicos, como apontava Adam Smith (1996), nas mãos dos latifundiários. Zé Brasil, sem dúvida, tem muitos motivos para ser levado ao desespero, porque não tem quase ninguém para lutar por ele, a não ser alguns perseguidos membros do Partido Comunista Brasileiro, como se analisa a seguir.

3.9 O Partido Comunista e a Reforma Agrária

Retornando à análise do conto, considera-se que Zé Brasil tem razão ao lamentar que não exista ninguém para defendê-lo: se resmungasse, seria levado à cadeia, ou morreria com doenças, já que o mundo é dos ricos e Zé Brasil nasceu pobre.

Nesse ponto do conto, o interlocutor intelectual de Zé Brasil lembrou que existia alguém que o defenderia e esse alguém seria Prestes, líder do Partido Comunista. Zé Brasil desconfiou de Prestes, porque era acusado, pelos meios de comunicação, de querer acabar com tudo, acabar com o mundo. Entretanto, como foi afirmado durante o conto, os jornais pertenceriam aos Tatuíras. O próprio Lobato sabia das manipulações dos jornais. Compreendeu, então, que não poderia confiar nos jornais dos Tatuíras.

O personagem intelectual, ao ver as condições miseráveis a que está sujeita a grande massa da população, representada, no conto, por Zé Brasil, acabou por se converter em militante do Partido Comunista Brasileiro. Como diria Freire (1987), ninguém liberta ninguém, todos se libertam juntos, em comunhão. Ao final do conto, são identificados três convertidos à causa da reforma agrária e suas lutas contra o sistema repressor. Consideraram que imprensa, exército, polícia, igreja, doutores seriam todos “coronéis Tatuíras”, parte de um sistema injusto de distribuição de terras contra milhões de pobres que poderiam se levantar em ofensiva a esse sistema injusto. O primeiro foi Zé Brasil, que descobriu que tem um aliado no segundo, um intelectual que também se convenceu da necessidade da reforma agrária, e o terceiro poderia ser o leitor, alertado sobre as condições de vida dos agregados e sobre a justiça que seria a luta pela reforma agrária.

Por isso, Zé Brasil acabou por ser censurado, numa demonstração de que realmente atingiu seus objetivos, sendo apreendido e a obra considerada um panfleto subversivo, contra uma ordem capitalista injusta, que tem, como parasitas, alguns milhares de pessoas, na época, em torno de vinte e sete mil latifundiários explorando um milhão e meio de parceiros, segundo dados do censo de 1950.

Daí a importância da luta empreendida pelo Partido Comunista Brasileiro, tendo em vista a reforma agrária, eliminando-se, em consequência, os restos feudais. Dessa desigualdade na distribuição das terras nasceu uma relação dialética, marcada pelo ódio entre os que têm e os que não têm terra.

3.10 Uma Relação Marcada pela Luta de Classes: Meeiros *versus* Patrões

Se, por um lado, existia o silencioso ressentimento de classe dos que trabalhavam como meeiros ou como os agregados na terra de Lobato e outros latifundiários, por outro, verificou-se o ódio de Lobato naquele ano de 1914, em relação aos seus meeiros e agregados, numa relação dialética, transformando seus subalternos em objeto de piada. Contra as injustiças do sistema de latifúndio se voltariam os meeiros contra o próprio latifúndio, contra a própria terra, considerada capital. Talvez aí resida uma razão de ser das queimadas, que diminuiriam a fertilidade do solo e, por consequência, o lucro dos patrões.

Aqui, pode-se fazer a relação entre os proprietários e meeiros que consideravam seus agregados como representantes do mal absoluto, vagabundos, preguiçosos. Para os meeiros, a relação assumia característica inversa: consideravam os proprietários como o mal absoluto, percebidos como vagabundos e preguiçosos, uma vez que apenas viveriam da renda da terra – os “coronéis Tatuira”.

Ao invés de seus trabalhadores fazerem benfeitorias na propriedade do “coronel”, dentro da ótica senhoril e capitalista do “coronel Lobato”, os não proprietários expressavam sua revolta incendiando, prosseguindo na coivara, hábito aprendido com os índios. Sua revolta e sua lógica contra a grande propriedade e o capital exprimia-se de forma semelhante ao ludismo¹¹, que, por causa do desemprego e das condições desumanas de trabalho, os operários entravam nas fábricas e destruíam as máquinas.

Os trabalhadores de Lobato exprimiam a sua revolta contra a injustiça, contra o capital e o latifúndio com as práticas da queimada, diminuindo a renda da terra do então latifundiário Lobato.

Caio Prado Júnior (1979) também observa que o desenvolvimento econômico nas zonas açucareiras do Nordeste, ao invés de melhorar o padrão dos trabalhadores rurais, piorou suas condições de vida, fato que aconteceria em outros lugares e pode explicar, em parte, a revolta dos trabalhadores contra tudo o que simbolizasse o capital, como a terra, para eles.

Pode-se compreender, assim, porque os trabalhadores, agregados da fazenda de Lobato colocavam fogo na propriedade e não faziam qualquer melhoramento, como plantar limoeiros ou laranjeiras. Porque simplesmente tinham a compreensão de que qualquer melhoramento para o proprietário seria benéfico apenas para o patrão, não para eles próprios, e que teriam que pagar um valor ainda maior pelo arrendamento.

Lobato começou a compreender a importância da luta contra o capital, apenas a partir da década de 1930, momento em que ele mesmo entrou na luta contra o grande capital internacional. Naquele tempo, no transcorrer das décadas de 1930 e 1940, Lobato representou o Jeca Tatu, passando a compreender o papel do Brasil no concerto das nações: nação submissa, vítima do colonialismo e habitada por milhões de jecas, dentre eles a própria elite, que não poderia dar voos mais altos, como explorar petróleo dentro do próprio território nacional.

Uma das características de Zé Brasil é o diálogo, diferente de Jeca Tatu ou Jeca Tatuzinho, onde há apenas um narrador que coloca palavras no que o caipira diria. Em Zé Brasil, há um diálogo em que não apenas o caipira é convencido da importância da luta pela reforma agrária como também o intelectual da cidade, que acaba por acreditar na necessidade de se lutar pela reforma agrária e pelos ideais progressistas, representado pelo Partido Comunista Brasileiro e Prestes.

O ano de 2014 marca o centenário de “Urupês”, cem anos do Jeca incendiário, tempo de lembrar, principalmente, de Zé Brasil. Mais Interessante, ainda, seria governo distribuir,

¹¹ **Ludismo ou Movimento Ludita:** movimento ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1811 e 1812 que reuniu trabalhadores das indústrias contrários aos avanços tecnológicos em curso, proporcionadas pelo advento da primeira revolução industrial; pode ser considerado o primeiro movimento operário de reivindicação de melhorias nas relações e condições de trabalho; a denominação do movimento deriva do nome de um trabalhador, Ned Ludd, que, supostamente, teria quebrado as máquinas de seu patrão (SANTIAGO, 2014).

como material pedagógico, a obra de Lobato – “Urupês”, “Jeca Tatuzinho” e “Zé Brasil” – para que a grande massa da população, afinal, tivesse acesso a tão importante produção de reflexão sobre o Brasil, já que o País continua vítima de queimadas (Jeca Tatu), de doenças (Jeca Tatuzinho), da falta de terras e dos Tatuíras (Zé Brasil).

CONCLUSÕES

A luta por reforma agrária é, essencialmente, uma luta política, que passa pela maior conscientização não só do trabalhador rural, como também dos trabalhadores urbanos. A alta taxa de deputados por famílias de latifundiários, a força da bancada ruralista, só pode ser combatida pela maior conscientização dos trabalhadores brasileiros, que continuam votando contra seus próprios interesses, votando ora em latifundiários, ora nos representantes destes. É uma luta democrática, já que passa pelo voto. Apesar de haver terras suficientes para se fazer uma reforma agrária, que poderia atender quatro milhões de sem-terra, com mais de duzentos milhões de hectares, pertencentes a cinquenta mil, cento e dezoito proprietários, os latifundiários, em especial a burguesia, entretanto, mostram-se contrários a essa proposta. Isso em razão de que, se houvesse reforma agrária, perder-se-ia importante fatia do exército industrial de reserva, desempregados, em outras palavras, que contribuem com seu excesso de oferta, vital para a manutenção dos baixos salários para o proletariado urbano.

A importância da luta empreendida por Monteiro Lobato e outros intelectuais pela realização da reforma agrária, com todos os desacertos do latifúndio, apresenta-se como vital para a construção de um País mais democrático e justo.

Acompanhou-se, nesta Dissertação, a evolução do pensamento de Monteiro Lobato, que passou desde as ideias reacionárias, como mostraram as páginas de Jeca Tatu, para um pensamento imbuído de ideias eugênicas como Jeca Tatuzinho, até chegar a Zé Brasil, personagem que representava os meeiros e que, naquela época, representava mais de um milhão de excluídos, classe revolucionária, peça chave para a compreensão do Brasil atual, desde a violência e persistência da desigualdade. Atualmente, pode-se dizer que a maior parte da população brasileira é descendente de Jeca Tatu, personagem preguiçoso para as elites, doente para as elites eugênicas, e revolucionário para os setores mais progressistas.

Também é o momento de se rever as acusações racistas contra Lobato, já que essas têm como origem o Lobato jovem. O Lobato maduro, que escreveu Zé Brasil, reviu isso tudo e expressou sua admiração pelos negros. Situa-se, aqui, razão relevante para a academia revisar a obra de Lobato.

Por isso, considera-se Zé Brasil como conto esquecido, ainda que seja a mais importante obra literária de Lobato, desconhecida pela maioria da população, ocultada por alguns setores da intelectualidade travestidos de “modernistas”, esquecido pela academia. A mais importante obra de Lobato, pois é fruto de anos de reflexão, desde o tempo em assumiu a fazenda Buquira e enfrentou as forças da repressão durante a luta pelo petróleo, culminando com sua prisão em 1941. É, também, a mais importante obra literária de Lobato justamente por ser a mais simples de todas, sem rodeios, sem descrições elaboradas, cabendo apenas ao leitor alfabetizado das cidades, e até os próprios jecas, imaginarem a situação de desespero, a partir de um diálogo simples e objetivo, que levou à conclusão de que a reforma agrária e o apoio a Prestes seriam alternativas fundamentais, a fim de instituir a dignidade para os milhões de trabalhadores, assim como Jeca Tatu, vítimas do latifúndio e “coronéis Tatuíras”. Constitui-se na mais importante obra literária de Lobato, em razão de sua simplicidade, sonho do autor, que pretendia simplificar, ao máximo, as descrições, deixando ao leitor o exercício da imaginação. Como expressava Lobato, dizer apenas a rua, como Shakespeare, sem nenhum rodeio, nenhum enfeite. Dizer apenas o casebre e mais nada: este era o objetivo literário de Lobato.

Talvez justamente por ter essa indiscutível importância revolucionária e estética, Zé Brasil tenha sido ignorado por tantos anos. Chega o momento, justamente no ano de 2014, ano do centenário de “Urupês” de relançar Zé Brasil e discuti-lo, sem os arreios políticos

criados pelos modernistas, que talvez não fossem tão revolucionários como pretendiam. Seriam, talvez, apenas como o Lobato de 1914, descendentes do baronato cafeicultor, como mostra a obra de Carlos Berriel (2014). Lobato, entretanto evoluiu, de latifundiário para capitalista empreendedor, enfrentando as forças do imperialismo, etapa superior do capitalismo e, como resultado dessa luta, tornou-se revolucionário georgista, nos seus últimos anos de vida.

Lobato percorreu um caminho inverso ao maioria esmagadora de políticos que, quando estão na juventude, são revolucionários e, ao longo da vida, transformam-se em conservadores. Lobato, ao contrário da maioria das pessoas, passou de um ponto de vista conservador para o revolucionário ao fim de sua vida, conforme se tornou possível perceber no decorrer desta Dissertação.

Ler e analisar a obra de Monteiro Lobato constituiu-se em indescritível oportunidade de compreender a realidade brasileira no período de 1910 a 1950.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **O ISEB e o desenvolvimento.** Disponível em: <cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- ALMEIDA JÚNIOR In: **Blog Arte Brasileira.** Disponível em: <<http://artefontedeconhecimento.blogspot.com.br/2011/07/caipira-picando-fumo-almeida-jr.html>>. Acesso em: 29 mar. 2013.
- ANGELOTTI, Christiane Araújo. **Curiosidades: Monteiro Lobato.** Disponível em: <www.qdivertido.com.br/verpesquisa.php?codigo=5>. Acesso em: 04 mar. 2014.
- ARAÚJO, Felipe. **Gustave Le Bon.** Disponível em: <www.infoescola.com/biografias/gustave-le-bon/>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- AULER, Daniel e outros. **Monteiro Lobato: biografia.** Disponível em: <monteirolobato.wordpress.com/biografia/>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- AZEVEDO, Carmen Lúcia de; CAMARGO, Marcia M. de R.; SACCHETA, Vladmir. **Furacão na Botocúndia.** São Paulo: Ed. SENAC, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12. ed. [S.l.]: HUCITEC, 2006.
- BASTOS, Gláucia Soares. **Monteiro Lobato: perfis e versões.** Tese. Doutorado em letras: PUC, Rio de Janeiro, 2007.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**, v. 1, Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única.** Obras escolhidas vol. II. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERTOLUCCI, D.M.Reinações de Narizinho: um livro estupendo. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J.L (ORGS). **Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil.** São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.197-198.
- BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações.** São Paulo, Ática, 2006.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. **Formações ideológicas na cultura brasileira.** Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=arttex&pid=50103-40141995000300021>. Acesso em: 31 jul. 2012.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações.** 4. Ed. São Paulo: Ática, 2010.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BURURAMA, Jesus de. **A história do caipira**: de jeca tatu aos sem-terras. Presidente Prudente: Ed. do Autor, 2010.

CALIL, Augusto. **Ideologia e literatura**. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/impresso,ideologia-e-literatura,754863,0.htm>. Acesso em: 31 jul. 2012.

CAMARGO, Evandro do Carmo. **Um estudo comparativo entre o Sacy-Perêrê**: resultado de um inquérito (1918) e o Sacy (1921), de Monteiro Lobato. 493 f. Dissertação. Universidade Estadual Paulista, 2006.

CAMARGO, Orson José Roberto de. **Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural**: o caso da bancada ruralista /Orson José Roberto de Camargo. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

CÂNDIDO, Antônio. Monteiro Lobato : notas de crítica literária. **Folha da Manhã**, São Paulo, dez. 1944.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CASTILHO, Alceu Luís. **O partido da terra**: como os políticos conquistam o

CAVALHEIRO, Edgar. **Monteiro Lobato Vida e Obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CHIARELLI, Domingos Tadeu. **Um Jeca nos vernissages**. São Paulo: Edusp 1995

COLI, Jorge. A violência e o caipira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, p. 23-30.

COSTA LIMA, O fingidor e o censor: no Ancien Régime, no Iluminismo e Hoje. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

COSTA, Bianca Campello Rodrigues. **Monteiro Lobato, um modernista desprezado**. 187f. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

COSTA, Pedro Pereira da Silva. **José Bonifácio**. São Paulo: Ed. Três, 1974.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08012013-143125/>>. Acesso em: 2014-02-19.

CUNHA, Euclides da. Os sertões, de Euclides da Cunha. Coleção “Intérpretes do Brasil”. Três volumes. Nova Aguilar, 1º volume, 2002.

DESIDÉRIO, Mariana. **Prestes Maia**. Disponível em: <<http://www.edificiosabandonados.com.br>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

DIAS, Joé José. **Expandindo o olhar**: das páginas literárias ao cinema a caricatura do Jeca na expressão de Lobato e Mazzaropi. Ilha de Santa Catarina, UFSC. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira): Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

DIAS, Saulo Sandro Alves. **O processo de escolarização da viola caipira**: novos violeiros (*in*)ventano modas e identidades. 2010. 244 p. Tese (Doutorado em Educação). USP, São Paulo, 2010.

FARIA, Caroline. **Teoria populacional Malthusiana**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/teoria-populacional-malthusiana/>>. Acesso em 15 mar. 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1994.

FERNANDES, Laerte Matias e outros. **Velha Praga**. Disponível em: <lemad.fflch.usp.br/node/334>. Acesso em: 18 dez. 2013.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FRANCO, Sandra Coelho. **O biografema na biodiagramação da obra literária e epistolar de Monteiro Lobato**. 95 f. Dissertação. Puc, São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do Futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

GEORGE, Henry. **Progresso e pobreza**. Tradução: AmericoWerneck Junior. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1970.

GUALBERTO, João. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Ed. UFES, 1995.

GUIMARÃES, Wladimir. **Monteiro Lobato na Bahia**. Bahia: Imprensa Glória, 1948.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **“Eis o mundo encantado que Lobato criou”**: raça, eugenia e nação. 2003. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, Campinas, 2003.

- HOBBSAWN, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- KAUTSKY. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KUPSTAS, Marcia. **Monteiro Lobato**. São Paulo: Ática, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto**. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. São Paulo: Brasiliense, [1944], tomo I.
- LOBATO, Monteiro. **A barca de Gleyre**. São Paulo: Brasiliense, 1957, tom. II.
- LOBATO, Monteiro. **Cartas de amor**. São Paulo: Globo, 2011.
- LOBATO, Monteiro. **Cartas escolhidas**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Globo, 2009.
- LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia; O Pica-Pau Amarelo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.
- LOBATO, Monteiro. **Ideias de Jeca Tatu**. Urupês. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- LOBATO, Monteiro. **Literatura do Minarete**. São Paulo: Globo, 2008.
- LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- LOBATO, Monteiro. **Na antevéspera**: Reações mentais de um ingênuo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- LOBATO, Monteiro. **Na antevéspera**: Reações mentais dum ingênuo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo**. São Paulo: Globo, 2011.
- LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1951.
- LOBATO, Monteiro. **O Sacy-Perêrê**: resultado de um inquérito. São Paulo: Globo, 2008.
- LOBATO, Monteiro. **Problema vital, Jeca Tatu e outros textos**. São Paulo: Globo, 2010.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- LOBATO, Monteiro. **Zé Brasil**. Uberaba: Editora Vitória, 1947.
- LOBATO, Monteiro. **Memórias de Emília**. São Paulo: Globo, 2009.

LOBATO, Monteiro. **América**: os EUA em 1929. São Paulo, Editora Brasiliense, 1946.

LOPES, Carlos Herculano. **Godofredo Rangel**: o ‘redactor’ que merece ser reeditado. Disponível em: <godofredorangel.blogspot.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.

MAGALHÃES, Marcelo. **Monteiro Lobato e a Academia**. Disponível em: <palhacodeclasse.blogspot.com.br/2012/11/monteiro-lobato-e-a-academia.html>. Acesso em: 02 mar. 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. (1513) **O príncipe**. (Ed. Bilíngue). Ed. Hedra, 2007.

MARTINS, Fernanda Santa Rosa Ayala. **O serviço de proteção aos índios e a localização de trabalhadores nacionais e a política agrária na primeira república**: grupos agrários e disputas... 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de José Carlos Bruni. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v. 1. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Capital**: crítica da economia política; Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. v.6, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MELLO, Neide Moraes de. **Intelectuais na vida pública**: Mário de Andrade e Monteiro Lobato. 170 p. Tese. USP, São Paulo, 2006.

MOTA, D. D. G. M. **O Brasil de Mister Slang**: a república nas crônicas de Monteiro Lobato (1926-1927). 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MOURA, Ivânia Cristina Lima. **Monteiro Lobato**: Ariel vencido? Um olhar político sobre o escritor visionário (1914-1948). 2007. 118 f. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MÜLLER, Victor Hugo Neitzke. **Zé Carioca**: a trajetória histórico-ideológica. Pelotas: UFPEL, monografia, 2008.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do trabalhador nacional 1870/1920. 1991. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, Campinas, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Escala, 2013.

NUNES, Cassiano. **Monteiro Lobato**: o editor do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARRAZ, Ivonil. O disfarce da força. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/kr/v47n114/a0547114.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

PAVAN, Mayra Gabriela de Rezende. **Modernismo Brasileiro**. Disponível em: <www.portugues.com.br/literatura/modernismo-brasileiro.html>. Acesso em: 06 jan. 2014.

PENA, Rodolfo Alves. **Guerra Fria**. Disponível em: <www.brasilecola.com/geografia/guerra-fria.htm>. Acesso em: 06 jan. 2014.

PEREIRA, Elenita Malta. **Monteiro Lobato e meio ambiente**. Estadão, São Paulo, 4 jun. 2010. Notícias, Planeta. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,monteiro-lobato-e-meio-ambiente,561734,0.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca Tatu? **Rev. USP** [online]. 2005, n. 64, pp. 6-13. Acesso em: 29 jul.2012.

PIRES, Cornélio .**Conversas ao pé do fogo**: estudinhos, costumes, contos, anedotas, cenas da escravidão. São Paulo: [s.n.], 1921.

POMAR, Valter. **A questão agrária no Brasil e a contra-revolução do sr. CaioPrado**. Rio de Janeiro: Edições Alvorada, 1969. A assinatura do folheto por “Valter Pomar” correspondia ao pseudônimo utilizado pelo autor.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1979.

PREÇO de imóvel recua pela primeira vez em quatro anos. Disponível em: <<http://www.bolhaimobiliaria.com/2013/05/06/preco-de-imovel-novo-recua-pela-1-a-vez-m-quatro-anos-estadao/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

REBOUÇAS, Fernando. **Moreira César**. Disponível em: <www.historiabrasileira.com/biografias/moreira-cesar/>. Acesso em: 22 fev. 2014.

RIBAS Maria José Sette. **Monteiro Lobato e o Espiritismo**: (As sessões espíritas de Monteiro Lobato). São Paulo: Allan Kardec , 1972.

RIBEIRO,Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

ROQUETE-PINTO. **Rondônia**: Anthropologia e Ethnographia. 7. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Shwarcz, 2011.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Shwarcz, 2011.

SCHÜTZ, Ricardo. **História da Língua Inglesa**. EnglishMade in Brasil. Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-enhis.html>>. Acesso em; 6 nov. 2013.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul-dez, 2005. p. 1-21.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, Robert W. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da família escrava no Seculo XIX”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n.16, mar-ago, 1988. p. 189-203.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Volume 2. Tradução de de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Volume 1. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear horizontes**: uma história de formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915 -1954. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TEIXEIRA A. A. A pedagogia de Dewey – Esboço da teoria da educação de John Dewey. In: Dewey, J. **Vida e educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1930. p. 23-24.

território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

THOMPSON, E.P. **Folclore, antropologia e história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VALENTE, Tiago Alves. **Monteiro Lobato nas páginas do jornal**: um estudo dos artigos publicados em o *Estado de São Paulo* (1913-1923). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História e Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2009.

VIANNA, A. ; FRAIZ, P. (Orgs.) **Conversas entre amigos**: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: CPDOC; Fundação Cultural da Bahia, 1986.

YATSUDA, Enid. O caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**: temas e situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2010.

ANEXOS

Anexo A – Uma Visão Elitista Sobre o Jeca¹²

É da nossa cultura, isso vem lá de trás e você pode identificar esse padrão conversando com os mais velhos da sua família (se eles foram migrantes da roça com baixa educação): para eles, pensar grande é errado, não é “humilde”. Ter “dinheiro” (isto é, renda acima da média, ganhando destaque) então é quase um pecado mortal. O “jéca” foi a figura, por muitos anos, das mais odiadas pela elite intelectual devido à falta de ambição e atitude, contentando-se em ganhar o mínimo para deixar a vida passar.

Isso vem de nossa herança Católica, particularmente a corrente franciscana que é fortíssima pela América Latina afora, notório por quase santificar a pobreza. Até ai, nada errado, a educação moral sólida por si só já é o suficiente para causar melhorias sociais, e muitos países com herança Católica conseguiram se modernizar e suceder.

O problema é que essa herança se “recombinou” na forma da teologia da libertação (que prega quase uma versão religiosa de um comunismo não declarado ao estilo khemer vermelho) e com as formas mais aberrantes de militância social que ganharam força na década de 70, e esse discurso “pegou” nas grandes cidades, penetrando fundo no sistema educacional e na cultura da periferia das grandes cidades. Surgiu uma espécie de “orgulho” em ser fodido, e isso se juntou com uma militância política autossustentável que não quer melhorar a vida desse povo. Segundo essa nova lógica, esses pobres de pouca ambição, o “jéca urbano”, são o “novo homem”, o expoente da guerra de classes.

¹² Adaptado do artigo “Preço de imóvel recua pela primeira vez em quatro anos”. Disponível em: <<http://www.bolhaimobiliaria.com/2013/05/06/preco-de-imovel-novo-recua-pela-1-a-vez-m-quatro-anos-estadao/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

Anexo B – Depoimento de Terezinha¹³

Meu nome é Terezinha Silva Venter, nascida em 7 de agosto de 1955, sétima filha de uma família de 10 irmãos, neta paterna de Artur Silva, que veio com sua família da Alemanha para o Brasil com oito anos de idade.

Depois de algum tempo, o avô Artur conseguiu um lote de terras em torno de 30 hectares distribuído pelo governo imperial, no interior do município de Piratini no Terceiro Distrito denominado Solidão.

O avô Artur teve 5 filhos, Joaquim, Elke, Renato, Klaus com a primeira esposa Elisângela Silva que ficou grávida de gêmeos, onde apenas a menina de nome Sophie sobreviveu e a mãe Elisângela e o menino Patrick faleceram no parto, ambos faleceram por falta de assistência.

Após a morte de Elisângela Silva, foi feito inventário para divisão dos 15 hectares referentes à sua parte na herança. Coube a cada herdeiro do primeiro casamento, três hectares. Essas terras a princípio ficaram sob a administração do patriarca Artur Silva. Conforme os filhos foram constituindo família, perceberam que os três hectares que a eles eram destinados, não era suficiente para sua sobrevivência e ingenuamente foram induzidos a vender seu lote por uma mixaria e assim nunca mais conseguiram adquirir um lote de terra.

Depois de algum tempo, Artur Silva casou-se novamente e teve mais 6 filhos, João, César, Wagner, Mario, Joaquina, Andreia e mais uma adotiva, com o nome de Ângela. Artur Neitzke teve no total 12 filhos. Devido à convivência com a madrasta Lucia todos os filhos do primeiro casamento saíram de casa, o meu pai Joaquim com apenas 14 anos de idade saiu para enfrentar a vida sozinho, trabalhando como meeiro nas colônias da metade sul do Rio Grande do Sul.

Depois de casado, meu pai Joaquim, voltou para Piratini, casou-se com Ana Klein Silva com quem teve 10 filhos, cinco irmãos e cinco irmãs: Clodoaldo, Josefa, Claudio, Claudia, Ingrid, Santa Fé, Daniela, eu, Terezinha, dois gêmeos Luíza e Luíz, o caçula, Rafael e o último filho mamãe perdeu. Papai Joaquim trabalhou sempre como meeiro.

As ferramentas de trabalho que ele conseguiu adquirir durante anos e anos foram um arado, uma capinadeira, uma vaca Jersey, um cavalo e 30 galinhas, o qual serviu para alimentar a família. Esse reduzido número de animais era o máximo permitido pelos patrões, conforme o costume dos donos das terras.

Esse costume dos patrões atrapalhava qualquer iniciativa de progresso e qualquer aumento de capital do meeiro. E tudo que era produzido, milho, feijão, amendoim, cebola, ervilha, metade era entregue para o dono da terra e a outra metade ficava conosco, conforme íamos crescendo, como a terra era pouca, de imediato trabalhávamos fazendo capinas, colheitas nas terras dos vizinhos para comprar o que não era produzido nas nossas terras, como açúcar, arroz, café, rapadura e conforme os irmãos mais velhos se decepcionavam com a miséria, vendo que lá não tinha futuro, foram saindo de casa, em busca de melhores alternativas.

Havia dinheiro, entretanto se trocava por produtos, que não eram produzidos nas terras dos patrões. Levava-se, por exemplo, milho, ovos, e se trocava por arroz, café, açúcar e farinha de trigo. O único meio de conseguir um pouco de dinheiro era vendendo milho e os ovos das galinhas criadas soltas.

O milho era transportado diretamente para o moinho movido a água que o moía e assim se conseguia a farinha, uma parte da farinha ficava para o dono do moinho, e a outra servia para alimentar as galinhas que produziam o ovo e o ovo era levado para o comércio

¹³ Os anexos de dois a sete constituem-se como depoimentos de meeiros, que servem para reafirmar a realidade revelada nas obras de Monteiro Lobato; os registros mantêm a autenticidade do apresentado pelos depoentes.

mais próximo para ser trocado por outras mercadorias necessárias, como açúcar, café, arroz, erva-mate e fumo, vício que matou meu pai.

Geralmente, as terras entregues para meu pai, na maioria eram constituídas de mata virgem, que ficavam na obrigação de cortar, para formar as lavouras novas e quando as terras estavam produtivas o patrão geralmente tinha filhos que precisavam colocação e dispensavam os serviços do meeiro, para colocar seus próprios filhos, sendo que se inventavam motivos absurdos para a dispensa, já que na época não era comum os contratos e qualquer motivo já servia para dispensá-los. Assim meu pai já se via na obrigação de procurar colocação em outras terras e ter que abrir novas lavouras em terra alheia, era chamada de lavoura nova. Foi convidado diversas vezes a se retirar, mas nunca por desonestidade, já que meu pai educou os dez filhos nos valores da honestidade, respeito, amizade entre os irmãos e apesar da miséria, temos dessa época muitas recordações felizes e ele não abriu mão de que cada filho tivesse a educação o que causava muita inveja nos filhos dos patrões, pois sabíamos se virar melhor, enquanto que os filhos dos patrões eram analfabetos, o que talvez explique tantos “convites” para sair.

As aulas eram ministradas pelo meu tio César, que ensinava a ler e a escrever numa sala de aula com mais de 100 alunos. As aulas eram dadas aos gritos, castigos corporais, régua e milho, para quem abrisse a boca. Também pudera, eram mais de 100 alunos numa “pequena sala de aula”, das mais diversas idades e classes. O terreno onde se localizava a escola, foi doado pelo avô Artur. Todos aprenderam o mínimo, ler, aprender e fazer contas. E confesso que as histórias que meu pai contava valeram muito para minha vida futura, sendo que mais tarde, quando meu filho contava com dois anos de idade, quando achei o precioso livro dos irmãos Grimm, também fiz o mesmo que meu pai, li histórias para meus filhos.

Recordações de infância

Meu pai apesar de ter pouca instrução, tinha um livro de histórias, dos irmãos Grimm, em alemão, que o avô Artur trouxe da Alemanha, que ele lia para nós uma história, todas as noites, pois não tínhamos rádio, televisão. E esse era nosso momento de lazer, convívio em família, o livro iluminado por um pequeno lampião de querosene, muitas recordações, brincadeiras entre os irmãos, pés descalços, correndo livres e felizes. E um de nossos irmãos mais novos dizia: com 12 pessoas trabalhando, a coisa rende. E sem saber o que ele estava dizendo na sua ingenuidade infantil como 12 pessoas trabalhando poderiam ter crescido e progredido, sem jamais abandonar o meio rural, sem que meu pai tivesse um lote próprio de terras.

O momento da consciência e a busca de novas alternativas

Durante os 15 anos que vivenciei na lavoura foram 7 mudanças, que tinha como justificativa real a ganância dos proprietários da terra, que expulsavam meus pais sempre que as terras estavam produtivas e limpas de mato. Numa dessas mudanças, até as galinhas foram envenenadas pelos familiares do patrão, que queriam apressar nossa saída de suas terras.

O mais simples acontecimento era motivo para que fossemos convidados a se retirar: num deles foi por ciúmes, já que a minha irmã mais velha, filha do meeiro era mais bonita e, portanto, mais cortejada que a filha do patrão.

Minhas irmãs foram trabalhar como empregadas domésticas e os rapazes buscaram emprego na cidade em grandes distribuidoras de frutas, o Santa Fé foi trabalhar nas pedreiras. Ainda lembro o duro trabalho doméstico e a pouca remuneração, felizmente hoje as domésticas tem uma legislação que as ampara.

Os irmãos que serviram ao exército brasileiro, Santa Fé, Rafael e Claudio não mais retornaram para junto do pai, pois não mais se conformavam com a vida de miséria que o meeiro e sua família se submetiam.

Os que não serviram ao exército, Luís e Clodoaldo, permaneceram no meio rural, porém, não junto dos pais, já que encontraram famílias que quiseram seus serviços e posteriormente deixaram para eles suas propriedades o que melhorou significativamente sua qualidade de vida, onde eles tiveram chances de progredir no meio rural e hoje são minifundiários, vivendo do suor do seu próprio serviço, sendo que o filho de Clodoaldo, consegue viver de forma digna no campo vendendo toda sua produção diretamente para as fruteiras de Pelotas, sem intermediários, o que viabiliza a sua vida no campo. A experiência de Clodoaldo, levou-o a ter feliz ideia de assim que se aposentou, passar as terras para o seu filho, que nela trabalhava para que esse não enfrentasse as dificuldades passadas por ele e sua família. Meu irmão Clodoaldo trabalhava nas terras dos outros para sustentar a família, na época de minha infância.

Saulo tem vacas, cavalos, trator para facilitar seu trabalho, planta pêssego sem veneno, agricultura irrigada, morango, tomate, melão e a estufa de fumo, felizmente foi aposentada, pois o plantio de fumo apesar de lucrativo tem ocasionado muitas doenças para os camponeses como câncer e mortes precoces e nessa propriedade, felizmente se vive da policultura, provando a viabilidade da pequena propriedade, tendo todo o conforto da vida na cidade, podendo assim dar uma vida digna para sua mulher e dois filhos.

Quanto ao meu irmão Luís que permaneceu na zona rural, através de seu trabalho com a sua esposa, ganhou um pedaço de terras da família que o adotou. Casou com uma agricultora que também não tinha terras.

Os dois juntos trabalharam, educaram suas três filhas e conseguiram formar as minhas sobrinhas na Universidade Federal de Pelotas, e ele permanece no meio rural até os dias de hoje e quem sabe uma das filhas ou algum neto retorne pro meio rural e assumam a propriedade que hoje é um modelo na região, e é por isso que defendo e admiro a luta dos sem terra, porque quem teve o privilégio de nascer no campo, mexer na terra, se emocionar ao ver uma lavoura do trigo maduro, pronto para ser colhido e sentir na boca o gosto do pão de um trigo colhido por você mesmo, nunca esquece.

Poder colher uma espiga de milho verde que assávamos na braza do fogão a lenha o que muitas vezes matou nossa fome. e poder criar os filhos no campo correndo livres, subir em árvores, caçar, pescar, tomar banho de rio. Essas são lembranças que nenhuma criança criada na cidade terá para recordar.

Anexo C – Éramos Doze

*Meu pai foi peão
Minha mãe solidão
Meus irmãos perderam-se na vida
Em busca de aventuras
Sou caipira pira porá
Nossa Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
Ó bem da minha vida
(musica de Jessé)*

Sempre quando escuto essa música me emociono porque me recordo da minha infância, da qual tenho muitas recordações felizes, por outro lado, muitas recordações tristes também.

Felizes! Porque éramos 10 irmãos arteiros que corriam felizes de pés descalços subindo em árvores para colher os frutos que a terra fornecia, guabiroba, pitangas, todo tipo de fruta silvestre, assim que amadureciam eram descobertos por um de nós e logo íamos todos nós em busca de mais uma aventura, desbravando o mato, porque cada dia vivido na minha infância era uma aventura feliz e cada dia desta minha primeira infância é hoje uma recordação feliz.

Conforme fui crescendo fui tomando conhecimento que a vida era dura, que minha mãe era uma pessoa triste, que minha mãe era o retrato da solidão e meu pai e meus irmãos tinham que trabalhar como peões na terra dos outros porque fui descobrindo porque aquele mato que nós desbravávamos com tanta alegria e aquele campo onde nós jogávamos bola na verdade não era de meu pai e meu pai apenas plantava uma pequena parte e a metade de tudo que produzíamos tínhamos que entregar para o dono da terra e como nós éramos muitos e a terra pouca, minha mãe sempre tinha a ideia na cabeça de dar os filhos para outras famílias com mais posses.

Primeiramente ela deu minha irmã mais velha com apenas 12 anos para uma tia.

E a pobrezinha sofreu tanto nas mãos dessa tia que fazia dela uma verdadeira escrava e ela chorava querendo voltar pra casa e minha mãe não se importava com isso. Antes disso ela já havia dado irmão gêmeo da Luísa, o Luís para outra tia. Esse foi doado ainda bebê, talvez isso explique o fato dele nunca ter fugido de volta para casa. Por que tudo que ele sofreu nas mãos dessa tia, apanhava muito e minha mãe não se comoveu e também não se interessou se ele era ou não bem tratado. Só ficamos sabendo disso quando adultos.

Ela deu também o Santa Fé para a tia Juliana, mas ele berrou tanto e na primeira oportunidade fugiu e voltou para casa, com um porquinho de brinquedo.

Claudio também não escapou da tentativa de ser “doado” e esse também voltou para casa fugindo.

A minha irmã Daniela foi “doada” pros vizinhos que estavam em condições um pouco melhores que as nossas e lá minha mãe imaginou que lá ela teria mais oportunidade, mas ela só ficou três meses já que não suportou ficar separada dos irmãos. Houve mais três tentativas de doação naquele mesmo ano, mas nenhuma deu certo. Assim que ela completou treze anos, minha mãe conseguiu colocá-la como empregada doméstica, recebendo um pequeno salário, no compromisso da patroa mandar uma pequena parte pra minha mãe e também poder estudar a noite.

Quando eu precisei de um lugar para ficar para fazer o preparo para o ensino confirmatório, minha mãe teve a ideia de eu ficar na casa de meu padrinho. Sofri todo tipo de

humilhação que uma criança de 11 anos jamais poderá esquecer. Marcas que carrego pelo resto de minha vida. Era chamada de burra, apanhava, tinha que trabalhar de manhã até a noite sem folga e quando terminou o curso preparatório, chegou enfim o dia da confirmação era finalmente hora de voltar para casa. Porém, quando aproximei de minha mãe, que conversava com a mulher do meu padrinho percebi que estavam negociando minha permanência. Então peguei minha sacolinha e corri atrás de minha mãe e voltei para casa. Na verdade não sentia falta de minha mãe, mas sentia falta do convívio com meus irmãos, da alegria de nossas brincadeiras, de nossas conversas, até de nossas brigas e reconciliações e discussões. Apesar de minha mãe achar que os outros dariam uma vida melhor para nós, como ela estava enganada, porque era em casa do lado dela, do lado do meu pai, que nós éramos felizes. Que minha mãe mesmo que possa parecer fria ela era uma boa mãe. Como esquecer aquele café com leite de manhã cedinho e o pão com manteiga fresquinha. E nas noites frias de inverno enquanto o pai e mãe tomavam chimarrão, meu pai colocava um braseiro para nos aquecer.

E o que eu posso dizer é que todo esse calor humano que tínhamos em casa em nenhum outro lugar encontraríamos, mas a realidade de um meeiro como meu pai era muito triste e incerta, porque quando achávamos que estava tudo bem vinha o dono da terra para pedir que nos mudássemos. Na minha primeira infância eu não entendia isso, achava que aquele pedaço de chão nos pertencia por direito, então quando meu pai tinha que ir em busca de novos rumos era muito desgastante.

Logo fui percebendo e entendendo os motivos que levavam minha mãe a nos doar para outras famílias, porque no campo quem não tem um pedaço de terra que possa chamar de seu, que possa plantar livre, nem precisar entregar a metade da colheita e ainda ter que enfrentar o olhar minucioso e desconfiado do patrão não consegue se manter com dignidade no meio rural e colocar cada filho num lote de terras onde eles possam constituir e sustentar sua família sem a paranoia de entregar sua prole para outros lares como aconteceu comigo e com quase todos meus irmãos que tivemos que trabalhar como empregadas domésticas, sendo a nossa única chance de termos casa para morar e a oportunidade para estudar a noite, sem esquecer de mandar uma pequena quantia do ordenado para casa, que já era muito pouco porque as empregadas domésticas não tinham nenhum direito garantido por lei.

Os horários quem determinava era a patroa. Se precisava de alguma coisa não se importava se era madrugada, se era domingo, ou feriado....

E essa é parte da minha história da minha vida. Hoje... Olhando pra trás sinto orgulho de tudo que construí com o suor de meu trabalho, sinto orgulho da família que constitui, tenho orgulho de meu filho que se formou na Universidade Federal de Pelotas e nesta dissertação, defendida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, terá a chance de dar voz e vez para os que lutam por um pedaço de chão e assim ter a chance de corrigir as injustiças do passado e lançar luz sobre os esquecidos, que naquela época nem sabiam como lutar e nem a quem recorrer, visto que no meio rural naquele período não havia rádio, nem televisão, nem jornal... Enfim, nenhum meio de comunicação.

E nenhuma voz para falar pelos injustiçados. E se aparecia algum político era só para distribuir algum santinho e na maior ingenuidade transformavam o dia da eleição numa chance de encontro, onde ocorriam até algumas discussões, mas essas discussões nunca melhoraram a vida de ninguém. Se uma criança adoecia, morria, pois não havia médicos, já que os médicos mais próximos ficavam a mais de 100 km de distância, sendo transportados de carroça, único meio de transporte, os doentes, dificilmente sobreviviam.

Anexo D – Depoimento de Luíza

Sou a nona filha de uma família de 10 irmãos, criados com dificuldade pelo nossos pais, ou criado pelos irmãos, por causa da ocupação da mãe que não tinha tempo.

Quando minha mãe teve o aborto, do último filho ela foi hospitalizada no Hospital de Piratini, ficamos sozinhos cuidando um do outro, todos em tenra idade, apenas o pai ficou cuidando de nós. Achávamos que viria mais um irmão e estávamos sempre rindo.

Os tempos eram muito difíceis. Não tínhamos recurso e terra própria. A nossa sobrevivência era com nosso trabalho feito em terras de vizinhos e em casa não tínhamos energia elétrica para estudar, usávamos lamparina de querosene. A escola era longe e atravessávamos campos, com bois bravos, tínhamos que fugir, também fugíamos de uma mulher que era aleijada, tínhamos medo, corríamos mais do que dos bois, mas como a gente corria daquela mulher. Ela não fazia nada pra gente, mas a gente corria dela.

Apesar da pobreza tive uma infância feliz ao lado dos meus pais e irmãos. Comíamos muitas frutas silvestres e aos domingos visitávamos nossos colegas de escola, ou íamos à Igreja, quando tinha o culto, ministrado pelo professor e pastor César. Aquilo que ele pregava no altar, era diferente da prática, bem diferente daquilo que o pai nosso nos ensina.

Naquela época tinha dois partidos políticos, a Arena, hoje PFL e o MDB, hoje PMDB, e o tio César dizia que tinha que votar na ARENA, parece que ele fazia tipo uma lavagem cerebral pra todo mundo votar e fazer o que ele achava que era bom.

Eu me lembro dele, mas não é um sentimento de carinho, pois éramos muito humilhados, em grupo.

Todo mundo sabia quem era aluno do professor César pelo cumprimento, pois tirávamos o chapéu pros mais velhos.

Entrei com cinco anos na escola e aprendi a ler e a escrever, tal era a firmeza que meu professor tinha para ensinar, nem que fosse na porrada, mas que se aprendia, se aprendia. E a respeitar os mais velhos. Ele era muito rígido, no fundo nós tínhamos medo.

Um aluno do tamanho similar enfrentou o tio César, que ficou “branco” e atirou um apagador. Ele foi meu professor por pouco tempo, logo depois minha professora foi a Samanta, essa era uma professora bem legal, havia a professora Joaninha, também era bem legal, ela morava no pátio da Escola Rural de Solidão.

Tinha uma tia que falou quando nasceu o Rafael, que meu pai não iria conseguir criar meus irmãos com dignidade, que meus irmãos poderiam vir a ser marginais.

Por outro lado, o único filho dessa tia, se tornou um delinquente, que se transformou no que ela previu pra nós.

Com o Luís foi assim, nós éramos muito doentes e o tio César tinha que aplicar injeção todos os dias, ele ia a cavalo, como era muito cansativo ele resolveu levar o Luís pra casa dele, como eu já tinha melhorado não necessitava mais das injeções e aí minha vó se apegou ao menino, e quis que ele morasse com eles.

Lá, Luís teve um “tratamento diferenciado” dos outros filhos do meu tio César. Apanhava muito. O erro da mãe foi muito grande, pois onde comem 10, comem 11, comem 12, Luís corria pro mato pra chorar, ele se lembrava muito de mim, que era irmã gêmea, já que eu tinha pai e mãe pra cuidar e ele não.

Depois meu pai mudou de Solidão para Rodeio Velho, distrito de Piratini, lá trabalhávamos nas terras do senhor Juscelino. Ficamos lá por vários anos onde estudei na escola Anita Garibaldi e depois mudamos para o município de Pelotas, Colônia Osório, onde concluí a quinta série.

E também trabalhávamos com aspargo, soja, pêssego, quando era época da colheita, podíamos comprar calçados.

Era uma casa muito pobre, de chão, mas pelo menos tínhamos pai e mãe. Lembro que no inverno, a mãe nos cobria com a coberta de pena, quando ela cobria quando a gente dormindo. Pra esquentar os pés, usávamos palha de milho enrolada .

Não sabíamos muito das coisas, porque a gente não era integrada nos assuntos de adultos.

Fomos melhorar de vida, quando fomos pra Colônia Osório. Depois eu fui trabalhar como empregada doméstica, dei sorte, peguei uma patroa muito boa, não passava fome.

Pra ir ao baile, tinha que caminhar. A gente dançava a noite toda, e quando era tarde. Tinha o futebol, depois o chá dançante. Voltávamos a meia-noite.

Antigamente as crianças brincavam com pula corda, crianças brincavam de roda. Aqui a gente não acha guabiroba, pitanga, guabiju, jabuticaba no mato. Se fazia competição pra ver quem comia mais limão, tudo era festa.

A gente rolava na grama, rolava numa ladeira, até o córrego. Se caísse dentro daquele córrego a gente morria! Hoje as crianças estão cheias de cuidados.

Nossos brinquedos eram vidros de remédio, quando ganhei a primeira boneca, foi uma grande alegria. Hoje em dia, as crianças estão só no computador.

Lembro que teve uma época em que se comentava muito em ir para o Mato Grosso, em busca de terras, mas tudo não passou de comentários, nada foi concretizado. Entretanto, em 1979, vim com meu esposo para Rondônia, chamada de El Dourado, por causa do ouro e diamantes, onde constituí minha família, a qual resido até hoje, com meus filhos e netos e pretendemos continuar aqui. Assim finalizo meu relato.

Anexo E – Depoimento de Santa Fé

Sou o quinto irmão de uma família de 10 irmãos, nascido em 1952. Meu pai, Joaquim, trocou suas terras por negligência, e ficou sem o mel e nem o pote, ficou sem terra, só dando lucro pra patrão, trabalhando por diária, trabalhando quase como escravo, só não tinha o chicote.

O trabalho pros outros era humilhante, sofríamos chacota. Meu pai sofria quieto, a minha mãe que revidava os patrões.

E quando não aguentava mais a humilhação, o pai buscava outra terra, outro patrão. A terra era para poucos. Era muita terra pra pouco dono.

Os políticos João Goulart e Leonel Brizola queriam fazer a reforma agrária, dar terra pra todo mundo, mas em 1964, veio o golpe militar, influenciado pelos Estados Unidos e nada de Reforma Agrária até hoje. O governo da ditadura favorecia os burgueses, a produção não valia nada, preço de banana. O patrão pouco ajudava com as sementes, repartia a metade, se sobrasse uma abóbora o patrão pegava pra ele. Se o meeiro pegasse um pouco mais, pegasse um tiquinho a mais, o patrão chamava até a polícia.

As terras eram todas de latifundiários e roubadas, conquistadas por meio de guerras. Muitas vinham de herança, de pai pra filho.

Por isso os meeiros abandonaram as terras, pois não viam futuro, as cidades cresceram aumentaram as favelas e aumentou a pobreza nas cidades. Veja que a ditadura fez com cinquenta famílias de meeiros. Eles foram avisados para desocupar as terras de Lincoln Nolan Pujol, se recusaram a desocupar as terras, desobedeceram porque não tinham pra onde sair, receberam ordem de despejo, decretada por um juiz e executada pela polícia militar. E esses agricultores foram todos parar na beira da estrada a mercê da sorte. Foram aos poucos se dispersando, teve uns que ficaram quase um ano mendigando, famílias inteiras, tudo por falta da reforma agrária. E depois os burgueses reclamam que tem tanta gente pedindo dinheiro nas ruas, hoje em dia, criticam o Bolsa Família e os programas do governo. Pra burguês e latifundiário a vida é bem mais fácil. E criticar os pobres é mais fácil ainda! Mas quem vive de renda sem trabalhar são eles! E depois dizem que pobre é vagabundo, vagabundo são eles!

Quem quisesse terras, teria que desbravar na região amazônica, Mato Grosso do Sul, enfrentar malária e abandonar tudo. Os meeiros vindos do Paraná, plantadores do norte do Paraná, vieram embora por causa do café, sobravam dívida no campo, sem ajuda da ditadura militar, vendiam os poucos pertences que tinham e vinham se aventurar na Amazônia. Muitos conseguiram terras e outros não. Tinha muitos grileiros, muitos assassinatos, de quem já conquistou seu lote. Após os colonos derrubarem tudo, os fazendeiros mandavam matar os colonos e dessa forma conseguiam mais terras.

Na escola, o professor pastor, o César, era puxa saco da Arena, ele fazia dos seus alunos, recrutas, conforme o militarismo da época tinha marchas, como marcha soldado. César agredia os alunos que não acertavam o passo nem a lição, agredia, com puxão de orelha, castigo, no quarto escuro, jogava régua, apagador, dicionários eram as “armas de ensino”.

Assim, fui rebelde na vida da agricultura, sendo filho de meeiro vendo as injustiças sem poder fazer nada por ver tanta injustiça naquela época. O que a Ditadura Militar fez foi só atrapalhar a Reforma Agrária. Tivemos 21 anos de ditadura e 21 anos de atraso.

Anexo F – História de Divino, por Grego¹⁴

Meu nome é Grego Venter, nascido em 21/09/1959, bisneto de Protásio Primo Venter, irei contar um pouco sobre a história de meu pai Divino, já falecido.

Sou neto de Gustavo Venter, que possuía 31 hectares, vindo da Alemanha. Divino, nascido em 26/11/1931, teve como irmãos Hartwig, Sigmara, Werner, Helmut, Reynold, Arlinda, Roaldo, Pedro e Adelaide.

Filho de Alda Peglow, (12/02/1926), meu avô materno era Américo Peter minha avó materna era Adelina Klasen Peter. Minha mãe teve como irmãos Rodolfo, Humberto, Juliano, Edmilson, Maria, Vanessa, Kátia, Miriam, e Elisa.

O tio Humberto Peter participou da Segunda Guerra Mundial como pracinha combatendo os nazistas na Itália, quando retornou teve grande festa com grande churrasco.

Em 1974, a minha mãe Alda Peter Venter, adquire o comércio em frente a Praça dos Enforcados chamado Bar Dois Irmãos, para que seus filhos não precisassem trabalhar como empregados nas fábricas.

Na colônia, zona rural de Pelotas, Divino trabalhava com Frederico Winter e com seu padrinho Marcos Müller, onde plantavam cebolas, as quais tinham pouco valor de mercado e não valia a pena a colheita, por isso, Divino veio pra cidade de Pelotas, em 1955 com um saco branco nas costas, uma muda de roupa, onde veio se integrar ao proletariado urbano, trabalhando por seis meses no frigorífico Anglo e posteriormente trabalhou na fábrica de papel, localizada na rua Uruguai 2070, como condutor, no ano de 1956.

Três irmãos de Divino Venter trabalhavam na fábrica de papel, Hartwig, Helmut, e Pedro.

Trabalhou em torno de 36 anos nessa fábrica, que faliu no ano de 1993. Alguns funcionários tentaram assumir a fábrica para garantir seus empregos, criando uma empresa de reciclagem no fundo da fábrica.

Quando a fábrica de papel fechou se cogitou em ocupar a fábrica para prosseguir com a produção e não sofrêssemos com o desemprego, mas infelizmente naquela época os trabalhadores não eram muito organizados, devido aos mais de vinte anos de ditadura militar e o movimento fracassou. Como resultado do fechamento da fábrica de papel e outras indústrias em Pelotas, mais de 60.000 pessoas ficaram desempregadas, ou subempregadas. Durante muitos anos, vimos a cidade de Pelotas decair por causa do desemprego, até os times de futebol que eram fortes na época das fábricas como o Brasil de Pelotas que chegou até a terceira colocação no Brasileiro de 1985, agora é um time que tem sofrido na segundona do Gauchão, e agora até o Pelotas está ameaçado de rebaixamento.

Pelotas já não é mais a mesma sem as fábricas, era duro trabalhar nelas, o regime de trabalho era muito rígidos, mas muito pior é ficar sem elas. E para o campo nossa família não volta mais.

¹⁴ O depoimento de Grego serve para ilustrar as forças do capitalismo atuando na agricultura, expulsando os agricultores e fortalecendo as indústrias; atualmente, o prédio da Fábrica Anglo é um dos *campus* da Universidade Federal de Pelotas.

Anexo G = Depoimento de Renato

Meu nome é Renato, sou o terceiro filho do primeiro casamento de meu pai Artur Silva. Estou com 91 anos de idade. Eu tinha três anos quando minha mãe faleceu. Ela morreu de parto, quando dava a luz a gêmeos, só, a menina sobreviveu e logo foi doada para uma tia.

Meu pai teve um pouco de ajuda da mãe (avó paterna dele) para nos criar, ficávamos um pouco com cada parente, e assim éramos jogados de um lado para o outro e nós os irmãos ficamos todos separados um do outro, isso nos impossibilitou de criar um vínculo de amizade e cumplicidade.

Meu pai casou de novo e minha avó faleceu, aí então começou o nosso verdadeiro martírio porque não tínhamos mais a nossa avó para nos proteger.

Meu pai já com a nova família teve outros filhos com a outra esposa, e praticamente esqueceu de nós, e assim crescemos e amadurecemos com a dureza da vida.

Tinha um pedaço de terra que me coube como herança, mas era tão pouco que mal dava para o meu sustento.

Nessa época eu tinha 14 anos e já morava sozinho. Mesmo assim casei e constituí família. Nós éramos tão pobres que era difícil colocar comida na mesa. Eu tinha apenas uma calça e uma camisa que lavava de noite para vesti-la pela manhã.

As minhas filhas foram criadas no meio da maior miséria que um ser humano pode supor existir.

Quando uma de minhas filhas ficou doente andei com elas nos braços quilômetros e quilometro para salvar a vida dela e valeu a pena porque eu consegui.

Hoje tenho 91 anos e é com essa filha e cinco bisnetos com quem moro e são eles hoje a alegria de minha velhice.

Bem! Voltando ao passado, lembrando ainda dos meus primeiros anos de chefe de família e cinco filhas pequenas para criar eu e minha mulher, vivíamos praticamente isolados do resto de meus irmãos. Não tínhamos contato, nem amizade com ninguém, o que tornava a vida naquela localidade insuportável para nós.

Como disse: a terra era muito pouca. Eu plantava feijão, batata, milho, amendoim, cebola, a terra era 100 por cento aproveitada naquele pedaço de chão.

Mas tinha um problema muito grave naquele pedaço de chão que me tocara. Não tinha água!

Por mais que procurássemos com o método das forquilhas, NADA! Não havia uma única veia da água por baixo daquele chão. E daí precisava contar com as chuvas que vinham dos céus, e com a bondade de algum vizinho para dividir a água. Me lembro ainda: era dezembro, não me recordo o ano, não caiu uma gota d'água no céu. E eu desesperado não sabia mais o que fazer. Apareceu um vizinho lindeiro, que se aproveitou de minha situação e me ofereceu uma bagatela mas o suficiente para pagar um caminhão de mudança e assim saí daquela localidade e vim para o interior de Pelotas onde procurei alguém que tivesse um pedaço de terra e um teto para abrigar eu e minha família. E foi assim que comecei a trabalhar como meeiro. Também não foi fácil. Mas eu agradei a Deus todos os dias, pois lá tinha uma vertente que não secava nunca. Até formava uma sanga e eu podia criar meus animais, galinhas, porcos, marrecos, podia ter uma vaca.

A vida continuava difícil, mas era bem melhor do que interior de Solidão, Terceiro Distrito de Piratini.